

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
MESTRADO EM GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS**

**DÍVIDA ECOLÓGICA COMO SUBPRODUTO DO PARADIGMA
DESENVOLVIMENTISTA**

CAROLINE MARQUES CAVALCANTE DE SOUZA

**RECIFE
2008**

CAROLINE MARQUES CAVALCANTE DE SOUZA

DÍVIDA ECOLÓGICA COMO SUBPRODUTO DO PARADIGMA
DESENVOLVIMENTISTA

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado em Gestão
e Políticas Ambientais da
Universidade Federal de
Pernambuco para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão e
Políticas Ambientais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vitória Régia Fernandes Gehlen

Recife
2008

Souza, Caroline Marques Cavalcante de
Dívida ecológica como subproduto do paradigma desenvolvimentista / Caroline Marques Cavalcante de Souza. – Recife: O Autor, 2008.

186 folhas : il., fig., gráf., tab., quadros

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Gestão e Políticas Ambientais, 2008.

Inclui: bibliografia.

1. Gestão ambiental. 2. Meio ambiente. 3. Meio ambiente e desenvolvimento. 4. Desenvolvimento sustentável. 5. Turismo. 6 Indicadores ambientais. I. Título.

CAROLINE MARQUES CAVALCANTE DE SOUZA

CAROLINE MARQUES CAVALCANTE DE SOUZA

**DÍVIDA ECOLÓGICA COMO SUBPRODUTO DO PARADIGMA
DESENVOLVIMENTISTA.**

DÍVIDA ECOLÓGICA COMO SUBPRODUTO DO PARADIGMA
DESENVOLVIMENTISTA

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento e
Meio Ambiente, Área de Concentração:
Gestão e Políticas Ambientais, da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre.

Universidade Federal de Pernambuco para obtenção
do título de Mestre em Gestão e
Políticas Ambientais.

Aprovado em Recife, 14 de março de 2008.

Banca Examinadora

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Vitória Régia Fernandes Gehlen
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Vitória Régia Fernandes Gehlen - Orientadora



Professora Doutora Vanice Santiago Fragoso Selva

Prof.^a Dr.^a Vanice S. Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor Marx Prestes Barbosa
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr.^a Ana Cristina de Souza Vieira

Professora Doutora Ana Cristina de Souza Vieira
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão para todos aqueles que me ajudaram a chegar à conclusão de mais esta etapa da minha vida.

Primeiramente agradeço a meus pais, Enio Souza e Zaida Marques, e meu irmão, Enio Junior, pelo apoio incondicional em todos os momentos, e pelo amor e paciência dispensados em cada dia.

Aos meus sogros, Mauro Cunha e Maria Brito, pelo carinho e dedicação de sempre.

Em especial quero agradecer aos quatro “mosqueteiros”, que foram essenciais na finalização desta dissertação. Gustavo Cunha, meu marido; Enio Junior; já citado, e as grandes amigas Flávia Bandeira e Socorro Valença. A estas duas, agradeço imensamente pela elaboração dos gráficos e tabelas do capítulo 5, e à Valença, em específico, um muito obrigada pela grande ajuda na reta final. Entre aplicação de questionários, elaboração de abstract, correção de bibliografia e textos, elaboração de listas, formatação do trabalho, entre outros, não consigo imaginar o término desta dissertação sem a ajuda destes meus queridos “mosqueteiros”.

À alegria e companheirismo em todos os momentos das lindas Malu e Yeda.

A todos os funcionários das Secretarias visitadas em Ipojuca, que mostraram enorme disponibilidade e boa vontade em proporcionar as informações disponíveis. Não posso, no entanto, deixar de registrar um especial obrigada para os Fiscais Ambientais Gilmar, Sandro e Roberto, do Posto de Atendimento Ambiental de Porto de Galinhas, juntamente com a Bióloga Lenilda Maria de Abreu, pelo atendimento, atenção e boa vontade em ajudar.

Agradeço à Professora Vitória Gehlen pela paciência, confiança e apoio, bem como a todo o corpo docente do MGPA, e aos excelentes funcionários da secretaria deste mestrado, que com muita tranquilidade nos auxiliam em todas as nossa demandas. Um muito obrigada especial para Solange de Paula, por toda a dedicação a cada um dos mestrandos do MGPA.

A todos os que participaram direta ou indiretamente da elaboração e execução desta dissertação.

A Deus, pela oportunidade de ter todas essas pessoas em minha vida, bem como a possibilidade de estudar um tema a mim tão caro, o meio ambiente.

E finalmente, quero agradecer ao meu companheiro de todas as horas, meu amigo e marido Gustavo Cunha, que com muito amor e bom humor tem aturado o meu estresse de mestranda, bem como com sua inteligência inigualável e perspicácia costumeira, ajudou em etapas importantes da execução e finalização deste trabalho.

RESUMO

Ao longo dos anos o desenvolvimento tem sido o foco de governos, empresas e comunidades, justificando-se inclusive que as desigualdades sociais seriam minimizadas a partir da melhoria econômica mundial de uma forma integrada. O maior contato entre as nações, possibilitados pela globalização e pelas novas tecnologias intensificaram tal processo. Entretanto, tal ideal tem se mostrado benéfico apenas para um pequeno grupo de países desenvolvidos, enquanto ocasiona maior dependência e problemas sócio-ambientais para os subdesenvolvidos e em desenvolvimento. O presente estudo tem como finalidade analisar a relação entre o paradigma desenvolvimentista atual e os impactos sócio-ambientais provenientes desta interação, aqui especificados como dívida ecológica. Para tal inicialmente foi feita uma reflexão sobre termos importantes para a compreensão deste trabalho, iniciando-se com a análise do conceito de desenvolvimento, utilizando para tal estudo autores como Dupas (2006), Veiga (2006), Escobar (1993), Souza (2007), Young e Lustosa (2003), Capra (2002), Cruz (2001), entre outros. A seguir analisou-se os termos meio ambiente e desenvolvimento sustentável, bem como a evolução de tais termos ao longo dos tempos. Como embasamento para esta etapa foram pesquisados os autores Glacken (1996), Foladori (2001), Morin e Kern (2003), Gonçalves (2001), Bellen (2007), Leff (2001), Lenzi (2001), Sachs (2002), entre outros. Por fim foi feita uma pesquisa para contextualizar o termo dívida ecológica, tendo como fundamento os estudos de Alier (2007), Alier e Oliveras (2003), Cerdá (2005), Leff (2001) e Gonçalves (2004) e Balanyá *et al.* (2002). Para atender ao objetivo de debater a dívida como subproduto do paradigma desenvolvimentista optou-se tomar como exemplo a Vila de Porto de Galinhas, em Pernambuco, área que tem sido foco de grandes investimentos e atenção para o desenvolvimento por seu potencial turístico. Tal pesquisa foi dividido em três diferentes partes, denominadas ‘evidências’: a primeira teve como objetivo analisar reportagens sobre o local, mostrando o papel da mídia na disseminação de ideais; a segunda, buscou identificar pontos que demonstram impactos sócio-ambientais na área; e finalmente a terceira, realizada junto à comunidade que trabalha com o turismo no distrito de Porto de Galinhas buscando verificar a sua percepção em relação a aspectos positivos e negativos da atividade. Como resultado verificou-se a ênfase exacerbada dada ao crescimento econômico, em detrimento a questões cruciais como meio ambiente e bem-estar da comunidade pesquisada. Constatou-se assim que os interesses do capital globalizado e das leis de mercado são preponderantes, gerando assim uma dívida ecológica no local explorado. Tal análise, que dá início a reflexões acerca da dívida ecológica e seus desdobramentos, tem como intenção possibilitar o estímulo ao aprofundamento do tema, bem como a criação de normas que venham a regular as atividades econômicas desenvolvidas no litoral pernambucano, evitando ou minimizando assim os impactos a elas inerentes.

Palavras-chave: Dívida ecológica; desenvolvimentismo; sustentabilidade.

ABSTRACT

During the recent years development has been an achievement desired by many governments, enterprises and communities in general. Therefore, development was considered to be a valid tool in order to minimize social issues, once worldwide economy and technology became integrated. The closeness among nations in the global world was supposed to accelerate social achievements. Anyhow in fact just a small part of economically developed nations have actually gained with the global economy, while less economically developed countries have suffered with social and environmental issues. This dissertation tries to analyze the social and environmental problems caused or enlarged by the pro economic development paradigm that result in Ecological Debt. In the beginning there is a reflection on the concept of development, based on authors such as Dupas (2006), Veiga (2006), Escobar (1993), Souza (2007), Young and Lustosa (2003), Capra (2002), Cruz (2001). Afterwards we've studied some terms that are fundamental to the understanding of the whole, such as environment and sustainable development, with the support of authors as Glacken (1996), Foladori (2001), Morin and Kern (2003), Gonçalves (2001), Bellen (2007), Leff (2001), Lenzi (2001), Sachs (2002). The understanding of this dissertation implicates on debating the Ecological Debt in the state of Pernambuco using as an example the Porto de Galinhas Beach, the major spot for international investments, analyzing its touristic potential. Therefore the acknowledgment and discussion of the environmental debt has to be observed in the near future in order to promote a less destructive use of the natural resources of the coastline of the State of Pernambuco in the tourism activity.

Key-words: Ecological debt; development paradigm; sustainability.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1: Trajetória da participação das regiões na economia nacional ao longo de 20 anos (adaptado de quadro exibido no Diário de Pernambuco).....	25
QUADRO 2: Dimensões e critérios de Sustentabilidade.....	63
QUADRO 3: Número de empregados e de estabelecimentos do setor de serviços relativo ao total.....	129
FIGURA 1 – Setorização costeira de Pernambuco.....	99
FIGURA 2 – Região Metropolitana do Recife.....	100
FIGURA 3 – Mapa da Vila de Porto com especificação das comunidades citadas	114
FIGURA 4 – Palafitas na comunidade de Salinas.....	114
FIGURA 5 – Infra-estrutura precária na comunidade de Salinas.....	115
FIGURA 6 – Rua da Esperança.....	116
FIGURA 7 – Rua das Piscinas Naturais.....	116
FIGURA 8 – Galeria.....	117
FIGURA 9 – Lojas nas principais vias.....	117
FIGURA 10 – Via local paralela à PE – 09.....	117
FIGURA 11 – Rua do bairro de Salinas.....	117
FIGURA 12 – Rua dos Navegentes.....	118
FIGURA 13 – Sombreiros.....	119
FIGURA 14 – Barracas de praia.....	119
FIGURA 15 – Placas.....	119
FIGURA 16 – Praia em frente às piscinas naturais: conflito de uso.....	120
FIGURA 17 – Indicação de placa limite para a ação das barracas	120
FIGURA 18 – Praça não urbanizada da vila.....	121
FIGURA 19 – Vias de passagem para as piscinas naturais.....	121
FIGURA 20 – Concentração de turistas no centro da bancada recifal.	122
FIGURA 21 – Área central demarcada para visitação turística.....	123
FIGURA 22 – Piscinas demarcadas para proibição de banho na maré-baixa.	124
FIGURA 23 – Jangadas na bancada recifal de Porto de Galinhas.....	125
FIGURA 24 – Jangadas sobre os corais.....	125
FIGURA 25 – Visitantes na praia e nas piscinas naturais de Porto de Galinhas.....	126

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1: Local de Residência.....	131
TABELA 2: Sexo.....	132
TABELA 3: Idade.....	132
TABELA 4: Nível de escolaridade.....	133
TABELA 5: Ocupação.....	133
TABELA 6: Nível de renda.....	134
GRÁFICO 1: Participação dos diferentes setores no PIB Municipal (Ipojuca).....	102
GRÁFICO 2: Incidência de idéias e palavras-chave em reportagens analisadas...	107
GRÁFICO 3: O turismo traz benefícios para esta comunidade.....	135
GRÁFICO 4: A mim, pessoalmente, o turismo beneficia.....	136
GRÁFICO 5: Cria trabalho para os residentes locais.....	137
GRÁFICO 6: Provoca o aumento de preços dos produtos.....	138
GRÁFICO 7: Contribui para que a comunidade consiga melhoria de serviços essenciais (água, luz, etc).....	139
GRÁFICO 8: Aumenta a taxa de delinqüência.....	139
GRÁFICO 9: Promove a participação da comunidade na tomada de decisões para o desenvolvimento da atividade.....	140
GRÁFICO 10: Danifica o meio ambiente.....	141
GRÁFICO 11: Estimula o artesanato e a cultura local.....	141
GRÁFICO 12: O dinheiro que o turismo gera fica na própria comunidade.....	142
GRÁFICO 13: Os impactos ambientais decorrentes da atividade turística são informados à comunidade.....	143
GRÁFICO 14: Os residentes locais têm fácil acesso às zonas utilizadas pelos turistas.....	144
GRÁFICO 15: Em geral, qual a sua opinião sobre o Turismo em sua comunidade?.....	145
GRÁFICO 16: O Sr. (a) desejaria um maior ou menor desenvolvimento da atividade turística em sua comunidade ou região no futuro?.....	145
GRÁFICO 17: O Sr (a) tem alguma preocupação em relação ao desenvolvimento da atividade turística em sua comunidade? Caso a resposta seja afirmativa, qual seria?.....	146
GRÁFICO 18: Caso a resposta seja afirmativa, qual seria?.....	147

SUMÁRIO

1	Introdução.....	11
1.1	Objetivos.....	12
1.2	Estrutura da dissertação.....	13
1.3	Procedimentos metodológicos.....	13
2	O desenvolvimento como paradigma.....	17
2.1	Desenvolvimento versus Subdesenvolvimento.....	17
2.2	Desenvolvimento e crescimento econômico: sinônimos?.....	20
2.3	O Neoliberalismo e crescimento econômico.....	27
2.4	O Brasil no contexto da ênfase ao crescimento econômico.....	34
2.4.1	Turismo: atividade em ascensão.....	40
3	Meio ambiente e sociedade.....	46
3.1	Meio ambiente para construir.....	46
3.1.1	A evolução das percepções sobre o meio ambiente.....	47
3.1.2	A submissão do meio ambiente.....	50
3.2	Meio Ambiente para destruir.....	51
3.2.1	O desenvolvimento econômico como objetivo.....	52
3.3	A ascensão das ideologias ambientalistas.....	54
3.3.1	A politização das questões ambientais, uma necessidade.....	56
3.4	Desenvolvimento sustentável como novo paradigma.....	59
3.4.1	Indicadores de sustentabilidade.....	64
3.5	Impactos ambientais nas zonas costeiras: dívida para a posteridade.....	68
4	Dívida ecológica.....	72
4.1	Dívida, uma introdução.....	72
4.1.1	Dívida externa.....	73
4.2	Uma perspectiva histórica para a consolidação dos países ricos e pobres.....	73
4.2.1	Investimentos positivos ou acirramento dos problemas?.....	79
4.2.2	Dívida externa: a origem da dívida ecológica.....	80
4.3	A dívida ecológica.....	82
4.3.1	O deterioro ambiental como produto da dívida ecológica.....	85
4.3.2	Mercantilizar a natureza?.....	90
4.5.1	Turismo e a apropriação do espaço costeiro.....	92
5	Apresentação dos resultados.....	98
5.1	Delimitação da área de estudo.....	98
5.2	Sobre o estudo de caso.....	104
5.2.1	Evidência 1: Participação da mídia.....	105
5.2.2	Evidência 2: Impactos sócio-ambientais.....	109
5.2.3	Evidência 3: Percepção da comunidade.....	128
6	Análise dos resultados.....	149
7	Considerações finais.....	157
	REFERÊNCIAS.....	160
	APÊNDICE 1.....	175
	APÊNDICE 1 – Relação de reportagens analisadas com respectivas idéias e palavras-chave correlatas.....	175
	APÊNDICE 2.....	183
	APÊNDICE 2 – Modelo de questionário aplicado.....	183
	ANEXO 1.....	185
	ANEXO 1 – Modelo de questionário da OMT.....	185

1 Introdução

O planeta Terra tem em torno de 4 bilhões de anos de existência, dos quais aproximadamente 1,5 milhão com a presença do homem na terra. Durante a maior parte deste tempo o homem conviveu de forma equilibrada com o meio que o cercava. Apesar dos impactos inerentes a sua própria existência como ser vivo, as modificações e alterações causadas por ele neste longo tempo de evolução não trouxeram conseqüências negativas para o ambiente, já que produzidas em pequena escala, dando tempo ao meio se recompor.

Entretanto, em um ritmo alucinante de crescimento, o desenvolvimento tecnológico vem rompendo barreiras de tempo e espaço, e fazendo sentir sua inexorável presença como agente modificador. A convivência harmônica entre homem e Terra começou a sofrer as primeiras modificações significativas a partir da Revolução Industrial. Saliente-se que nos últimos 50 anos as alterações ambientais vem se fazendo sentir em enormes proporções, por meio de um desenvolvimento que obedece a determinações de um mercado preocupado excessivamente com cifras e número refletidos nos lucros. O capital, cada vez mais globalizado, não respeita fronteiras, seja na forma de empresas que montam intrincadas redes entre matriz e filiais em diferentes partes do mundo, seja por meio dos impactos ambientais que propaga junto à exploração dos recursos nos mais diversos países do globo.

A reflexão sobre os modos de exploração dos recursos, e conseqüentemente, os impactos trazidos por tal fator, têm sido cada vez mais foco de debate entre estudiosos, tendo como corolário o surgimento de diferentes linhas de pensamento. Uma destas passa a questionar o sistema, delineado para beneficiar países ricos em detrimento dos pobres, utilizando uma designação específica chamada dívida ecológica. Tal dívida preconiza a necessidade de se avaliar não apenas o lado positivo dos investimentos estrangeiros, mas principalmente os passivos ambientais por eles produzidos e deixados para as comunidades que abrigam suas empresas, bem como a responsabilização ambiental dos “investidores” estrangeiros.

No Brasil, como em outros países subdesenvolvidos, esta preocupação é ainda mais forte, no momento em que governos e população dão muita importância a temas relativos ao desenvolvimento econômico, na crença que é necessário um imediato crescimento econômico para minimizar o déficit social, sem, entretanto, avaliar os reais impactos que tal direcionamento traz. A ênfase desenvolvimentista em voga tem sido responsável pela geração de impactos sócio-ambientais. A questão que se estabelece a partir daí é: Como o desenvolvimentismo tem contribuído para gerar impactos que podem ser inseridos no contexto da dívida ecológica?

Para responder a esta problemática e promover a compreensão do tema dívida ecológica foi elaborado um estudo de caso em um ponto que passa por grandes alterações ambientais decorrentes de um claro surto desenvolvimentista, o município de Ipojuca, especificamente na área conhecida como Porto de Galinhas.

1.1 Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo principal *verificar a ocorrência de dívida ecológica em Porto de Galinhas por meio da identificação de impactos que promovem a insustentabilidade do local*. Para alcançar tal objetivo foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Revisar a literatura existente com o objetivo de levantar os conceitos e informações necessárias para a pesquisa;
- Contextualizar os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade, indicadores e dívida ecológica;
- Constatar os impactos sócio-ambientais decorrentes do acelerado crescimento econômico no local de estudo;
- Verificar a percepção de indivíduos da comunidade autóctone em relação à existência dos impactos trazidos pelo desenvolvimento da área;
- Analisar a atuação da mídia na disponibilização de informações sobre o local analisado

Tal pesquisa pode ser justificada pela falta de estudos concernentes a tal tema. Assim, a elaboração deste trabalho poderá ser um instrumento na verificação de impactos estreitamente relacionados com a principal atividade desenvolvida no local, o turismo, e, portanto, a geração de uma dívida ecológica resultante do caráter insustentável dado ao desenvolvimento do lugar.

1.2 Estrutura da dissertação

Para discorrer sobre o tema apresentado o presente estudo foi estruturado da seguinte forma: a introdução, que visa dar uma idéia geral do tema bem como os norteadores da pesquisa, como os objetivos e a justificativa.

O capítulo 1 aborda a importância de se compreender o termo desenvolvimento e suas diferentes nuances, bem como indicar como se chegou, nos tempos atuais, a esta exacerbada valorização de tal palavra.

No capítulo 2 discute-se o meio ambiente e a evolução da problemática ambiental em relação a suas diferentes épocas e necessidades, tendo como resultado um crescimento exponencial de uma conscientização sobre tal tema, redundando no termo desenvolvimento sustentável e nos indicadores de sustentabilidade como forma de avaliar tal desenvolvimento.

O capítulo 3 trata do termo dívida ecológica e de sua intrínseca ligação com os dois elementos anteriores, o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Neste capítulo propõe-se a explicação de tal termo, bem como informa sobre sua gênese e evolução, incluindo as novas formas de dominação estabelecidas pelo capital globalizado.

O quarto capítulo traz os resultados do estudo de caso proposto, por meio das três evidências analisadas.

As considerações finais trazem algumas reflexões importantes sobre os temas desta pesquisa, principalmente no que se refere à adoção da atividade turística como instrumento de desenvolvimento para as áreas costeiras.

O presente trabalho, assim buscou instigar o debate em relação a um termo importante, mas ainda pouco debatido no âmbito da academia. Por se tratar de uma pesquisa de caráter exploratório, que se propõe a estudar um tema pouco conhecido com o objetivo de dar subsídios para pesquisas posteriores, ele carece de maior aprofundamento, que deve ser sanado por meio de novas pesquisas que permitam a promoção de um desenvolvimento que efetivamente promova melhorias para todos.

1.3 Procedimentos metodológicos

Dentro de uma classificação das ciências, encontram-se duas básicas, as formais e as empíricas. As ciências formais se encarregam de estudar as “entidades ideais e suas relações”,

como no caso da Matemática e da Lógica. Já as ciências empíricas tratam de fatos e processos, podendo ainda ser subdivididas em naturais e sociais (GIL, 1999, p. 20). Ainda para este autor os fenômenos humanos não podem ser quantificados com o mesmo grau de precisão das ciências naturais por suas características como a de falta de previsibilidade, dificuldade de quantificação, bem como a influência da opinião do pesquisador (1999, p. 23).

No sentido de possibilitar o alcance do conhecimento científico de forma ordenada, mesmo dentro da imprevisibilidade das ciências empíricas, foram desenvolvidos métodos específicos, de acordo com o objeto a ser investigado. A palavra método tem origem grega, e seu significado remete ao “conjunto de etapas e processos a serem vencidos ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade” (RUIZ, 1977, p. 131).

Pode-se entender a presente dissertação dentro de um quadro referencial macro que o insere dentro do método do materialismo histórico. Para Gil (1999, p. 40) tal método indica que a “as causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas nas transformações dos modos de produção e de seus intercâmbios”. Assim, complementa, “o modo de produção da vida material é, portanto, o que determina o processo social, político e espiritual”.

A presente dissertação ainda pode ser classificada como de caráter exploratório. A pesquisa exploratória é indicada especialmente quando o tema é pouco explorado, tendo a finalidade de “proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 1999, p. 43). Confirma tal idéia Dencker e Viá (2002, p. 59), quando diz que tal tipo de estudo “aumenta a familiaridade do pesquisador com o fenômeno ou com o ambiente que pretende investigar, servindo de base para uma pesquisa futura mais precisa”, tendo por finalidade “refinar conceitos, enunciar questões e hipóteses para investigações subseqüentes”.

Dentro das pesquisas exploratórias, são utilizadas técnicas de coleta de dados como o questionário, a observação e estudos de caso. As técnicas, segundo Ruiz (1977, p. 132), indicam os procedimentos ou a utilização dos mais variados recursos necessários a cada objeto de pesquisa, dentro das variadas etapas do método.

O fato de a proposta do presente estudo ser feita sobre uma temática ainda pouco debatida, havendo inclusive limitação em termos de material bibliográfico existente, estimulou a adoção da técnica do estudo de caso como mais adequada. Para Yin (*apud* GIL, 1999, p. 73), o estudo de caso é um “estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de um contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidências”. Em consonância com Gil, Bonoma (1985 *apud* BRESSAN) sugere ser o estudo de caso uma técnica válida

... quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre.

A dívida ecológica versa sobre impactos ambientais que são produzidos por causa de uma exploração econômica voltada para o capital global. Desta forma, elaborando uma verificação monetária de problemas decorrentes destes impactos ambientais, seria possível alcançar um valor comparável ao da dívida externa. Entretanto, para fins desta dissertação, não é este o objetivo. Não se pretende, portanto, encontrar valores, quantificar monetariamente as perdas ou degradação, e sim demonstrar a ocorrência de elementos que promovem os impactos e a insustentabilidade no desenvolvimento do local, um desenvolvimento totalmente ancorado em bases economicistas. Para tal foram elaboradas três pesquisas, aqui denominadas de evidências, para estudar o tema proposto.

A primeira evidência tenta mostrar a exacerbada ênfase dada ao tema desenvolvimento, crescimento econômico e geração de emprego e renda. Obviamente que estes são pressupostos para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Também se considera indispensável que tais elementos sejam debatidos pela mídia jornalística, para assim deixar cidadãos e empresas a par das questões econômicas que envolvem as cidades.

Entretanto o que se verificou em Porto de Galinhas foi a existência de uma série de problemas de cunho sócio-ambiental que praticamente não são informados pelos jornais. A verificação dos problemas, feita não só por meio da análise dos questionários e coleta de dados junto aos órgãos visitados, podia também ser constatada pelo caminhar na vila, e pelas conversas informais após a entrega do questionário.

A segunda evidência utilizada foi a verificação de impactos ambientais reais que vêm ocorrendo na vila de Porto de Galinhas, motivados pelo desenvolvimento estimulado pelo turismo no local. Para tal foram selecionados pontos como indicadores de insustentabilidade que passaram por uma análise mediante pesquisa de campo, por observação, além de dados coletados junto aos órgãos municipais.

Finalmente a terceira evidência leva em consideração a comunidade autóctone. Existe uma percepção geral das pessoas voltada para os benefícios econômicos do turismo, dando assim demasiada ênfase aos aspectos ligados ao crescimento. O turismo em Porto de Galinhas tomou estes mesmos contornos. Entendido por governo e empresários como o ponto de maior interesse turístico do Estado, são direcionados investimentos e obras para a localidade no afã

de receber melhor e atrair mais turistas. A comunidade igualmente tem uma forte percepção do poder da atividade como gerador de emprego e renda. Entretanto, com o tempo, os problemas sociais, ambientais e econômicos, até então preteridos pelos resultados econômicos rapidamente verificáveis, vão sendo descortinados, trazendo insatisfação à comunidade, um forte indício da insustentabilidade do destino.

Tais impactos são vários, entre eles, aqueles ligados à dívida ecológica, já que grande parte das alterações e melhorias na infra-estrutura turística são realizadas devido aos grandes investimentos de equipamentos e serviços para atendimento do turista. Optou-se portanto, por analisar a percepção da comunidade de Porto de Galinhas em relação aos impactos da atividade, correlacionando-os posteriormente com a temática desta pesquisa.

No entanto, por utilizar termos complexos como dívida ecológica, sustentabilidade e desenvolvimento, considerou-se inoportuno utilizá-los no questionário junto à comunidade. Preferiu-se, no lugar, utilizar um formulário já elaborado e comumente utilizado pela OMT para a verificação de indicadores de sustentabilidade em destinos turísticos, desde o ponto de vista da comunidade. O termo “impactos” foi utilizado na tentativa de tornar clara a idéia para a pessoa abordada.

A pesquisa foi levada a cabo nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2008 com a intenção de coletar dados no período de alta estação, quando não apenas os benefícios são percebidos, como também a insatisfação por problemas gerados pelo grande número de pessoas no local. Surpreendentemente uma das queixas recorrentes era relativa à reduzida quantidade de turistas no ano de 2008, provavelmente por causa do caos aéreo. As respostas, em geral, demonstram a grande importância dada ao turismo por parte da comunidade, mas também a percepção de alguns dos problemas que ele traz.

Dos 277 questionários pré-estabelecidos 229 foram efetivamente respondidos, havendo 48 negativas por parte dos indivíduos abordados, o que representa 83% de questionários respondidos, contra 17% não respondidos. Vale ressaltar que para a elaboração dos gráficos, foram contabilizados apenas os 229 (83%) respondidos.

2 O desenvolvimento como paradigma

O termo desenvolvimento tem feito cada vez mais parte do cotidiano das pessoas. Em termos econômicos, tecnológicos e até pessoais, é recorrente o uso desta palavra para indicar a busca ou alcance de melhorias, de evolução. Entretanto, sua vinculação ao ensejo de crescimento econômico tem desvirtuado a própria noção da palavra. Este capítulo objetiva refletir sobre tal termo, bem como contextualizar sua importância no entendimento da dívida ecológica.

2.1 Desenvolvimento *versus* Subdesenvolvimento

Para Dupas (2006, p. 11), “no alvorecer do século XXI o paradoxo está em toda parte”. Ajudados pelo avanço tecnológico, o homem alcança elevados índices de produtividade em colheitas, ao mesmo tempo em que pessoas morrem de fome; a democracia e as liberdades individuais são propagadas como direitos, mas o medo do terrorismo implica em restrições e ações preconceituosas em relação ao outro; em tempo real as informações são propagadas ao mundo, entretanto a educação é insuficiente para alertar e impedir o consumismo desmedido.

Inúmeros outros problemas podem ser citados, o que demonstra que a supremacia da era tecnológica não é suficiente para solucionar dilemas rotineiros, seja por efetiva incapacidade, seja por falta de interesse em direcionar o foco de ações para fins que não ligados aos interesses de grupos específicos. Um exemplo para ilustrar tal afirmação é a existência, até os dias atuais, de mortes relacionadas a doenças passíveis de tratamento e cura. Uma delas é a pneumonia. Perfeitamente tratável, a pneumonia é, no entanto, a segunda causa de morte entre crianças até 5 anos em países subdesenvolvidos, como afirmam Obaro e Madhi¹ (2006), em artigo publicado na Revista Médica Lancet:

...pneumonia (ambas típicas e atípicas), bronquite, bronquiolite, e síndromes respiratórias agudas continuam a ser um problema de saúde pediátrico

¹ Original em Inglês: “...pneumonia (both typical and atypical), bronchitis, bronchiolitis, and severe acute respiratory syndrome — remains a global pediatric health problem. Worldwide, more than 2 million children die of pneumonia annually. In a recent review of child mortality from preventable causes, pneumonia ranked second, and is responsible for 21% of deaths in children under the age of 5 years in low-income countries, especially in Africa and Asia, where 70% of deaths occur”.

global. Em todo o mundo mais de 2 milhões de crianças morrem de pneumonia anualmente. Em um recente retrospecto de mortalidade infantil por causas passíveis de prevenção, a pneumonia alcançou o segundo lugar do ranking, sendo responsável por 21% das mortes de crianças abaixo de 5 anos em países subdesenvolvidos, especialmente na África e Ásia, onde 70% das mortes ocorreram (tradução nossa).

A indústria farmacêutica faz pesados investimentos para descoberta de novos remédios para impotência, para obesidade e para combate do HIV -Vírus da Imunodeficiência Humana. Estes são medicamentos voltados para mercados consumidores capazes de absorver os investimentos em pesquisas e dar lucros, ou que pelo menos sejam amparados pelos governos, como no caso do coquetel para a AIDS- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Entretanto, a pneumonia ataca principalmente crianças de países que não são interessantes desde o ponto de vista do mercado, seja pelo baixo poder de compra de sua população, seja pelo pequeno lucro que se terá a partir da produção de remédios para doenças já conhecidas.

De forma análoga, “o saber científico conjuga-se à técnica e, combinados – a serviço de um sistema capitalista hegemônico , não cessam de surpreender e revolucionar o estilo de vida humano” (DUPAS, 2006, p. 11), produzindo aparelhos ultramodernos, roupas inteligentes ou comidas com baixas calorias de acordo com as necessidades e demandas do mercado. Agregado a isto, os produtos atualmente ficam obsoletos cada vez mais rapidamente, tornando-se substituíveis por outros mais modernos, sendo esta uma estratégia de estímulo ao consumo e ao modelo econômico contemporâneo. Um modelo que tem como base o estímulo à produção e ao consumo, intitulados por muitos como *desenvolvimento*.

Mas cabe aqui refletir qual o verdadeiro significado da palavra desenvolvimento. Propalada como fundamental para designar a evolução individual ou de sociedades, tal termo ganhou importância nos últimos tempos. Em geral, é utilizado como sinônimo de crescimento econômico proporcionado pelo estímulo à industrialização e à urbanização, como mostra Morin e Kern (2003, p. 78)

O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimento sociais, psíquicos e morais.

Hoje em dia, mediante a percepção das fortes contradições do sistema em voga, organismos internacionais e governos tentam direcionar ações no sentido de mudar tal realidade. Afinal, o desenvolvimento alavancado pelo sistema industrio-capitalista tem sido

embasado em processos profundamente insustentáveis desde um ponto de vista socioambiental e mesmo econômico. Concentração de riqueza e desigualdades, unido a devastação ambiental e poluição crescente são alguns dos fatores que produzem, a cada instante, seqüelas que deverão ser absorvidas e solucionadas pelas futuras gerações. Para Morin e Kern (2003, p. 78) “essa concepção tecno-econômica ignora os problemas humanos de identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente **subdesenvolvida**” (grifo da autora).

No afã de propor novos paradigmas, debruçam-se sobre os problemas atuais pesquisadores e estudiosos de todo o mundo. Sachs (2002) propõe o Ecodesenvolvimento, Leff lança mão da teoria da racionalidade ambiental (LEFF, 2001), enquanto Morin e Kern (2003) instiga o pensar complexo, todos eles visando promover um debate sobre a urgência de entender homem e meio de forma agregada e sistêmica, e não como entes separados e independentes.

Para estes autores, o desenvolver envolve elementos que perpassam o simples matiz econômico. Também para Sen (2000), desenvolvimento tem uma outra conotação. Para ele o desenvolvimento pode ser entendido como um processo e uma expansão das liberdades reais das quais as pessoas podem desfrutar. Para este autor (2000. p. 18),

o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância excessiva de Estados repressivos.

Neste sentido, os termos desenvolvido e subdesenvolvido não trazem compreensão de melhor ou pior. Para ele, países ricos e pobres sucumbem de males semelhantes no que tange à liberdade. Ele não nega que a abundância econômica é um dos elementos que viabilizam a liberdade, mas não o único caminho para alcançá-la, inclusive defendendo que a participação no mercado pode levar à equidade, sendo também uma forma de propiciar a liberdade como forma de desenvolvimento (SEN, 2000, p. 22).

Entre seus exemplos, ele confronta a situação dos afro-americanos nos Estados Unidos. Caso comparados aos americanos brancos, os afro-descendentes são relativamente pobres. Já sendo analisados em relação aos habitantes dos países do Terceiro Mundo, eles figurariam como indivíduos ricos. Entretanto, como frisa Sen (2000, p. 20) “é importante reconhecer que os afro-americanos têm uma chance *absolutamente* menor de chegar à idade madura do que as

peças que vivem em muitas sociedades do Terceiro Mundo, como China, Sri Lanka ou partes da Índia”.

Com esta demonstração, este autor traz para o seio da sociedade o questionamento do que realmente é desenvolvimento. Para ele (SEN, 2000, p. 20)

Se a análise do desenvolvimento for relevante inclusive para os países mais ricos, a presença destes contrastes intergrupais no âmbito de países mais ricos pode ser considerado um aspecto importante da concepção de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Um país, portanto, dificilmente será somente desenvolvido ou subdesenvolvido, já que abrigará situações das mais diferenciadas entre seus habitantes. Falar em termos de sim ou não, rico ou pobre, desenvolvido ou subdesenvolvido é simplificar a complexidade de relações sócio-econômicas inerentes a qualquer sociedade. Não se pode negar, no entanto, a força atual desta dicotomia. Para se chegar à compreensão atual de tais termos, é necessário verificar a gênese de seu entendimento.

2.2 Desenvolvimento e crescimento econômico: sinônimos?

O debate em torno de termos como desenvolvido e subdesenvolvido, superior e inferior, está impregnado de pré-conceitos moldados no intuito de solidificar um ideal a ser seguido por países de todo o mundo, mediante interesses específicos de países dominantes. Como afirma Dupas (2006, p. 16) a evolução do termo *desenvolvimento* ou *progresso* oculta em realidade “interesses hegemônicos” de uma elite que “tem competência de conduzir um sistema (de nações ou culturas) a uma situação desejada; mas, ao assim fazer, ainda conseguem ser percebidas como se buscassem o interesse geral”.

Concorda com tal ideal Veiga (2006, p. 28), ao enfatizar que

graças à idéia do mito do desenvolvimento econômico tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Para alcançar o status de ideal a ser seguido, no entanto, o termo passou por uma série de inserções de significados, até se solidificar como a palavra mestra para designar melhoria,

bem-estar econômico, evolução. Para Esteva² (1993, p. 10) a compreensão da palavra “sempre implica em mudança favorável, um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor” (tradução nossa).

Entretanto nem sempre foi este o seu uso. Inicialmente a palavra “desenvolvimento” não tinha contornos claros para os povos de uma época na qual problemas relativos à escassez de alimentos, à segurança contra povos invasores ou epidemias eram preponderantes em relação às questões de melhoria de saúde e educação, ou avanços econômicos. Para Souza (2007, p. 01), as condições necessárias para as mudanças que permitissem alterações efetivas nesta estrutura secular foram alcançadas após o “surgimento do Estado nacional moderno, o Renascimento e as grandes descobertas marítimas”, elementos que “revolucionaram as relações econômicas” e ditaram os novos rumos da economia mundial.

Estímulos às ciências e aos avanços tecnológicos trouxeram uma série de estudos e, seguindo a tendência, termos para informar e registrar as descobertas e verificações. Entre eles está a palavra ‘desenvolvimento’, comumente utilizada nas ciências biológicas para explicar o “processo pelo qual as potencialidades de um objeto ou organismo são liberados até que ele alcance sua forma naturalmente completa”³ (ESTEVA 1993, p. 08, tradução nossa).

Entre 1759 e 1895 houve uma alteração no entendimento sobre o termo. Ele passa da idéia de alcançar a forma *ideal-completa* para uma forma *perfeita*. Aparentemente tênue, esta pequena alteração implica em toda uma re-significação da palavra, passando ela a incorporar outros sentidos. Esta busca pela, ou consecução da, perfeição - materializada no termo “desenvolvimento” - a torna uma palavra símbolo, que contém ações, pensamentos, idéias ensejados por todos, seja em termos individuais (o ser humano que evolui), seja coletivo (a sociedade, o povo do qual se participa em busca do progresso).

No final do século XVIII há uma mudança no uso da palavra, que deixa de ter uma conotação meramente biológica passando para um tipo de metáfora sobre o progresso ou as mudanças ocorridas na esfera social. Em 1774 o escritor Herder, que tinha como prática fazer análises da evolução de formas organizacionais comparado-as à de “germes”, lança na literatura social o uso do termo “desenvolvimento” (ESTEVA, 1993, p. 8, tradução nossa). A partir daí

² Original em Inglês: “The word always implies a favourable change, a step from the simple to the complex, from the inferior to the superior, from worse to better”.

³ Original em Inglês: “a process through which the potentialities of an object or organism are released , until it reaches its natural, complete, full-fledged form”.

as metáforas fragmentadas utilizadas durante todo o século XVIII começam a fazer parte da linguagem comum do século XIX, com a palavra ‘desenvolvimento’ acumulando um conjunto variado de conotações. Esta sobrecarga de significados terminou por diluir seu sentido preciso ⁴ (ESTEVA, 1993, p. 09, tradução nossa).

Finalmente o uso do termo se consolidou, como largamente conhecido atualmente, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Também foi neste período que se criou o seu oposto, o subdesenvolvimento. Este momento é, inclusive, um marco ao se considerar as formas não apenas econômicas, mas também ideológicas de dominação.

Os Estados Unidos da América saem pujantes da Segunda Guerra. E como tal, desejam consolidar sua posição de nação hegemônica. Para tal, concebem uma política em escala global que teria como uma de suas funções identificar sua supremacia, bem como que facilitar sua dominação perante outros países. Para Esteva (1993, p. 7), Truman estabeleceu o início de uma nova era para o mundo – a era do ‘desenvolvimento’ – no dia 20 de janeiro de 1949, quando assumiu a presidência dos Estados Unidos. Em seu discurso, afirmou:

Devemos iniciar um novo e arrojado programa, capaz de tornar disponíveis os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento das áreas **subdesenvolvidas** (grifo nosso). O antigo imperialismo – exploração para lucros estrangeiros – não tem mais lugar em nossos planos. O que consideramos é um programa de **desenvolvimento** (grifo nosso) baseado nos conceitos de um comércio justo e democrático.⁵

Os termos desenvolvido e subdesenvolvido passam, assim, a carregar implícitas significações que perpassam a simples compreensão de tais palavras. Elas igualmente carregam em si símbolos, atualmente desejados e/ou repudiados por todos aqueles que acriticamente aceitam as idéias nelas embutidas. Isto porque para que uma sociedade queira passar de uma condição específica para outra melhor, ela deve se entender como necessitando desta melhoria, ela deve se entender inferior. Para grande parte da população mundial, pensar em desenvolvimento implica em primeiramente se perceber subdesenvolvido.

Nas palavras de Morin e Kern (2003, p. 79), “o terceiro mundo continua a sofrer a exploração econômica, mas sofre também a cegueira, o pensamento limitado, o

⁴ Original em Inglês: “The debris of metaphors used throughout the 18th century began to become part of ordinary language in the 19th century, with the word ‘development’ accumulating in it a whole variety of connotations. This overload of meanings ended up dissolving its precise significance”.

⁵ Original em Inglês: “We must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. The old imperialism – exploitation for foreign profit – has no place in our plans. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair dealing”.

subdesenvolvimento moral e intelectual do mundo desenvolvido”. Concorde com ele Gonçalves (2004, p. 26), que faz sua crítica à adoção dos ideais desenvolvimentistas pelo Terceiro Mundo

Assim, vemo-nos diante de uma desses paradoxos constitutivos do mundo moderno-colonial, em que a superação da desigualdade se transforma, na verdade, numa busca de igualdade pra todos... segundo o padrão cultural europeu norte-ocidental e norte-americanos [...]. Entretanto, o aparente absurdo só o é na medida em que a colonização do pensamento nos fez crer que há povos atrasados e adiantados, como se houvesse um relógio que servisse de parâmetro universal.

Neste contexto, a população mundial fora dos padrões ditados como desenvolvidos passam a ter identificados seus problemas e definidas suas prioridades por grupos alheios à suas vivências. Ademais, a própria manipulação sobre os conceitos de desenvolvimento e bem-estar induz países em situação desfavorável a desejar a condição de desenvolvido. Para Esteva (1993, p. 07)

A partir deste dia (20 de janeiro de 1949) 2 bilhões de pessoas se tornaram subdesenvolvidas. Na realidade, a partir deste momento eles deixaram de ser o que eram, em toda sua diversidade, e foram transformados em um espelho invertido da realidade: um espelho que os deprecia e os envia para o fim da fila, um espelho que passa a definir suas identidades, formadas realmente por uma maioria heterogênea e diversa, simplesmente dentro dos termos de uma minoria homogênea e estreita (tradução nossa).⁶

Dentro desta realidade, os bancos e organismos internacionais passam a dar direcionamentos para o crescimento econômico mundial, não apenas ditando regras, como também estabelecendo diretrizes para dar suporte às nações subdesenvolvidas. Uma das ideologias adotadas como verdade foi a ‘Curva de Kuznets’, criada por Simon Kuznets (1901-1985) na década de 30.

Neste período ele começou a esboçar as noções de produto, rendimento e despesas, dando início a investigações voltadas para as contas nacionais, sendo considerado o pai do PIB – Produto Interno Bruto. Tais estudos culminaram na ‘Curva de Kuznets’, ou ‘Curva do U Invertido’, que mostrava a relação entre crescimento e distribuição. (VEIGA, 2006, p. 42).

⁶ Original em Inglês: “On that day, two billion people became underdeveloped. In a real sense, from that time on, they ceased being what they were, in all their diversity, and were transmogrified into an inverted mirror of others’ reality: a mirror that belittles them and sends them off to the end of the queue, a mirror that defines their identity, which is really that of a heterogeneous and a diverse majority, simply in the terms of a homogenizing and narrow minority.

A intenção de Kuznets era provar, mesmo mediante poucos dados, que “a desigualdade de renda tendia a aumentar na fase inicial da industrialização de um país, ocorrendo o inverso em fase posterior, quando esse país estivesse desenvolvido” (VEIGA, 2006, p. 43). Tal afirmação, no entanto, foi feita com ressalvas, já que o autor também deixou claro que era apenas uma tentativa de abrir o debate ao tema, bem como que os diferentes países não seguiriam necessariamente tal tendência.

Para Veiga (2006, p. 44) estes estudos foram a base científica para o ideal por muito tempo defendido como verdade de que primeiramente deve-se “fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”.

Apesar da hipótese de Kuznets ter se apoiado em base empírica tão modesta, ela foi transmitida a várias gerações de economistas como se fosse uma lei tão séria como a da gravidade, talvez devido a razões políticas e ideológicas que fizessem as pessoas se apegar a essa idéia [...].

Como consequência, espalhou-se o ideal de que o crescimento econômico era o fator mais importante, deixando-se questões relativas à distribuição e igualdade social para posteriori. Apenas em 1996 um estudo de Deininger e Squire (1996 *apud* VEIGA, 2006, p. 44) demonstrou que a “estrutura da distribuição de renda é persistente, seja qual for o crescimento econômico. [...] Desde a Segunda Guerra Mundial, o crescimento variou muito pouco entre os países, ao passo que a distribuição de renda quase não mudou em termos comparativos”.

Pesquisa recente, veiculada pelo Diário de Pernambuco (2007, p. 2), apresenta dados que sustentam tal estudo. A matéria, de nome *Dossiê nordeste: a verdade sobre a desigualdade regional* (SANTIAGO, 2007), faz uma análise do crescimento econômico inexpressivo da região Nordeste frente a outras regiões e frente à média nacional.

O autor informa que, apesar de dados pontuais (dois ou três anos) sempre indicarem crescimento, na realidade a região não consegue efetivamente melhorar sua posição na economia nacional se verificados dados de longo prazo. Segundo Santiago (2007),

ao longo das últimas décadas [...] a região apenas acompanhou a média de crescimento do Brasil, o que significa dizer que a desigualdade com o país e com as regiões mais desenvolvidas do país permanece inalterada. [...] o PIB per capita do nordestino é metade do nacional e só 28% do Sudeste. [...] o fato é que esta é praticamente a mesma proporção de 1960. Segundo, a participação do Nordeste no PIB do Brasil há 20 anos não sai de incômodos 13 ou 14% (Ver Quadro 2).

QUADRO 1: Trajetória da participação das regiões na economia nacional ao longo de 20 anos
(adaptado de quadro exibido no Diário de Pernambuco)

Participação das regiões no PIB do Brasil, 1985-2004 (em %)								
	1985	1988	1991	1994	1997	2000	2003	2004
NORDESTE:	14,1	12,8	13,4	12,9	13,1	13,1	13,8	14,1
Sudeste:	60,2	60,3	58,7	58,7	58,2	57,1	55,2	54,9
Sul:	17,1	17,5	17,1	18,7	17,7	17,6	18,6	18,2
Centro-Oeste:	4,8	5,0	6,1	6,1	6,3	7,0	7,5	7,5
Norte:	3,8	4,4	4,7	5,1	4,4	4,6	5,0	5,3

Fonte: IBGE, contas Regionais do Brasil 1985-2004 (*apud* Santiago, 2007)

Para concluir o autor afirma que o Nordeste tem crescido, mas que as desigualdades regionais persistem: “A realidade, vista a longo prazo mostra que, do ponto de vista da desigualdade regional, o crescimento nordestino se desfaz sem conseguir alterações significativas no abismo que separa o Brasil desenvolvido do Brasil que fica pra trás”.

Outro dos ideais seguidos, à época, era a ‘Doutrina das Vantagens Comparativas’, de David Ricardo (1772-1823), que “dava um fundamento econômico à dominação política dos países subdesenvolvidos” (SOUZA, 2007, p. 4), bem como também era suporte ao ideal da divisão internacional do trabalho.

Para ele, “cada país deveria se especializar na produção daqueles bens para os quais apresentasse vantagens comparativas de custo” (SOUZA, 2007, p. 04). Como conseqüência de tal ideal, defendia-se que os países subdesenvolvidos deveriam produzir matérias-primas para exportação, limitando-se a tal objetivo por possuir recursos tanto em termos naturais quanto humanos. Já aos países desenvolvidos caberia o papel de produzir bens manufaturados, que seriam consumidos pelos subdesenvolvidos.

Apenas com os trabalhos da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe iniciou-se uma crítica a tal doutrina. Prebisch (*apud* SOUZA, 2007, p. 157) presidente do Banco Central da Argentina, foi o primeiro a comprovar, mediante estatísticas, que a teoria de que o progresso dos países desenvolvidos se estenderia aos subdesenvolvidos desde que cada um deles mantivesse suas atividades dentro do ideal das vantagens comparativas de custo estava equivocada.

Em 1948 tal autor mostrou, mediante estudos, que o poder de compra por exportações de produtos primários seguia uma tendência de decréscimo. Fazendo uma comparação da evolução dos preços de produtos agrícolas e industriais em um período de 65 anos (1880/1945) Prebisch percebeu “uma tendência nítida para a deterioração das relações de troca, contra os países subdesenvolvidos: a relação preços agrícolas/ preços industriais (P_a/P_i), igual à unidade em 1880, caiu tendencialmente a 0,687 em 1945” (apud SOUZA, 2007, p. 157).

Tal pesquisa comprova a tese de Prebisch, a qual dizia que a América Latina “fazia parte de um sistema de relações econômicas internacionais que funcionava como uma espécie de constelação, na qual os países industrializados estariam no centro e a América Latina ficava na passiva periferia” (YOUNG; LUSTOSA, 2003, p. 203), tese esta conhecida como *centro-periferia*. Para ele a lógica deste sistema favorecia o centro, representado pelos países ricos e de economia desenvolvida, sendo toda formulada e mantida no sentido de atender às necessidades deste grupo, enquanto que os países pobres – ou a periferia – seriam integrados ao sistema obedecendo tais interesses.

Verificou-se, desta forma, que a manutenção de tal sistema era extremamente pernicioso para os países da América Latina. Esta desvantagem era consolidada em três premissas: os produtos dos países periféricos tinham baixa elasticidade de demanda, o que conseqüentemente limitava a possibilidade de aumentar as exportações; havia uma tendência a deterioração dos termos de troca, demandando um volume crescente das exportações para a manutenção dos lucros; e inserção passiva nas relações econômicas internacionais, o que representava uma manutenção do *status quo* indefinidamente para o benefício do próprio sistema (YOUNG; LUSTOSA, 2003, p. 204).

Foram, então, sugeridas alternativas para o desenvolvimento efetivo de tais regiões, por meio da industrialização. De acordo com os estudiosos cepalinos, dois pontos cruciais seriam imprescindíveis no sentido de minimizar a dependência e estimular o efetivo desenvolvimento da América Latina. Primeiramente os países subdesenvolvidos “deveriam proteger a indústria nascente, estimulando a implantação de novas atividades” (SOUZA, 2007, p. 152) via substituição de importações, mesmo que inicialmente os custos fossem superiores a produtos importados, bem como estimular a base industrial e tecnológica de tais países no sentido de promover mudanças no que se refere à divisão internacional do trabalho.

“Na década de 50, contudo, os oligopólios passaram a produzir em escala mundial” (SOUZA, 2007, p. 159). Muitos países, antes com restrições a produtos importados para proteção de sua própria indústria, abrem-se às multinacionais. Em função disso, “o processo

de industrialização da periferia assumiu um novo aspecto, com os grandes grupos internacionais passando a contribuir diretamente para a transformação de sua estrutura produtiva” (*ibidem*).

Neste processo, principalmente na América Latina, os sucessivos governos militares estimulavam a abertura da economia ao capital estrangeiro, bem como aumentavam a influência do Estado nas decisões econômicas. O que se iniciou como dependência comercial, relativa a mercados, preços e produtos no comércio entre nações, transforma-se em dependência tecnológica e financeira. Facilidades de acesso ao capital estrangeiro viabilizam a industrialização dos países periféricos, significando, entretanto, um reforço “aos laços de interdependência entre as nações” (SOUZA, 2007, p. 167).

A partir da década de 90, toma corpo um intenso processo de globalização, principalmente devido à flexibilização dos processos produtivos da empresa. Neste período, as empresas passam a ser menores e mais especializadas, sendo mais competitivo para o negócio a busca pela instalação de indústrias em diferentes partes do globo, na busca pela máxima redução dos custos de produção. Como afirma Dupas (2006, p. 106), “a ideologia liberal permite que o capital seja cosmopolita; sua pátria é onde ele pode render bem”. Um novo tipo de liberalismo, portanto, vai dar os direcionamentos da crescente globalização da economia mundial, bem como da crescente (inter)dependência entre as nações.

2.3 O Neoliberalismo e crescimento econômico

Dentro dos estudos econômicos, tendências delinearão a ação de economistas e governo em torno dos caminhos “ótimos” a seguir no sentido de estimular o desenvolvimento da economia mundial, desenvolvimento este entendido como o progressivo aumento do ciclo de produção e consumo. Entretanto, como afirma Dupas (2006, p. 11) “a capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de *progresso*; mas esse *progresso*, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento”. Como justificar, então a manutenção de um sistema que vem, ao longo dos anos, acirrando problemas de ordem mundial, beneficiando minorias em detrimento do grande contingente de pobres do planeta?

Várias teorias foram lançadas no sentido de promover um crescimento consistente, e manter o sistema de acordo com os interesses de grupos específicos, dentro do mundo

capitalista em ascensão. No processo inicial de desenvolvimento capitalista, a fase de grande competição entre as empresas, promovida pelo livre mercado, era estimulada pela existência de um grande número de pequenas empresas, e pela pouca intervenção do Estado.

De acordo com o ideal em voga, defendido principalmente por Adam Smith, a busca pela maximização individual era um primeiro passo para viabilizar benefícios para o coletivo (SOUZA, 2007, p. 59). Assim, o mercado livre das determinações estatais, e por meio da concorrência entre as diferentes empresas, passaria a ter preços cada vez mais competitivos, bem como uma constante evolução técnica no sentido de promover as melhores condições de compra e venda.

Segundo Marcuse (*apud* Dupas, 2006, p. 87), somente após o último quarto do século XIX os países do capitalismo avançado passam a utilizar um crescente intervencionismo estatal como forma de legitimar sua dominação. Este foi o primeiro passo para desvirtuar a própria atuação do Estado, no momento em que

Com o Estado visando estabilizar as disfunções do sistema, a política adquiriu um caráter negativo: orientava sua ação para evitar riscos que poderiam pôr o sistema em perigo, não para realizar finalidades práticas que interessam diretamente ao cidadão (DUPAS, 2006, p. 87).

A partir dos problemas trazidos pela crise de 1929 e 1933, se consolida a intervenção estatal como forma de garantir os interesses de grandes corporações, colocando em xeque os ideais liberais até então praticados. Para Capra (2002, p. 147)

Por várias décadas depois da Segunda Guerra, o modelo keynesiano da economia capitalista, baseado num contrato social entre o capital e o trabalho e num controle sutil dos ciclos econômicos nacionais por meio de medidas tomadas pelo poder estatal teve grande êxito e levou prosperidade econômica e estabilidade social à maioria dos países.

Entretanto a partir da década de 70, este modelo, concentrado basicamente na economia interna, começa a perder força vertiginosamente principalmente por não conseguir acompanhar as rápidas mudanças em curso. Ao desconsiderar os tratados econômicos internacionais e a rede comercial global aliada ao imenso poder das multinacionais (CAPRA, 2002, p. 147), o modelo keynesiano sucumbe à necessidade de adaptação ao novo momento histórico que se delineava.

Liberais e intervencionistas travam nova batalha a partir do intenso processo de globalização instaurado na economia mundial na década de 80. Neste momento o Estado é

colocado como o grande vilão sendo, destarte, estimuladas novas estratégias com a finalidade de abrir os mercados, entre elas a privatização, as aquisições e, principalmente, a tecnologia como base do sistema (DUPAS, 2006, p. 90). Castells coloca tais alterações como uma necessidade de reestruturação do capitalismo, erigida sob estratégias como a anulação do contrato social entre capital e trabalho, desregulamentação e liberalização do mercado financeiro e por muitas mudanças empresariais criadas para incentivar a flexibilidade e a capacidade de adaptação (2000 *apud* CAPRA, 2002, p. 147).

O Neoliberalismo, ideologia política defendida inicialmente por Thatcher e Reagan (BARBOSA, 2007, p. 34), e posteriormente seguido por países de todo o mundo, ganha força ao advogar a abertura total de mercado. Tendo como principal postulado o fato de que o Estado intervencionista acaba por aprofundar as falhas do sistema, o neoliberalismo restringe sua função à organização de elementos essenciais (educação, saúde, etc), deixando de interferir ou atuar sobre elementos como produção, exportação e importação. Friedman (2005 *apud* DUPAS, 2006, p. 145) defende que o

Estado precisa ser forte onde é necessário, porém limitado. Ele deve dar conta de: defesa nacional; Poder Judiciário, para mediar disputas entre as pessoas; e garantia da propriedade privada. Para tudo mais o mercado resolveria as coisas muito melhor que o governo.

Para exemplificar, pode-se utilizar o evento da desregulamentação do transporte aéreo nos Estados Unidos. Ação pioneira a nível mundial, foi não só seguida por outros países, como também influenciou o mesmo processo em relação aos demais setores da economia. Para Palhares (2002, p. 113) a regulamentação do transporte aéreo era uma forma de garantir uma atividade de características oligopolistas, ou até mesmo monopolistas, e de grande importância para a integração e progresso dos países. Desta forma, para que se fortalecessem, eram necessárias ações que restringissem a entrada de possíveis competidores.

Vários outros países passam a adotar os ideais neoliberais. Para Capra (2002, p. 147), “a reestruturação do capitalismo impôs uma disciplina econômica comum aos países da nova economia global, através da atividade de bancos centrais e do Fundo Monetário Internacional”.

Há que se ressaltar, entretanto, que, diferentemente dos Estados Unidos ou outros países europeus, a adoção dos pressupostos neoliberais pelos países pobres da América do Sul foi uma imposição, administrada por meio do Consenso de Washington (1989). Este documento, que inicialmente era uma recomendação de políticas para o desenvolvimento na América

Latina, acaba sendo adotado pelo FMI – Fundo Monetário Internacional como regra para os acordos de negociação da dívida externa junto a países devedores (SOUZA, 2007, p. 167).

Entre os pontos de orientação do Consenso estão a questão do Estado mínimo, com privatizações, para resolver a crise fiscal e a inflação; abertura dos mercados, eliminação das regulamentações e intervenções governamentais, bem como a eliminação das barreiras aos investimentos estrangeiros (PEREIRA *apud* SOUZA, 2007, p. 167).

A abertura dos mercados, “que obviamente beneficia mais os mais competitivos e aqueles que adicionam mais valor às suas exportações – seria um instrumento de redenção dos pobres” (DUPAS, 2007, p. 148). Para Capra (2002, p. 141), a criação da OMC – Organização Mundial do Comércio foi um importante estímulo para o novo modelo econômico alicerçado na globalização. A partir daí o ‘livre comércio’ é defendido por políticos e grandes empresários, e exaltado como uma “nova ordem que viria a beneficiar todas as nações, gerando expansão econômica mundial cujos frutos acabariam chegando a todas as pessoas, até às mais pobres”.

Este Estado mínimo, e a ânsia pela conquista de novos mercados, transformou a configuração da economia mundial. Muito mais do que a internacionalização da economia, hoje o mundo passa pela globalização nos planos econômico, social e cultural, sendo tal expressão entendida como a

Expansão dos fluxos de informações – que atingem todos os países, afetando empresas, indivíduos e movimentos sociais –, pela aceleração das transações econômicas – envolvendo mercadorias, capitais e aplicações financeiras que ultrapassam fronteiras nacionais – e pela crescente difusão de valores políticos e morais em escala universal (BARBOSA, 2007, p. 10).

Young e Lustosa (2003, p. 209), por sua vez, fazem uma colocação mais crítica em relação ao termo, dizendo ser ele sinônimo da “padronização de consumo, aliada aos processos produtivos de larga escala e padronizados, espalhados pelos continentes, e com mercados financeiros entrelaçados”.

No caso da questão econômica, esta globalização avança de forma expressiva, por meio da abertura comercial das economias nacionais e a expansão das multinacionais que ocupam pontos estratégicos na produção e distribuição internacional (BARBOSA, 2007, p. 10). Um exemplo desta globalização da economia é a Unilever, empresa de origem anglo-holandesa, que tem um diretor de recursos humanos que comanda gerentes em 90 diferentes países. Ou então a Telefônica, empresa espanhola de telefonia que adquiriu os serviços de telefonia de

muitos países sul-americanos, tendo 20% do seu lucro total proveniente desta região (*ibidem*, p. 12).

Um outro aspecto fundamental a ser considerado foi relativo à flexibilização do mercado de trabalho, visando assim permitir novas formas de contratação que viabilizem a redução de custos, o que implica dizer em impactos nas relações de trabalho. Este fato, no entanto, acaba por camuflar as reais conseqüências da flexibilização. Não havendo especificações, as empresas podem estabelecer as condições ótimas para seus empreendimentos, independentemente das necessidades dos seus trabalhadores. A criação de mais postos de trabalho, assim, reveste de positivas as diferentes formas de exploração da mão-de-obra assalariada.

Manuel Castells (2000 *apud* CAPRA, 2002, p. 153) defende ser este um dos efeitos sociais do capitalismo global. Para ele, vive-se o período da Sociedade de Rede, marcada pelo dinamismo da tecnologia e rapidez da informação, características estas responsáveis por profundas alterações nas relações sociais entre o capital e o trabalho. Neste novo tempo, “o capital é global, ao passo que o trabalho é, via de regra, local” (CAPRA, 2002, p. 153). Desta forma a ocorrência do trabalho e a existência do capital são independentes de tempo e espaço. Com o capital globalizado, e as facilidades de comunicações e transações comerciais, o emprego é gerado de acordo com o interesse das empresas, que buscam os países com menor custo de mão-de-obra com a finalidade de maximizar o lucro, como informa Capra (2002, p. 154)

À medida que um número cada vez maior de empresas se reestrutura e assume a forma de redes descentralizadas – redes de unidades menores que, por sua vez, são ligadas a redes de fornecedores e prestadores de serviços –, os trabalhadores são cada vez mais admitidos através de contratos individuais, e assim o trabalho perde a sua identidade coletiva e o seu poder de negociação.

A desestruturação da teoria do trabalhador coletivo de Marx⁷⁷ vem reforçar esta afirmativa, no momento em que o trabalhador é agora entendido apenas como um dos recursos do capital. O lucro é o fim último, também mediante a exploração da mão-de-obra trabalhadora.

⁷⁷ O *trabalhador coletivo* se caracteriza por um conjunto de trabalhadores que trabalham de forma cooperativa em um mesmo local, dando a estes uma noção completa do processo de produção, onde era gerada uma força maior do que se cada um trabalhasse em separado. Com o cérebro e as mãos trabalhando em conjunto na criação e execução das tarefas, o trabalhador se caracteriza pela completude (SOUSA; RIBEIRO, 2007).

De acordo com Marx (2004), o conjunto de atividades era empreendido pelos funcionários, estando alocados conjuntamente “braços, membro e cabeça” do trabalhador no mesmo espaço, o que dava margem à organização sindical e defesa de interesses comuns. Para tal autor, o trabalho em grupo seria uma força potencializada, que diminuiria o tempo necessário para a realização da tarefa proposta.

Se pedreiros, por exemplo, formam uma fila para levar tijolos do pé ao alto do andaime, cada um deles faz a mesma coisa, mas seus atos individuais constituem parte integrante de uma operação conjunta, fases especiais que cada tijolo tem que percorrer no processo de trabalho, e os 24 braços do trabalhador coletivo supondo-se que sejam 12 trabalhadores, transportando-no mais rapidamente do que os mesmo 12 trabalhadores se, cada m, isoladamente, como seus dois braços, subisse isoladamente (MARX, 2004, p. 380).

A evolução do capitalismo e novas tecnologias promoveu mudanças nas formas de organização da produção. Esta nova organização, conhecida como *fordismo*, estava calcada na divisão e intensa especialização das tarefas, fazendo com que um conjunto de práticas de controle do trabalho viabilizassem a produção em grande escala. Para Marx (2004 *apud* SOUSA; RIBEIRO, 2007)⁸

A revolução industrial inaugura um novo período do capitalismo pela possibilidade de substituição do trabalhador que maneja uma única ferramenta dada a sua limitação física, pela máquina que opera ao mesmo tempo com certo número de ferramentas idênticas ou similares, promovendo uma significativa alteração na *composição orgânica do capital*⁹ nas economias avançadas.

Assim, o espaço geográfico não determinava mais a existência de empresas ou indústrias. “O capital passa a desfrutar da possibilidade de fixar os seus órgãos em um mesmo local ou locais completamente distantes” (GONÇALVES *apud* SOUSA; RIBEIRO, 2007), o que traz interferências diretas para o trabalhador em si, bem como para os países que receberão esta nova organização das formas de acumulação do capital na era da tecnologia e da informação. Para aumentar lucros e diminuir custos o capital “desenvolve técnicas de gestão e logística que tornam possível a montagem dos produtos por etapas, percorrendo e

⁸ Reestruturação produtiva e intensificação do processo de globalização: Uma evolução da concepção do trabalhador coletivo em Marx de autoria de Marcio Miceli Sousa e Elivan Ribeiro, em processo de publicação, 2007.

⁹ A composição orgânica do capital foi uma categoria criada por Marx para expressar a relação existente entre o capital constante (meios de produção) e o capital variável (força de trabalho) em uma economia em dado período de tempo

desfrutando das melhores oportunidades em cada um dos países integrantes da linha de montagem” (SOUSA; RIBEIRO, 2007).

Delineia-se, assim, uma fragmentação do trabalhador coletivo. Países desenvolvidos, geradores de tecnologia e inovação detém a “cabeça” do trabalhador, enquanto aqueles em desenvolvimento e sem capital para o estímulo à pesquisa abriga os “braços” da teoria de Marx. Castells (*apud* CAPRA, 2002, p. 154) faz semelhante colocação ao diferenciar o trabalho “genérico”, ou não-especializado, e o “com formação”. O primeiro não precisa ter acesso à informação e ao conhecimento, ou ao menos deter somente o necessário para a compreensão das ordens a serem executadas. Já o segundo tem a “capacidade de chegar a um nível mais alto de educação, de processar informações e de criar conhecimentos”. Como consequência, um grande número de trabalhadores desqualificados ficam a mercê das necessidades do capital, criando uma reserva de mão-de-obra de baixo custo¹⁰ em países pobres, agravando as desigualdades entre os países ricos e pobres, como confirma Arrigui (1998 *apud* SOUSA; RIBEIRO, 2007):

O projeto de um automóvel pode ser desenvolvido na zona orgânica do capitalismo, fruto da atuação de um grupo de engenheiros talentosos e qualificados que estão inseridos na cabeça do *trabalhador coletivo*, sendo a execução deste projeto efetuada em fábricas localizadas em regiões semi-periféricas onde operários trabalham na montagem de componentes confeccionados nos países desenvolvidos, configurando assim os braços do *trabalhador coletivo*¹¹.

Além deste sistema ser moldado no sentido de beneficiar as grandes corporações, também age no sentido de intensificar a dependência tecnológica e se aproveitar da exploração da mão-de-obra assalariada. Nas palavras de Gunder Frank (2005 *apud* DUPAS, 2006, p. 116) “existe no sistema mundial uma clivagem do tipo centro-periferia, por meio do qual a mais-valia¹² foi sendo transferida entre zonas hierárquicas, implicando numa certa divisão internacional do trabalho”.

Esta divisão internacional do trabalho foi intensificada pelo processo de privatizações que teve lugar com a ascensão do neoliberalismo. Adquiridas pelo capital estrangeiro, as

¹⁰ A China, que mantém índices de crescimento constante, tem o pagamento do operário estipulado em US\$ 0,25 por hora trabalhada.

¹¹ Giovanni Arrigui (1998) dividiu o mundo em três zonas: a primeira, denominada de jurisdição periférica, é caracterizada pelo desenvolvimento de atividades neuro-musculares, enquanto que na segunda, designada como semiperiférica, detém as atividades industriais que se caracterizam por uma imensa dependência econômica e tecnológica das economias dos países desenvolvidos. A última zona, a orgânica, é onde se desenvolvem as atividades cerebrais. Estas necessitam de um processo constante de inovação.

¹² Mais-valia é a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, que seria a base da exploração no sistema capitalista.

empresas estatais que se colocavam como produtoras de tecnologia e conhecimento passam agora a ser apenas reprodutoras de inovações vindas de suas matrizes, aumentando consideravelmente os gastos destes países com importação de componentes técnicos (SOUSA; VIEIRA; CAMPOS, 2007).¹³ Para tais autores, “dentro desta lógica de funcionamento todas as empresas adquiridas pelo capital internacional tiveram seus antigos centros de pesquisa fechados, ocorrendo a transferência da produção de P&D¹⁴ para os países onde se localizavam as suas matrizes”.

Tome-se como exemplo o Brasil. De acordo com Benjamim (2004 *apud* SOUSA; VIEIRA; CAMPOS, 2007)

a divisão de parte majoritária do sistema TELEBRÁS pelos grupos internacionais desencadeou a transferências das matrizes para o exterior, tendo as suas sedes no Brasil se transformado em filiais [...] Em 2001, no auge da implantação do novo modelo, a balança comercial brasileira registrou um déficit de 11,6 bilhões na rubrica das telecomunicações.

Para Capra (2002, p. 141) as conseqüências diretas deste modelo são a “desintegração social, o fim da democracia, uma deterioração mais rápida e extensa do meio ambiente, o surgimento e a disseminação de novas doenças e uma pobreza e alienação cada vez maiores”. Os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos continuam sentindo o efeito negativo de tal processo, já que vêm a intensificação da dependência tecnológica se configurar como mais uma forma de dependência econômica.

O Brasil também seguiu este modelo, dando grande ênfase ao crescimento econômico, por meio de estímulo à industrialização e melhoria da infra-estrutura, além da entrada de grandes investimentos no setor de serviços e entretenimento, este último especificamente trazendo impactos consideráveis aos ambientes costeiros, alvos principais desta indústria.

2.4 O Brasil no contexto da ênfase ao crescimento econômico

O presente tópico não tem a intenção de fazer um minucioso debate sobre o desenvolvimento econômico do país, mas apenas dar a noção de seu alinhamento em relação aos ideais propostos pelos países centrais na busca pelo crescimento econômico. Desta forma,

¹³ Reforma neoliberal e privatização da economia brasileira: Os impactos promovidos no mundo do trabalho de autoria de Marcio Miceli Sousa, Bruno Tabosa e Luís Henrique Campos, em processo de publicação, 2007.

¹⁴ Pesquisa e Desenvolvimento.

não serão explicitados todos os elementos constituintes da história econômica do país, extremamente mais complexa que o que será citado adiante.

A colonização brasileira foi essencialmente marcada pelo direcionamento da economia para interesses estrangeiros. Os ciclos da cana, dos minérios e do café são exemplos. Recursos brasileiros, eles no entanto eram largamente produzidos ou extraídos para os mercados internacionais. A principal diferença estava no fato de que o capital inicial para a implantação da cultura do café no País era predominantemente nacional, ao contrário do caso da cana-de-açúcar, que tinha também capital estrangeiro. O acúmulo de capital nacional proveniente do período de mineração intensiva foi fundamental para a expansão da cultura cafeeira no vale do Paraíba (FURTADO, 2000, p. 114), que viria a ser o principal produto de exportação do país. No final do século XIX o Brasil participava com cerca de 70% da exportação do mercado mundial do café.

A força de tal produto foi responsável pela ascensão de uma nova aristocracia rural – a do *barão do café* – que, segundo Furtado (2000, p. 117), “se constituiu em uma classe econômica poderosa, com objetivos essencialmente capitalistas, como a propriedade, o lucro e a acumulação de capitais”. Seu prestígio se consolidou com a Constituição de 1891, quando os fazendeiros e os comerciantes ligados ao comércio exportador “exerceram seu poder político no sentido da descentralização política e da autonomia dos estados e municípios”. Os cafeicultores começam, então, um amplo domínio sobre os estados produtores de café e, através destes, a dirigir a política econômica até 1930 (*ibidem*).

A economia agroexportadora é a principal característica deste período. Atrelado a isto houve um surto industrial a partir de 1885, que voltou a se fortalecer a partir de 1903, com o aumento da receita de exportação do café e da borracha. Os saldos da balança comercial e o aumento da entrada de capitais estrangeiros permitiram a aquisição de equipamentos e máquinas, intensificando o crescimento industrial nos anos de 1910 a 1913.

Uma crise de superprodução do café, no entanto, provocou um abalo na estrutura político-econômica delineada pelos até então grupos de interesse. Aliado a isto, a Grande Depressão¹⁵ agravou a situação política nacional, o que redundou na revolução de 1930, quando ascendeu ao poder um grupo de militares e profissionais civis chefiados por Getúlio Vargas. Este, por sua vez, imprimiu características intervencionistas na política econômica nacional (FURTADO, 2000, p. 159). Tanto o período Vargas (1930-1945) quanto o governo

¹⁵ Em 1929 ocorreu uma forte especulação com ações no mercado norte-americano, o que veio a resultar no craque da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Este foi o princípio de uma profunda crise econômica que ficou mundialmente conhecida como a *Grande Depressão*.

Dutra (1946-1950) trouxeram políticas voltadas para a instalação de indústrias básicas, por meio de investimentos públicos. Estas ações transformaram a estrutura produtiva do país, dando impulso à industrialização por meio de forças internas (SOUZA, 2007, p. 166).

Em seguida procedeu-se uma “aliança populista-desenvolvimentista no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que promoveu a expansão do afluxo de capitais externos, fortalecendo o setor industrial privado nacional, agora associado ao capital estrangeiro” (CARDOSO; FALETTI 1975 *apud* SOUZA, 2007, p. 166). Para Souza (2007, p. 165), “as alianças de grupos nacionais com o capitalismo internacional moldam o caráter da dependência e o próprio estilo do desenvolvimento”.

Após um período de forte crescimento pelo estímulo à indústria automobilística, pelo governo Kubitschek, bem como estímulo à indústria de substituição de peças importadas, houve uma fase de retração na economia brasileira. A taxa de crescimento do produto real – que fora de 10,3% em 1961 caiu vertiginosamente nos anos subseqüentes, chegando a 1,5% em 1963. A inflação também cresceu, passando de 30, 5% ao ano em 1960 para 91,9% em 1964 (FURTADO, 2000, p. 187).

O Governo Castello Branco (1964-1967), já em período militar, tentou retomar o crescimento e contornar a inflação com o *Programa de Ação Econômica do Governo* - PAEG, tendo como principais objetivos “acelerar o ritmo do desenvolvimento econômico do país” e “conter o processo inflacionário”. Já o governo Costa e Silva (1967-1968), a Junta Militar que o sucedeu (1969), e o governo Médici (1969-1974), trouxeram períodos de altas taxas de crescimento do produto real e um grande suporte à expansão do mercado externo. O primeiro estabeleceu o *Plano Estratégico de Desenvolvimento* - PED, uma política de crescimento acelerado e auto-sustentado, por meio da substituição de produtos importados. Esta estratégia, no entanto, foi passando por alterações, já que o “enfoque da política econômica se deslocou do mercado interno para o externo” (FURTADO, 2000, p. 194).

Muitos países da América Latina adotaram políticas econômicas visando a industrialização como solução de desenvolvimento, com a substituição de importações. Esta política consistia em um processo de mudança da estrutura produtiva com a intenção de diminuir a participação das importações no mercado interno, bem como estimular o desenvolvimento industrial dos países periféricos. Para alcançar tais objetivos, a proposta estava calcada em reduzir ou eliminar determinados itens das exportações, que passariam a ser produzidos no mercado interno, bem como ampliar aquisição daqueles itens de substituição mais difícil (C. FURTADO, 2003, p. 138).

Tal direcionamento, entretanto, tinha limitações. Além de ser fortemente dependente de esquemas de proteção por meio de subsídios governamentais, este tipo de industrialização não estimulava a produção de manufaturados e tecnologia. Diante da continuidade da tendência à deterioração dos termos de troca dos bens exportados – que continuam a ter valores inferiores por se tratarem de bens não duráveis – e o aumento do valor dos bens importados – representados por equipamentos e bens duráveis – alguns países periféricos adotam a implantação de indústrias de bens intermediários, duráveis de consumo e de capital (YOUNG; LUSTOSA, 2003, p. 207). Assim, em lugar de promover a criação de capacidade interna ou progresso técnico, tais países acabam por gerar uma especialização em produtos de baixo dinamismo tecnológico que os mantém atrelados aos mercados internacionais no esquema da divisão internacional do trabalho (*ibidem*, p. 210).

Já o excedente financeiro produzido decorrente das mudanças adotadas, sendo apropriado pelas camadas mais ricas, acaba por promover uma gradual sofisticação do consumo desta elite, que adota padrões de consumo similares aos países do centro. Esse consumo gera uma “diversificação prematura da demanda”, dando assim lugar à “instalação de multinacionais voltadas principalmente para atender o consumo das classes altas” (YOUNG; LUSTOSA, 2003, p. 205). Ainda para estes autores (2003, p. 215)

A penetração da grande empresa internacionalizada introduziu estruturas de mercado que se gestaram em economias desenvolvidas onde a monopolização industrial ocorreu previamente ao desenvolvimento dos mercados de consumo de massa. Entretanto, ao se transladar a uma economia de industrialização tardia, criou a uma só vez as empresas, os setores e os mercados oligopolizados.

A Junta Militar, ao assumir pelos meses de agosto, setembro e outubro de 1969, aprovou o *Programa de Metas e Bases de Ação do Governo*, visando estabelecer metas econômicas e sociais para tornar o País desenvolvido até o final do século. O pouco tempo de governo foi sucedido pelo governo Médici, que lançou o *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento* – I PND. Tal plano estabeleceu São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como principais pólos de desenvolvimento nacional, o que resultou em uma centralização do capital nesta área.

Neste período houve um grande aporte de investimentos estrangeiros, principalmente na forma de empréstimos e financiamentos, o que elevou a dívida externa do país. Para Furtado (2000, p. 200) a política de endividamento se tornou o principal fator de aceleração do crescimento econômico, bem como acentuou o caráter de dependência do país às determinações do mercado internacional.

O governo seguinte, o de Geisel (1974-1979), teve que lidar com graves problemas, entre eles a crise do petróleo, em 1973. Ele lançou o II PND – *II Plano Nacional de Desenvolvimento*, em continuidade aos planos anteriores. Assim, ele manteve a política de endividamento para acelerar o crescimento econômico, além de retomar o processo de substituição de importações nos setores de bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos (FURTADO, 2000, p. 206). Boa parte da capacidade produtiva criada durante a vigência do II PND, sobretudo no setor privado, foi empurrada para a exportação à custa de estímulos fiscais e cambiais (CARNEIRO, 2002, p. 15).

Outros planos se sucederam, aprofundando a dependência econômica e aumentando a dívida externa do Brasil em relação aos países estrangeiros. A entrada de organismos internacionais, como o FMI – Fundo Monetário Internacional na tentativa de equilibrar a situação dos países endividados trouxe determinações voltadas para o neoliberalismo e, portanto, a abertura econômica destes países.

Para Carneiro (2002, p. 21) isto representou a “perda do controle nacional sobre as empresas e bancos”, que “desarticularam os mecanismos de governança e de coordenação estratégica da economia brasileira”. E ele complementa:

o neoliberalismo a brasileira deixou escapar a oportunidade oferecida pelas privatizações para criar grupos nacionais – privados e públicos – dotados de poder financeiro, de capacidade competitiva nos mercados mundiais e comprometidos formalmente com as metas de desenvolvimento do país e com a geração de moeda forte (*ibidem*).

Ele alerta ainda para as conseqüências de tal situação afirmando que “Quem prescinde de grupos nacionais fortes – portanto de uma estratégia de integração realmente competitiva – será simplesmente tragado pelo movimento internacional de fusões e aquisições” (CARNEIRO, 2002, p. 22).

Na década de 90 o mundo passa por um processo geral de globalização, devido à flexibilização do processo produtivo das empresas (SOUZA, 2007, p. 167). A abertura dos mercados traz uma série de conseqüências, entre elas o aumento da concorrência entre os países, todos eles participantes da economia global.

No Brasil o plano Real consegue debelar os processos inflacionários e trazer novas perspectivas para a economia brasileira. A situação econômica vigente, proporcionada pela estabilização do país, promoveu um maior fluxo de investimentos estrangeiros diretos, passando de US\$ 3 bilhões em 1992 para US\$ 15,5 bilhões em 1996, e US\$ 30,5 bilhões em

2000, passando por uma diminuição em 2003, quando obteve US\$ 10 bilhões em investimentos estrangeiros (*ibidem*, p. 167).

A dinamização da economia mundial estimula o interesse por novas áreas de investimentos para o capital. Um dos setores que passam a ser foco de investimentos é o de entretenimento e lazer. O Turismo está inserido neste contexto. Os fluxos turísticos apresentam índices consistentes de crescimento e têm recebido especial atenção de governos e iniciativa privada, cada vez mais conscientes do potencial de tal atividade como instrumento de desenvolvimento. Segundo dados oficiais da OMT – Organização Mundial do Turismo e da WTTC – World Travel & Tourism Council, no ano de 1999 um total de 613 milhões de deslocamentos em todo o mundo geraram ao montante de US\$ 3,8 trilhões de renda, direta e indireta, o que representou uma participação de aproximadamente 11% do PIB mundial (LAGE; MILONE, 2000, p. 117).

Em termos de geração de postos de trabalho, o turismo é considerado uma das atividades que mais emprega no mundo, contando com cerca de 260 milhões de pessoas empregadas, ou cerca de 10% da força de trabalho global (*op. cit.*, 2000, p. 117). No Brasil um estudo da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (*apud* RABAHY, 2003, p. 70) indicou que o turismo estaria gerando 1,63 milhão de empregos diretos e 750 mil empregos indiretos, ou o equivalente a 3,3% do total de pessoal ocupado no ano de 2002.

Tais elementos se devem ao fato de o Turismo se referir, em realidade, a um conjunto de serviços e produtos interdependentes vendidos ao turista. De acordo com a OMT (2001) turismo “é o conjunto de atividades desenvolvidas pelas pessoas durante as suas viagens e estadas fora de seu meio envolvente habitual, num período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivo de lazer, negócios ou outros motivos”. Nestas viagens, o consumidor-turista tem uma série de necessidades a serem supridas, desde transporte, hospedagem, entretenimento, alimentação, entre outras, o que provoca a dinamização da economia do destino turístico.

Assim, esta tem sido vista como uma área para novas possibilidades de investimento para empresas multinacionais, bem como de grande interesse por parte de governos, no momento em que gera empregos, e é capaz de dinamizar a economia de áreas desinteressantes para a implantação de indústrias ou mesmo o comércio que necessite de um mercado amplo. Neste afã, o governo brasileiro vem trabalhando no sentido de estimular o turismo em todo o Brasil, com políticas e promoção do produto e território brasileiro para investimentos e consumo estrangeiro.

2.4.1 Turismo: atividade em ascensão

O turismo no Brasil vem ganhando espaço como importante atividade econômica. Tanto assim o é que em 2003 foi criado o Ministério do Turismo especificamente voltado para planejamento e ações na área. Entretanto, os direcionamentos para o setor – mesmo que incipientes – têm seu início ainda na década de 30. Cruz (2001) chama a fase que vai de 1938 até 1966 de pré-história jurídico-institucional nas políticas do turismo. Neste período apenas aspectos parciais da atividade foram considerados, como regulamentação na venda de passagens, fiscalização de turismo nacional e internacional e registro de agências de viagens.

É, no entanto, a partir de 1966 que o Brasil vai dar os primeiros passos na definição de uma política voltada para o crescimento do turismo no país. Neste período, ainda sob o governo de Castello Branco, é lançado o PAEG¹⁶, que tem como um de seus objetivos prioritários “atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida” (IANNI 1986 *apud* CRUZ, 2001, p. 49). Neste ano é também promulgado o Decreto-lei 55/66, documento que define a política de turismo e formalmente cita tal atividade como uma ferramenta que deveria ser utilizado para atenuar os desníveis econômicos latentes no país (*ibidem*, p. 49),

Compreende-se como Política Nacional de Turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesses pelo desenvolvimento econômico do país.

Em 69 o CNTUr – Conselho Nacional de Turismo, determina as diretrizes pra a criação do Plantur, primeiro plano de turismo do país. Entre os objetivos prioritários deste documento estão (CRUZ, 2001, p. 55):

- a) desenvolvimento do turismo receptivo, como fator preponderante de geração e captação de divisas, dando-lhe tratamento de mercadoria exportável, para efeito de comercialização;
- b) incremento de turismo interno com vistas ao acréscimo de rendas, e à dinamização de atividades econômicas nas áreas em que se desenvolva;
- c) desenvolvimento do turismo em bases que estimulem o aparecimento de atividades correlatas ou decorrentes e a absorção de mão-de-obra, especializada ou não, gerando novas oportunidades no mercado de trabalho;

¹⁶ Programa de Ação Econômica do Governo.

- d) estímulo aos investimentos privados de interesse turístico;
- e) concessão de estímulos fiscais e outras facilidades que propiciem a canalização de empreendimentos turísticos para as áreas que deles necessitem e apresentem condições potenciais favoráveis.

Estas metas não foram executadas. De qualquer forma, dão um norte da ênfase que passa a ser dada à atividade. Aumentar o parque hoteleiro, criar as condições de visita, incrementar a oferta turística para aumentar a demanda nacional e internacional são metas constantes em todas as políticas para o turismo no Brasil.

Na década de 70, sob o governo de Médice com seu I PND¹⁷, uma série de incentivos financeiros e fiscais são liberados com o objetivo de estruturar os destinos turísticos com a construção de hotéis e vias de acesso para o zonas prioritárias. O Fundo Geral para o Turismo – Fungetur, é o primeiro deles como o “objetivo de prover recursos para financiamento de empreendimentos, obras e serviços de finalidade e interesse turístico” (DIAS, 2003, p. 131). Criado em 1971 através do Decreto-lei nº 1.191, foi o primeiro plano econômico a contemplar o desenvolvimento turístico no Brasil. Também foram designadas verbas específicas para as diferentes regiões do país em 1974, como o Finor – Fundo de Investimento para o Nordeste e o Finam – Fundo de Investimento para a Amazônia com a finalidade de estimular atividades como pesca, reflorestamento e turismo (*ibidem*, p. 131).

Já nos anos 80, um esforço em estimular o turismo interno traz ações como os Terminais de Turismo Social, facilitando viagens mais baratas na baixa temporada para os trabalhadores, bem como o BTI- Brasil Turístico Individual o BTG – Brasil Turístico em Grupo, com tarifas reduzidas para pacotes. Em 1986 determina-se que a atividade turística poderia ser exercida sem fiscalização de órgãos públicos. O Decreto-lei nº 2.294, em seu primeiro artigo diz: “são livres, no país, o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, salvo quanto às obrigações tributários e às normas municipais para a edificação dos hotéis” (DIAS, 2003, p. 133).

A década de 90 traz importantes mudanças para o turismo no país. São lançadas, em 1992, as diretrizes para a política nacional de turismo, que mostram uma alteração na percepção sobre a função do turismo para o país. A partir deste documento, é substituída a “ênfase do desenvolvimento para a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural para a valorização do homem” (BECKER 1995 *apud* CRUZ, 2001, p.57). Entre outros norteadores, o documento traz a importância de democratizar o acesso ao turismo, estimular a

¹⁷ I Plano Nacional de Desenvolvimento.

oferta de emprego e ajudar na distribuição de renda, e aumentar o fluxo e o gasto médio do turista estrangeiro, por meio de maior divulgação do Brasil no exterior.

Apenas em 1996, no entanto, é formulado e divulgado publicamente o documento *Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas – 1996/1999*, trazendo o conjunto de direcionamentos para o turismo no país. Na sua apresentação ele define ser a intenção do governo aumentar a participação do setor de serviços na renda nacional por meio do turismo, bem como promover a diminuição das desigualdades regionais, gerar emprego e renda, e inserir de forma competitiva o país no panorama global (PNT - 1996/1999). Como metas esta política cita aumentar 111% o número de turistas **estrangeiros** relativo ao período de 1994-1999, aumentar em 105,13% o ingresso de divisas **estrangeiras** relativas também ao período de 1994-1999, e aumentar o número de empregos e ocupações para um número acima da média mundial, que é de 10,6%.

Dentro dos interesses especificados pelo documento, pode-se verificar a ênfase a ações voltadas para o mercado externo: “o segmento do turismo no Brasil carece de uma maior participação internacional que demonstre a prioridade que lhe foi concebida pelo governo brasileiro” (PNT - 1996/1999, 1996, p. 25). Para tal, um esforço de marketing para a divulgação do país no exterior foi feito. Assim, programas como o “Imagem Brasil”, o “Visit Brasil”, “Brasil *Expert*” e participação em feiras internacionais tiveram como finalidade tanto criar uma imagem positiva para atração de turistas e de investimentos, como apresentar o país para mercados emissores potencias. Já o Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo teve como objetivo básico a melhoria na infra-estrutura que dificultava o consumo do produto turístico brasileiro. No Nordeste, especificamente, este programa foi denominado Prodetur.

Somente em 2003 houve uma atualização das intenções e ações governamentais com relação ao turismo. Neste ano o novo Ministério do Turismo, primeiro a tratar especificamente de tal tema, lança o Plano Nacional de Turismo 2003/2007. Neste plano, dá especial ênfase à questão de geração de emprego e renda, tendo inclusive como uma de suas metas a geração de 1.200.000 novos empregos. Além disto, o plano em questão tem a intenção de aumentar a entrada de turistas estrangeiro em 9 milhões, bem como ampliar a oferta turística.

Em relação à ênfase dada ao turismo internacional, Cruz (2001, p. 132) justifica dizendo ser o turismo interno bem menos efetivo em termos de aproveitamento dos equipamentos e serviços turísticos.

Essa demanda intra-regional não é, do ponto de vista econômico, grande otimizadora dos negócios turísticos de modo geral, pois parte significativa dela não se utiliza de equipamentos mobilizadores do *trade* turístico, como agências e operadoras turísticas e meios de hospedagem. Conforme dados da pesquisa, 45,92% desse fluxo intra-regional hospedou-se em casa de amigos e parentes.

Desta forma, busca-se estimular a vinda de estrangeiros como forma de promover o consumo dos equipamentos e serviços turísticos disponibilizados. No caso do turismo no Brasil, uma ressalva deve ser feita. Diferentemente de países desenvolvidos, onde a infraestrutura urbana e de acesso já se encontra à disponibilidade da comunidade, instalar hotéis ou outros tipos de equipamentos e serviços no Brasil implica muitas vezes em implantar toda uma infra-estrutura inexistente. Como solução para viabilizar a utilização turística de espaços não urbanizados é, então, promovida a “especialização dos territórios”, já que, “sem um ambiente social e cultural favorável não há outra saída senão investir na construção de um turismo segregado, que impede o turista de conhecer o local de sua visita” (BECKER *apud* CRUZ, 2001, p. 36).

A criação destes territórios necessita de pesados investimentos, tanto em obras públicas de saneamento e melhorias básicas, como de construção de empreendimentos que venham a suprir a demanda por áreas de lazer e entretenimento. Este vem sendo um dos focos dos planos e programas voltados para turismo. No caso do Nordeste, o Prodetur/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste vem sendo a âncora para o “financiamento de obras de infra-estrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional de estados e municípios” (BNB, 2008).

Neste sentido, os pontos prioritários de maior demanda são contemplados com projetos públicos e privados que vão transformando estes espaços em áreas propícias para o turista, mas completamente desvinculados da realidade que os cerca. Para Silveira (*apud* CRUZ, 2001, p. 133),

Como pano de fundo desse processo radicalmente transformador de territórios, que recria os lugares em razão do uso turístico, está uma busca frenética desses lugares pelo seu ingresso e, depois, por sua permanência, nos roteiros globais, o que constitui, na verdade, uma busca por sua inserção na atual divisão territorial do trabalho.

O atual Plano Nacional de Turismo (2007/2010), mantém os direcionamentos do plano anterior, dando grande ênfase à questão da geração de emprego e renda, bem como no que se refere à melhoria de infra-estrutura. O documento inicia-se com uma mensagem do presidente, na qual ele ressalta a importância que o turismo vem alcançando como atividade econômica no Brasil:

O turismo brasileiro deu um salto de qualidade , que já coloca essa atividade econômica como uma das principais do país. O turismo, hoje, já é o quinto principal produto de geração de divisas em moeda estrangeira pra o Brasil, disputando a quarta posição com a exportação de automóveis. (...) Além de contribuir para tornar o Brasil mais conhecido ao olhar estrangeiro, e ao nosso próprio, o turismo aciona uma gigantesca engrenagem de oportunidades de trabalho e renda em diferentes pontos do nosso território. Em 2006, tivemos um ingresso recorde de visitantes que gastaram US\$ 4,3 bilhões em nosso país. Um salto de quase 12 % sobre a receita de 2005 e nada menos que 116 % acima do valor apurado em 2002.

As quatro metas do documento 2007-2010 são: promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno, vislumbrando essencialmente a importância dos fluxos domésticos como forma de consolidação da atividade; criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações, entre formais e informais; estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional; e gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas (PNT 2007/2010, 2007, p. 48-55). Todas elas evidenciam a grande importância econômica dada à atividade atualmente.

Um dos elementos citados como imprescindíveis para alcançar tais metas é a necessidade de expansão da infra-estrutura brasileira. Para debelar tal carência, o governo propõe o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, com pesados investimentos em infra-estrutura para o país. Estão previstos investimentos na ordem de R\$ 6 bilhões de reais destinados exclusivamente a ampliar e modernizar os 20 principais aeroportos do país (PNT 2007/2010, 2007, p. 5), ação que deverá ter impacto direto para o turismo brasileiro. Além disto, melhoria das rodovias, facilidades para os investimentos privados e remoção de obstáculos burocráticos, administrativos, jurídicos e legislativos para os novos investimentos são outros pontos que fatalmente influenciarão no desenvolvimento da atividade turística.

Diante do exposto, pode-se verificar a intenção de estimular os fluxos de turistas e do turismo, o que implica em promover igualmente a melhoria dos pontos visitados. Não se pode negar, entretanto, que o turismo tem seus percalços. Como importante consumidor de espaços e de recursos, ele pode ser extremamente prejudicial para o meio ambiente que o cerca. O presente estudo tem como finalidade demonstrar os impactos de tal atividade em um ambiente

especialmente afetado pelo turismo, o ambiente costeiro. Para tal, foi selecionada uma área de grande interesse turístico do Estado de Pernambuco, a praia de Porto de Galinhas, escolhida pela sétima vez consecutiva a melhor praia do Brasil pela renomada revista Viagens e Turismo.

Antes, entretanto, de adentrar em tal concepção, é fundamental entender o termo meio ambiente, bem como a mudança e evolução do entendimento de tal termo provocaram no próprio conceito de desenvolvimento.

3 Meio ambiente e sociedade

Como dito na introdução deste estudo, o planeta Terra tem em torno de 4 bilhões de anos de existência. O ser humano, entretanto, vem acompanhando a evolução do globo em apenas uma pequena parte deste tempo, a partir de seu aparecimento há cerca de 1,5 milhão de anos com a presença do antepassado imediato do homem atual, o *Homo erectus*, e aproximadamente 30.000 a 40.000 anos com o *Homo sapiens sapiens* ou o homem como é conhecido atualmente (MOLINA, 2001, p. 16).

Todo este tempo, no entanto, não foi suficiente para que se procedessem as transformações sentidas nos cerca de 200 anos que sucederam a Revolução Industrial e especialmente nos últimos 50 anos, com a revolução tecnológica, tanto em termos econômicos como sócio-ambientais. Verificar o papel do homem nestas transformações, bem como as mudanças na forma de ver e entender o meio ambiente e sua importância, de acordo com cada momento histórico específico, é o objetivo deste capítulo.

3.1 Meio ambiente para construir

Mesmo antes da concepção atual da ciência moderna, com o complexo sistema de classificação biológica em espécies, gênero e reino, o homem já era considerado um animal, mas um animal diferenciado. Aristóteles, célebre autor da frase “o homem é um animal racional” defendia a existência de três tipos de almas, todas elas referentes a seres vivos: a primeira é a vegetativa, que tem como característica a nutrição e a reprodução, estando presente em plantas e na vida em todos os seres; a segunda se caracteriza pela sensibilidade e locomoção presente na vida animal, e denominada alma sensitiva; por fim a alma racional, que se refere ao homem por sua capacidade de pensar (MOURA, 2005).

De forma que o homem se enquadrava no reino animal por participar da natureza e dela depender, além de compartilhar com os animais os mesmos tipos de necessidades, como as biológicas, as reprodutivas e as de segurança. Entretanto seu grau de especificidade o foi diferenciando, e a evolução das espécies se deu de maneira peculiar para o ser humano. Enquanto os animais em geral tiveram adaptações relativas a aspectos anatômicos e físicos, o homem foi também sofrendo concomitantemente diferenciações essenciais no seu intelecto. Assim que do *Ramaphitecus*, ancestral africano que viveu na África há milhões de anos, para

o *Homo sapiens sapiens* (SENAC, 2005, p. 24) atual espécie humana, houve uma série de transformações que permitiram ao homem atingir o atual estágio intelectual em que se encontra.

Ao longo destas transformações novas maneiras de lidar com o entorno foram se expressando, ganhando contornos específicos de acordo com o gradual desenvolvimento tecnológico em curso, como o domínio de técnicas agrícolas, a máquina a vapor e a informática. Como consequência direta dos avanços logrados verificou-se a melhoria na qualidade de vida de parcelas da população, acesso às comunicações e à educação, melhoria na saúde e aumento da expectativa de vida, entre tantos outros. Concomitantemente, também ocorre a reestruturação das formas de compreender o meio ambiente, de acordo com o tempo e as linhas de pensamento de cada época, o que denota que a forma de atuar sobre o meio está intrinsecamente ligada ao momento histórico de cada sociedade, como será explicitado a seguir.

3.1.1 A evolução das percepções sobre o meio ambiente

Sosa (122, p. 1995) afirma que “os valores são algo a que se chega por consenso em cada época e em cada cultura; os valores se constroem no seio das comunidades humanas mediante o diálogo e a intercomunicação argumentativa”. Em outras palavras, tais valores mudam de acordo com as diferentes épocas da vida, no momento em que fazem parte de criação e interpretação culturais, dependendo e sofrendo interferências de acordo com o momento vivenciado por cada sociedade.

Neste contexto, não apenas as coisas criadas pelo homem, como suas próprias características, sofrem alterações de valoração, sendo esta consequência de um sentimento criado culturalmente, através do ponto de vista da percepção humana sobre a importância dos elementos existentes. Igualmente elementos que não provêm de criação humana passam por distintos matizes valorativos, como a natureza. As diferentes maneiras de entender e valorar o entorno são definidoras das formas de atuar diante dela, como confirma Descolá (2001, p. 101): “as concepções sobre a natureza são construídas socialmente e variam de acordo com determinações culturais e históricas”.

Isto pode ser verificado, por exemplo, junto à relação dos povos primitivos com o meio ambiente. Vivendo em áreas com alterações antrópicas mínimas, bem como dependendo de

conhecimentos técnicos arcaicos, tais povos não somente o respeitavam como também o divinizavam. Tornar os elementos naturais sagrados era a forma encontrada para explicar situações ou elementos incompreensíveis para o conhecimento da época. Assim, muitos de seus deuses eram representados por entes naturais como o sol, a água, os rios, etc. O xamã (chefe espiritual), era aquele capaz de tomar decisões sobre temas polêmicos ou de difícil resolução em nome de todo o povo por ser o detentor de sabedoria e poderes sagrados, o que o habilitava a entender os símbolos e sinais de seus Deuses.

As decisões do xamã, tidas como sagradas, eram consideradas pelo povo das aldeias como algo indiscutivelmente verdadeiro (RAPPAPORT, 1987, p. 255), e esta supremacia relativa ao comando das tribos demonstra como a sacralização dos aspectos naturais incompreensíveis do meio ambiente tornam o místico uma alternativa funcional ao poder político (*op. cit.*, 256) destes povos. Neste contexto, era o xamã a figura central na hierarquia das tribos, ficando o cacique (chefe político) com atribuições administrativas secundárias. Esta reverência à natureza possibilitava o respeito para com o entorno e, através de inconscientes métodos de adaptação, os indígenas mantinham relações de equilíbrio com o ecossistema.

Na Antiguidade Clássica, especificamente no pensamento grego, existia uma ordenação espontânea do cosmos, sendo o Universo um conjunto coerente e compacto e a natureza vista como algo imutável. Seu estado regular e repetitivo, ou seja, sua previsibilidade a tornavam completamente compreensível, não necessitando – portanto - ser dominada ou modificada.

As especulações dos pensadores da Antiguidade com relação à natureza do cosmos e da terra como parte deste, o papel de um demiurgo, dos deuses, ou da providência produziram um modo de conceber a terra, baseado tanto no pensamento filosófico como na observação da realidade cotidiana, que teve efeitos duradouros no pensamento geográfico do nosso mundo ocidental (...) o princípio de equilíbrio, harmonia e ordem na natureza foi reconhecido e guardado com respeito e carinho, como uma das grandes interpretações sobre o papel da terra no destino do homem. (GLACKEN, 1996, p. 103).

Alterações significativas no interpretar o entorno puderam ser sentidas a partir da Idade Média, período em que o pensamento se encontrava intrinsecamente relacionado às teorias eclesiásticas. Neste período as obras clássicas e livros, estando a grande maioria da literatura existente em posse das Igrejas e Monastérios, acabam por influenciar as primeiras idéias da Igreja Católica, baseada no conhecimento proveniente do período clássico e dos filósofos gregos, como afirma Glacken (1996, p. 187):

Os padres aceitaram, com inevitáveis revisões, muitas idéias relacionadas à terra que haviam sido sustentadas pelos filósofos clássicos. As argumentações cosmológicas, fisiológicas, físico-teológicas dos pensadores gregos e romanos em apoio do argumento de desígnio foram adaptadas e absorvidas pela teologia cristã.

Esta idéia de desígnio passou por reformulações junto aos pensadores da Idade Média até ser compreendida como um livro escrito por Deus, algo que Ele havia criado para presentear a todos, onde a terra e a natureza comprovavam o poder superior de Deus, e deviam ser utilizados com respeito, e em benefício de todos. Entretanto estas novas concepções da natureza, apesar de inspirarem respeito, provocaram uma alteração importante na forma de entender os recursos naturais. Como “presente” de Deus, o homem passou a perceber a natureza como um elemento que poderia e deveria ser utilizado por meio do trabalho. “Deus escolheu o ser humano para ser o administrador da terra e lhe deu os frutos da terra para seu próprio uso”¹⁸ (ATTFIELD, 1998, p. 142).

Mediante tal possibilidade, o trabalho humano “ajudava a Deus e a si mesmo na melhoria do um lar terreno, ainda que na teologia cristã a terra fosse apenas uma estação de trânsito” (GLACKEN, 1996, p. 188). Os processos produtivos, antes estabelecidos a partir de conhecimentos adquiridos, evoluem com o uso de diferentes técnicas de controle da natureza. Entretanto “a razão mais imperiosa para a observação e o estudo da natureza era, no entanto, o que conduzia a uma melhor compreensão de Deus” (GLACKEN, 1996, p. 188).

Antes entendida como natureza rica, dada ao homem para seu sustento, passível de exploração em benefício das criaturas de Deus, tal concepção passa por uma reviravolta: “no período que se prolonga aproximadamente desde o final do século XV até o século XVII pode ser verificado o começo da cristalização do ideal do homem como dominador da natureza” (GLACKEN, 1996, p. 457). A crença medieval de tempo definido por Deus, iniciando pelo Gênesis e terminando no Apocalipse, é questionado por estudiosos. O Renascimento trouxe novas formas de pensar a vida; a história passa a ser vista como o tempo do homem, e não mais uma “estação de trânsito”. Há uma proliferação de novos modos de pensar, e se fortalece a idéia de estado e cidadãos. Surgem inovações tecnológicas, ocorre a divisão entre poder religioso e político, e a natureza vai paulatinamente perdendo suas definições divinas.

Já o Renascimento traz Descartes e seu “Discurso sobre o Método”, com a comprovação científica, o ordenamento lógico e sistemático, a razão acima de tudo. Para Descartes a aquisição do conhecimento era proveniente de quatro elementos base:

¹⁸ Original em Inglês: “God appointed human beings to be the stewards of the earth, and gave him the fruits of the earth for their own use.”

... nunca aceitar nada como verdade, a não se que fosse axiomático; dividir toda a complexidade do que se examina nas menores frações possíveis, pois não se pode lidar logo de início com grandes proposições; conduzir o pensamento sempre numa ordem lógica, começando do mais simples e fácil para o mais difícil; e raciocinar rigorosamente, como numa ciência exata, tendo a certeza de que nada escapou à lógica empregada (DUPAS, 2006, p. 39).

Este racionalismo é o primeiro passo no sentido de destruir a visão sistêmica do mundo em favor de uma visão fragmentada, e analítica. O mais importante é conhecer ao máximo pequenas partes do saber, no lugar de entender como o todo se manifesta.

A Revolução Industrial desponta com a tecnologia, e a sistematização no aproveitamento dos recursos naturais. Segundo Foladori (2001, p. 110),

A Revolução Industrial do século XVIII e a revolução dos transportes e comunicação do último quarto do século XIX, que permitiu a expansão imperialista, colonização e conquista completa do mundo, provocaram um ponto de inflexão na relação do ser humano com a natureza.

Os conhecimentos científicos adquiridos ajudam na exploração cada vez mais eficaz do ambiente. O homem afinal passa a entender a natureza não mais como parte integrante do seu meio, mas apenas como um mero recurso a ser explorado em todas as suas possibilidades. A partir daí o ideal de crescer e desenvolver, por meio do subjugo da natureza, são os novos focos de ação de empresas e governos.

3.1.2 A submissão do meio ambiente

A Modernidade traz modelos de racionalidade, o triunfo do individualismo, e do próprio homem, como afirma Gómez-Heras (2003, p. 128), “a Modernidade é a época da cultura antropocêntrica, ou seja, a ascensão do homem a protagonista da interpretação e gestão de sua vida”, assim como o período de “busca de dominação – sempre no fundo fracassada, apesar da transformação - da civilização da técnica e da cidade em relação ao meio natural” (PELIZZOLI, 2002, p. 98).

A compreensão de aspectos naturais e seu domínio desmistifica a natureza, que passa então a ser entendida como recurso a explorar, um mero objeto a serviço dos interesses humanos.

A consciência do poder do homem aumenta dramaticamente no século XIX, com a multiplicidade de novas idéias e interpretações, enquanto que no século XX o homem ocidental alcançou um vertiginoso antropocentrismo, isolado em seu poder sobre a natureza (GLACKEN, 1996, p. 457).

Por meio de sua capacidade de produzir cultura, estabelecer idéias e perenizar acontecimentos e conhecimentos, o homem desenvolveu tecnologias e dominou a natureza, criando assim um mundo social que trabalha e existe em função de suas necessidades. O homem criou sua história, história esta que explica a dominação humana através de métodos e de ciência, como atesta Molina (2001, p. 26) ao afirmar que “nesta civilização predomina uma razão essencial, a da ciência e a da tecnologia, que foram impostas a outras formas de conhecimento e a outros conjuntos de valores e crenças”. O homem, portanto, segue assim sua história natural como ser vivo e, simultaneamente, segue também criando, evoluindo e provocando alterações na natureza, dando prosseguimento a sua história cultural.

3.2 Meio Ambiente para destruir

“A cada ano a população mundial aumenta mais de 90 milhões de pessoas...” (MEADOWS, 1996, p. 57). Assim começa a Professora Donella Meadows um artigo em que discorre sobre as interferências do desenvolvimento humano junto ao meio ambiente. A emissão de gases tóxicos, a poluição de rios e oceanos, a crescente produção de lixo, etc, todos problemas recorrentes, que fazem parte da rotina de cidades de todo o mundo, intensificados pelo nível de industrialização e desenvolvimento – ou subdesenvolvimento – de cada lugar.

Entretanto, o atrito de interesses entre desenvolvimento humano e necessidade de adotar medidas de preservação do meio não reside apenas nas atividades econômicas em si, já que são elas inerentes à evolução do homem. Está sim no modelo econômico adotado - baseado no crescimento vertiginoso do consumo, das indústrias, da poluição, entre outros fatores – o ponto fundamental para a compreensão dos atuais problemas ambientais vivenciados pelo mundo contemporâneo.

O citado modelo, que dá prioridade à expansão sem limites, à busca da realização de desejos que não respondem às “nossas necessidades reais, senão às necessidades do próprio

sistema econômico, que necessita de um consumo constante para sobreviver” (SOSA, 1995, p. 125), tem trazido como consequência o “*economicismo da vida*” (*op. cit.*, 125).

Para Morin e Kern (2003, p. 67),

(...) os efeitos nas características da civilização produzidos pela mercantilização de todas as coisas, justo como enunciou Marx – depois da água, do sol e do mar, também os órgãos do corpo, o sangue, o esperma, o óvulo e os tecidos do feto se tornaram mercadorias – serão sentidos na decadência da doação, do gratuito, do oferecimento, dos serviços prestados, a quase total desaparecimento do não-monetário, o que implicará na devastação de qualquer outro valor que não o ânimo pelo lucro, pelo interesse financeiro, pela sede de riquezas (...).

Esta é uma constatação da existência de um mundo dualista que, por um lado se edifica fortalecido pelo ideal materialista de aquisição de bens e posses; e por outro, tenta erguer seus alicerces bombardeado pela pobreza e exclusão, com consequências desastrosas para o meio ambiente.

3.2.1 O desenvolvimento econômico como objetivo

A *era planetária*, como denomina Morin e Kern (2003, p. 22) principia quando ocorrem os primeiros contatos entre seres do Novo e Velho Mundos, a partir das grandes navegações. Esta *era* é caracterizada por interferências no pensar e no agir do homem que, a partir do evento histórico acima citado, não estão limitadas por fronteiras ou oceanos. Suas consequências passam a extrapolar o viver de cidades e povos, afetando diferentes âmbitos da vida, seja social, seja econômica ou ecológica, nos mais diversificados lugares do mundo.

A partir da dominação de colônias e povos, a Europa principia seu império.

As cidades, o capitalismo, o Estado-nação, depois da indústria e da técnica tomam um impulso até hoje não experimentados por qualquer outra civilização. A Inglaterra do século XVIII, juntamente com outros Estados-nação, desenvolve um incrível poderio econômico, marítimo e militar que viria a dominar todo o mundo (MORIN: KERN, 2003, p. 23).

Tal dominação é responsável pela expansão do *modus operandis* europeu, suas técnicas, seu modelo de civilização, suas concepções de mundo, ou seja, a inevitável ocidentalização do mundo. Uma incorporação de todo o globo à sua cultura e à *era planetária*, que foi

inaugurada e desenvolvida por métodos baseados na violência, na destruição e na escravidão feroz das Américas e África.

Neste novo mundo o crescimento econômico se transforma no objetivo primeiro de povos e governos, ideal este alicerçado por novos paradigmas desenvolvimentistas. O utilitarismo, ditando a importância de bens e recursos de acordo com sua utilidade econômica, aliada a uma visão culturalista - embasada na crença da capacidade tecnológica em solucionar todos os problemas – e antropocêntrica passam a figurar como os norteadores da ação do homem em relação ao meio.

Neste íterim também a busca por conforto e melhoria de vida dá especial notoriedade a campos industriais que se formavam em toda a Europa. Além de lucro e desenvolvimento, tais empreendimentos significavam também emprego e renda para camadas cada vez mais necessitadas da população vindas de áreas rurais dos países em processo de industrialização.

O progresso se torna, então, o elemento fundamental norteador da evolução e da história do homem, progresso este garantido e estimulado pelo desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias. O crescimento econômico, o avanço nas comunicações e a inclusão dos continentes subdesenvolvidos e subjugados no mercado mundial passam a determinar um progresso cada vez mais voraz. As nações são pouco a pouco absorvidas pelo modelo europeu empregado, o que resulta na *mundialização* da economia e dos mercados baseados no capitalismo e no progresso por intermédio da técnica. Houve também a *mundialização* das idéias. A partir da expansão do ideal de progresso e crescimento, a identidade do homem e sua complexidade como ser pensante e atuante foi subjugada. Para Moscovici (1975), a ciência nestes novos tempos tem como marca sua concepção atomística e individualista que tudo divide e reparte:

Tudo agora é moldado de acordo com este padrão: átomo permanente, indivisível, ser solitário, organismo lutando por sua sobrevivência – o mais forte há de vencer! – animal agregado a uma horda; comprador e vendedor de mercado; sábio isolado entretido com os enigmas do universo. Na física, na biologia, na economia, na filosofia, em todas as partes, o indivíduo é a unidade de referência. O átomo se tornou a expressão terminada da essência das coisas e do homem, englobou a natureza humana e atestou seu estado originário.

A educação seguiu este caminho ditado pela ciência, o da individualização, da separação, da compartimentalização que impediu que os indivíduos pudessem compreender e ligar os conhecimentos. A incrível descoberta de Watson y Crick, em 1950, de que o código genético do DNA - Ácido desoxirribonucleico, as células vivas se compõe dos mesmos

constituintes físico-químicos da natureza terrestre, sendo que o que os difere é a complexidade original de sua organização (MORIN; KERN, 2003, p. 49), não significou nada em termos de promover a compreensão de que o ser humano faz parte da natureza e dela é formado. A humanidade se ilhou em seus próprios ensinamentos, tornando-se incapaz de compreender sua participação ativa no cosmos e no mundo onde vive e do qual depende, bem como sua responsabilidade nos impactos e problemas ambientais em curso.

3.3 A ascensão das ideologias ambientalistas

As preocupações com a natureza são foco, já há algum tempo, de interesse dentro do mundo científico. Um marco relacionado a este tema foi o livro *Primavera Silenciosa* (The Silent Spring) de Rachel Carson, pioneiro na luta ambientalista por alertar - ainda em princípios da década de 60 - sobre os efeitos nocivos de produtos químicos para o meio ambiente. Segundo Carson (1960, p. 151), “à medida que a corrente de produtos químicos nascidos na era industrial foi crescendo para inundar nosso meio ambiente, produziu-se então uma drástica mudança na natureza dos mais sérios problemas sanitários”.

A partir de trabalhos como este, bem como da constatação do aumento de agentes poluidores e do crescimento da população mundial, o meio ambiente se torna, gradualmente, tema de estudos por parte da comunidade científica mundial. Geografia, sociologia, direito, política, marketing, ética e muitas outras áreas de conhecimento verificam a urgência dos temas relacionados aos problemas ambientais, convertendo tais preocupações em movimentos mundiais em favor da defesa do meio ambiente.

Entretanto tais movimentos foram iniciados a partir de uma análise e percepção física e isolada de problemas ambientais, para apenas posteriormente avançar para o terreno político. As políticas e ações governamentais, pautadas unicamente pela necessidade de prosperidade e desenvolvimento, mantiveram-se por muito alheias aos impactos ambientais resultantes do aumento significativo do número de indústrias, de seus rejeitos e poluição produzidos a partir de seu funcionamento.

Casos específicos relacionados a alterações ambientais foram se repetindo, instigando grupos sociais a verificar a causa - e possíveis conseqüências - dos impactos trazidos por este desenvolvimento defendido por governos e grupos econômicos interessados. Este clamor dos grupos sociais organizados vai, desta forma, ser o impulso necessário para a busca, por parte

de estudiosos como Rachel Carson, de comprovações dos impactos trazidos pelo desenvolvimento.

Entretanto é importante enfatizar que a gênese das preocupações ambientais repousa em realidade em lutas sociais não especificamente ligadas a questões de cunho ambiental *stricto-sensu*. Eram demandas sociais ligadas à melhoria de vida, combate à exploração assalariada, ou luta das minorias (GONÇALVES, 2001). Loureiro (2005, p. 25) destaca o importante papel dos *hippies* e dos movimentos pacifistas que, na década de setenta, foram de encontro ao sistema estabelecido pela política norte-americana, pautada pelo belicismo, autoritarismo e estímulo ao hiper-consumo. “Constituiu-se no ambientalismo de *recusa*, rechaçando a participação política, a felicidade consumista, o trabalho alienante, o desenvolvimento produtivista e o progresso armado”.

Estas demandas sociais, no entanto, foram tomando o rumo do ambientalismo a partir de um concomitante desenvolvimento indústri-capitalista e a verificação do aumento e agravamento de problemas ambientais. Além do episódio estudado por Carson, sobre o uso do DDT - Diclorodifeniltricloreto e seus impactos em animais e ecossistemas, também casos como o acidente de Minamata¹⁹ (LOUREIRO, 2003, p. 25) trouxeram repercussões junto à opinião pública e força para os movimentos ambientalistas em ascensão.

Posteriormente o acidente de Bhopal, bem como Chernobyl (BECK, 1998, p. 11), catástrofes de dimensões e proporções incalculáveis, serviram de grande impulso para a consolidação da participação ambientalista na tutela do bem comum, o meio ambiente. Entretanto “deve-se observar que esses danos esporádicos e localizados são proporcionalmente menores que os que vêm sendo causados cumulativamente ao meio ambiente” (BELLEN, 2007, p. 17), como a poluição dos ares, ou o esgotamento dos mananciais de água potável.

É a partir do *boom* de crescimento alcançado após a Segunda Guerra Mundial que pode ser verificada a participação mais incisiva de estudiosos, preocupados com os rumos dados ao panorama ambiental da época. A ciência, portanto, passa a estar inserida no contexto da análise dos problemas relativos ao meio ambiente, de forma a defender inclusive a necessidade de preservar os recursos, que são limitados e indispensáveis à vida na terra. Para esses grupos o termo meio ambiente não se refere mais à natureza morta, e sim a um complexo conjunto de elementos dos quais são todos interdependentes. Para Branco (*apud* FERRETTI, 2002, p. 4)

¹⁹ Tal acidente provocou a incapacitação e morte de pessoas que tiveram contato com mercúrio no Japão.

Meio ambiente é o conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro dos padrões de qualidade definidos.

É neste contexto que também a sociedade passa a se articular e a debater as questões ambientais.

3.3.1 A politização das questões ambientais, uma necessidade

A inserção da temática ambiental no plano político de países e governos se deu por meio de uma demanda social representada por organizações civis organizadas em um primeiro momento, e posteriormente avalizadas por grupos de científicos. Para Bellen (2007, p. 17) “a relação sociedade e meio ambiente, tema pouco abordado nas discussões iniciais sobre a problemática ambiental, começou a ser observada de maneira mais crítica, e a própria concepção do problema passou para a forma mais globalizada e menos localizada”.

O debate sobre esta temática se aprofundou a ponto de governos verificarem a inadequação das políticas vigentes frente às necessidades de mudança causada pelos avanços tecnológicos em curso. Para Schmitter (*apud* RUA, 1999, p. 232), a política é a resolução pacífica de conflitos. Já para RUA (1999, p. 233), tal palavra designa o “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à solução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos”. Neste sentido a palavra política vai tomando contornos institucionais, desnudando a importância e função do Estado no sentido de normatizar e regulamentar ações que venham a interferir no interesse comum.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1993) afirmam que o Estado é o sujeito responsável por atos políticos ligados a

O ordenar ou proibir alguma coisa como efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o legislar através de normas válidas *‘erga omnes’*²⁰, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros, etc.

²⁰ *Erga omnes* é uma expressão latina que significa “que tem efeito ou vale para todos”, em referência ao ato jurídico (HOUAISS, 2001).

Entrando pela seara política, a temática ambiental torna-se então tema de estudos solicitados por governos. Um deles foi publicado em 1968, e defendia ser o crescimento populacional o grande responsável pelo deterioro do meio, como especifica Garrett Hardin (*apud* COMMONER, 1992, p. 129), em *Tragedy of the Commons*:

O problema da poluição é uma consequência da população. A maneira como um norte-americano solitário se livrava de seu lixo não representava grande problema... Entretanto, à medida que a população ficou maior e mais densa, os processos naturais químicos e biológicos de reciclagem se sobrecarregaram... A liberdade de reproduzir será a ruína de todos.

Assim, a maior causa do deterioro ambiental era a quantidade de pessoas no mundo. Obviamente, ao se considerar que os países pobres são responsáveis pelas altas taxas de natalidade, isto implicaria dizer serem estes os responsáveis por tal deterioro. Estudos mais apurados, no entanto, revelam a inconsistência de tamanha simplificação.

Para comprovar isto, Gardner, Assadourian e Sarin (2004), informam que o consumo de bens e serviços privados tem aumentado constantemente durante décadas em países industrializados, e tem crescido atualmente de forma acelerada em países em desenvolvimento. Este consumo superou em 2000 os 20 bilhões de dólares, um aumento considerável se comparado aos 4,8 bilhões de dólares gastos em 1960. De acordo com dados revelados pelos autores, os 12% da população mundial que vive na América do Norte e na Europa Ocidental são responsáveis por 60% dos gastos privados, enquanto que um terço da população que vive no sudeste asiático ou na África gastam 3,2% do total do consumo medido.

Desta forma, não é a explosão demográfica a única e mais grave vilã no complexo histórico do deterioro ambiental. Entretanto, mais fácil do que admitir a culpa do modelo de desenvolvimento imposto por países ricos e industrializados, o que significaria impor mudanças drásticas nesta forma de manter a economia, é colocar a culpa dos problemas ambientais nos países pobres, que efetivamente não conseguem conter a natalidade, o que ocasiona aumento populacional. Este tipo de atitude, na verdade, apenas contribui para maquiagem as reais e mais sérias causas da problemática ambiental, aprofundando a séria crise pela qual passa o planeta atualmente.

Outros debates são estimulados por reflexões acerca de problemas como a poluição e a finitude dos recursos disponíveis, tomando como elemento prioritário o petróleo. O relatório *The Limits to Growth* de 1972, de Donella Meadows (BELLEN, 2007, p. 21) encomendado

pelo Clube de Roma, alertava sobre a impossibilidade de manutenção do crescimento populacional frente a finitude dos recursos disponíveis.

Contrariando a crença vigente, o Relatório prevê o esgotamento dos recursos ambientais desmistificando o ideal de que seriam eles ilimitados. Como solução, Meadows aconselha a adoção de medidas que desestimulem o crescimento populacional, ou estado estacionário de crescimento. Para Foladori (2001, p. 115), “tratava-se de uma crítica surgida no interior do próprio sistema capitalista, que propunha como alternativa passar a um estado de estagnação ou de crescimento zero”.

Com a Conferência de Estocolmo, em 1972, além dos aspectos relativos aos recursos naturais em si, outras dimensões são verificadas como indispensáveis ao se analisar a questão ambiental no mundo. Em realidade o próprio termo “ambiente” passa a incorporar novos significados, no momento em que se verifica que as questões ambientais perpassam elementos como preservação de florestas, espécies em extinção ou recursos naturais finitos. A questão ambiental, a partir de Estocolmo, passa a abranger problemas externos aos espaços estritamente naturais para englobar também problemas sociais como pobreza, saneamento, saúde, educação, espaços urbanos, entre tantos outros temas (BARRÓN RUIZ, 2002, p. 24-25).

A constatação da inadequação das leis e políticas vigentes traz à tona a necessidade de debater as questões ambientais para a formulação de leis e normas compatíveis com o ritmo de desenvolvimento estabelecido nos últimos tempos. Desta forma temas como a necessidade de utilizar melhor os recursos ou de adotar medidas preventivas para evitar a degradação ambiental tornam-se preocupações governamentais correntes. Como resposta política às indagações relativas aos problemas ambientais os governos adotam a medida de criar órgãos controladores e leis ambientais, bem como políticas voltadas para a proteção de espaços e recursos ambientais (BRAGA *et al.*, 2005, p. 217).

A problemática ambiental, assim, inicia uma revisão do pensar fragmentado. Órgãos competentes, governos e países verificam que devem atuar conjuntamente, a partir da percepção do caráter sistêmico e interdependente dos ecossistemas, já que a poluição e degradação ambiental não respeita fronteiras, podendo ser produzida em um lugar, mas trazendo conseqüências negativas para populações e ecossistemas de outro por meio de sua ligação por um rio, ou por massas de ar. Para Beck (2002), os impactos e riscos ambientais são ‘democráticos’, afetando a todos independentemente de sua situação financeira, cor, religião ou etnia, o que ele chama de *igualdade negativa*.

Como instrumento de debate, são desenvolvidos encontros, cúpulas e seminários com a participação massiva de países interessados na problemática ambiental. O mais conhecido, desde um ponto de vista ambiental, ocorreu em 1987, onde foi elaborado e publicado o Relatório Brundtland. O encontro foi um importante palanque para os temas ambientais, principalmente por introduzir um termo na atualidade bastante utilizado, o desenvolvimento sustentável.

3.4 Desenvolvimento sustentável como novo paradigma

A partir dos questionamentos vigentes foi verificada a urgência em aliar desenvolvimento e preservação ambiental, ou seja, formas de permitir o desenvolvimento econômico, mas tomando os cuidados necessários para permitir a perpetuação da vida. É lançado então, em 1987, o informe *Our common future*, conhecido também como Relatório Brundtland, promovido pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – WCED, com a finalidade de promover uma ‘agenda global para a mudança’ (FOLADORI, 2001, p. 117).

Tal informe desloca a ênfase da problemática ambiental para o elemento humano, colocando a “pobreza como uma das causas (e conseqüências) dos problemas ambientais; daí que não se possa pensar em encarar as questões ambientais à margem de uma perspectiva que abarque a pobreza e a desigualdade internacionais” (FOLADORI, 2001, p. 117), implicando também numa responsabilização coletiva pelos problemas ambientais. Foladori (2001, p. 118) complementa dizendo que “não se pode separar o regime capitalista de produção das questões ambientais e sociais”.

Neste informe dissemina-se também o conceito de desenvolvimento sustentável, termo que significa ser este um tipo de desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (WCED, 1987 *apud* BELLEN, 2007, p. 23). Assim, tal conceito torna-se um norteador para todos aqueles que demonstravam interesse e consciência voltadas para as questões ambientais. Para Leff (2001, p. 15), o “princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade”. Ainda o próprio Leff (*ibidem*)

A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção.

Entretanto uma das críticas mais freqüentes a tal paradigma é o fato da sua inconsistência teórica, como confirma Bellen (2007, p. 13): “O surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que se tornou rapidamente uma unanimidade em todos os segmentos da sociedade, ocasionou o aprofundamento da discussão sobre o seu real significado teórico e prático”. Sem definições ou delineamentos específicos, passa a haver uma utilização massiva do termo, no momento em que ele denota a existência de uma responsabilidade socioambiental por parte daqueles que o utilizam em seus discursos.

Leff concorda com Bellen ao afirmar que “além do mimetismo discursivo que o uso retórico do conceito gerou, não definiu um sentido teórico e prático capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade” (2001, p. 21). Lélé (*apud* LENZI, 2003, p. 52) mostra-se de acordo com os autores anteriores ao afirmar que tal termo se tornou uma “palavra-chave de agências de ajuda internacional, um jargão para planejadores do desenvolvimento, um tema de conferências e o slogan de ativistas ambientais”, mas que esta “diversidade interpretativa tem sido vista como um aspecto negativo do conceito”.

Com um delineamento aparentemente aplicável a qualquer caso, especificamente por seus contornos pouco específicos, e desenvolvimento sustentável traz à tona a necessidade de moldar o desenvolvimento econômico dentro de determinados limites e especificações que permitam a continuidade do processo. Os recursos do meio ambiente devem ser utilizados, mas sendo respeitados o seu limite de uso, seus processos biológicos, suas necessidades de recomposição, etc.

Alguns autores criticam esta postura. Para Richardson (*apud* LENZI, 2003, p. 110) o “desenvolvimento sustentável não é apenas um engano político, mas representa uma fraude uma vez que tenta obscurecer a contradição entre a finitude da terra e a natureza expansionista da sociedade industrial”. Compartilha com ele da mesma crítica Leff (2001, p. 28) que afirma ser o discurso do desenvolvimento sustentável uma operação simbólica no sentido de legitimar as novas formas de apropriação da natureza, “às quais já não se poderão opor os direitos tradicionais pela terra, pelo trabalho ou pela cultura”.

Efetivamente, o termo tem sido empregado das mais variadas formas. Empresas se dizem sustentáveis por empregarem um sistema de limpeza dos efluentes. Entretanto cabe o questionamento se estão sendo corretas com seus funcionários em termos de direitos

trabalhistas, ou mesmo se tomam outras medidas ambientais para se adequar não apenas às exigências legais, como fundamentalmente às necessidades de não degradação do meio ambiente. Governos lançam programas e projetos, e todos eles atualmente apresentam, em seus textos, o uso do termo desenvolvimento sustentável, seja os voltados para o crescimento econômico, para visitação em unidades de conservação, ou para obras de infra-estrutura, todos de alguma forma incorporam o termo, sem necessariamente absorver seu significado.

Apesar de todas as críticas, não se pode negar a força do termo, e sua responsabilidade direta pela inclusão do debate ambiental nas rodas de discussão as mais diversas. Para Lenzi (2003, p. 111), o termo tem um importante valor para as ciências sociais. A primeira é ter sido um paradigma que fala não apenas de questões ambientais, mas prioritariamente sobre “igualdade, justiça e direitos humanos, além de estimular uma visão cultural e construtivista da relação homem e meio ambiente”. Para Redclift (*apud* Lenzi, 2003, p. 111)

não significa que o conceito é inútil, mas significa que seu uso requer atenção rigorosa. A idéia de desenvolvimento sustentável se mantém uma idéia poderosa [...]. Na minha visão, desenvolvimento sustentável ainda providencia um ponto de acesso útil para discutir desenvolvimento e meio ambiente.

O primeiro conceito, ligado ao Relatório Brundtland, inclusive já vem passando por reformulações, por meio da inserção de novos elementos. Um exemplo é o defendido do PNUMA e PNUD - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento, que entendem ser o desenvolvimento sustentável uma

modificação na biosfera e na aplicação dos seus recursos para atender às necessidades humanas e aumentar a qualidade de vida. Para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento devem-se considerar os fatores social, ecológico e econômico, dentro das perspectivas de curto, médio e longo prazos (*apud* BELLEN, 2007, p. 24).

Neste conceito já se pode encontrar a ligação direta de necessidades e qualidade de vida. Isto implica em dizer que não seria apenas às necessidades básicas do ser humano, mas àquelas que lhe permita atingir um patamar que esteja de acordo com o que se entende por qualidade de vida. Ademais, este outro conceito fala claramente das dimensões que devem ser incorporadas para a completa e complexa compreensão de desenvolvimento sustentável, que são fatores sociais, econômicos e ecológicos. Existe uma interdependência entre estes fatores, o que significa que o funcionamento deficitário em uma das dimensões implica em problemas para todo o sistema. Por fim, o PNUMA e PNUD demonstram a importância temporal para o

alcance de uma evolução em conformidade com os preceitos do desenvolvimento sustentável. De forma que está claramente indicado a necessidade de se vislumbrar qualquer planejamento ou ação dentro de perspectivas de curto, médio e longo prazos.

Apesar das críticas ao termo e seus usos, a realidade é que tem ele sido fundamental no sentido de trazer à tona questões não apenas relativas ao meio ambiente. O debate em torno da expressão desenvolvimento sustentável tem também suscitado importantes questionamentos sobre as implicações do crescimento e evolução humana no meio, bem como fatores ligados à pobreza e desigualdades, ambos causa e consequência desta mesma evolução, e todos produzindo enormes impactos no meio ambiente. Segundo Dryzek (1997 *apud* LENZI, 2003, p. 128)

a linha histórica núcleo do desenvolvimento sustentável parte do reconhecimento que as aspirações legítimas de desenvolvimento das pessoas do mundo não podem ser satisfeitas por todos países seguindo o padrão de crescimento já tomado pelos países industrializados, pois tal ação sobrecarregaria os ecossistemas do mundo. Já o crescimento econômico é necessário para satisfazer as necessidades legítimas dos pobres do mundo. A atenuação da pobreza irá melhorar o que é uma das causas básicas da degradação ambiental, pois os pobres são forçados a abusar de seu ambiente local apenas para sobreviver. Crescimento econômico deveria, portanto, ser promovido, mas guiado por caminhos que são tanto ambientalmente saudáveis e socialmente justos. Justiça se refere aqui não somente à distribuição dentro da geração presente, mas também a distribuição às gerações futuras.

A incontestável força política do termo tem tornado realidade mudanças em prol da preservação ambiental. Ações ligadas à educação ambiental, à coleta seletiva de lixo, à destinação de áreas prioritárias para preservação como as unidades de conservação brasileiras são alguns exemplos. As exigências legais vão se fortalecendo nos diferentes países, mostrando os avanços que o debate sobre a questão da sustentabilidade têm trazido para o seio da sociedade atual. Estas atitudes já pressupõem a incorporação da idéia de que a natureza não é fonte gratuita e inesgotável de recursos, e que medidas devem ser tomadas no sentido de viabilizar seu uso não apenas de maneira racional, mas também equitativo.

Entretanto cabe aqui um questionamento crucial: o que poderia ser considerado um desenvolvimento sustentável em termos práticos? Isto porque se fala muito em um desenvolvimento que seja socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente viável, mas não existe uma definição clara sobre o que isso representa. Esta é uma dúvida que permeia toda o debate ligado à sustentabilidade.

Um dos defensores da sustentabilidade é o pesquisador Ignacy Sachs (2002, p. 85-88). Sem desconsiderar a subjetividade do tema, ele tenta dar os direcionamentos para um desenvolvimento dito sustentável, determinando serem oito as dimensões que devem ser verificadas na busca por tal tipo de desenvolvimento (QUADRO 2).

QUADRO 2: Dimensões e critérios de Sustentabilidade.

Dimensões e critérios de Sustentabilidade	
1	Social:
	<ul style="list-style-type: none"> - Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; - Distribuição de renda justa; - Emprego pleno e/ ou autônomo com a qualidade de vida decente; - Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;
2	Cultural:
	<ul style="list-style-type: none"> - Equilíbrio entre respeito à inovação e tradição; - Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno; - Autoconfiança combinada com abertura para o mundo;
3	Ecológica:
	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; - Limitar o uso dos recursos não-renováveis;
4	Ambiental:
	<ul style="list-style-type: none"> - Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
5	Territorial
	<ul style="list-style-type: none"> - Configurações urbanas e rurais balanceadas; - Melhoria do ambiente urbano; - Superação das disparidades inter-regionais; - Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis;
6	Econômico
	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; - Segurança alimentar; - Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção;
7	Político (Nacional)
	<ul style="list-style-type: none"> - Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; - Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; - Um nível razoável de coesão social;
8	Político (Internacional)
	<ul style="list-style-type: none"> - Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; - Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade; - Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; - Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; - Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia.

Fonte: Adaptado de Sachs (2006, p. 85-88)

Em uma de suas palestras Sachs (2002, p. 29) reafirma a necessidade de novas formas de impulsionar um tipo de desenvolvimento que siga estes critérios: “Uma nova forma de civilização, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis, não é apenas possível, mas essencial”. Hardi e Barg (1997 *apud* BELLEN, 2007, p. 32), entretanto, fazem uma ressalva: “embora seja possível apontar a direção do desenvolvimento para que seja ‘mais’ sustentável, não é possível definir precisamente as condições de sustentabilidade de determinado desenvolvimento”, na medida em que “não se pode capturar de maneira detalhada ou precisa a dinâmica da sustentabilidade humana”.

Sociedade e meio ambiente passam continuamente por diversas mudanças e adaptações por questões culturais, tecnológicas e valorativas. Destarte “o resultado desta constante adaptação do sistema não pode ser previsto, pois é consequência de um processo evolucionário” (BOSEL *apud* BELLEN, 2007, p. 29). Bellen (2007, p. 38) confirma tal problemática ao afirmar que

As diferenças em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável são tão grandes que não existe um consenso sobre o que deve ser sustendo e tampouco sobre o que o termo sustentar significa. Conseqüentemente, não existe consenso sobre como medir a sustentabilidade. Infelizmente sem a definição operacional minimamente aceita torna-se impossível traçar estratégias e acompanhar o sentido e a direção do progresso.

Assim, existe a premente “necessidade de operacionalizar o conceito de sustentabilidade”, elemento este que deve “auxiliar na verificação sobre a sustentabilidade ou não do sistema, ou, pelo menos, ajudar na identificação das ameaças à sustentabilidade de um sistema” (BOSEL *apud* BELLEN, 2007, p. 29). A forma encontrada pelo autor é a elaboração de indicadores capazes de informar sobre a situação da sociedade em relação à sustentabilidade. Os indicadores, entretanto, não são a solução do problema. Eles seriam, sim, uma forma de acompanhamento das mudanças, viabilizando uma verificação constante dos estados do globo nas mais diversas áreas.

3.4.1 Indicadores de sustentabilidade

Uma das formas de conseguir a verificação de determinados elementos considerados imprescindíveis para a qualidade ambiental ou de vida são os indicadores. Um dos mais

conhecidos é o PIB – Produto Interno Bruto, que serve para informar sobre a riqueza produzida por uma nação. As análises sobre as condições de um país, entretanto, ganharam contornos mais humanizados, passando do PIB, que informa apenas cifras que não condizem com a realidade social de um país, para o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que inclui questões como educação, saúde e renda nas suas análises.

As grandes alterações que vêm ocorrendo nos últimos dois séculos imprimiram mudanças significativas nas sociedades e no globo como um todo. Assim, o aumento populacional, as evoluções na tecnologia, a necessidade do acréscimo constante nos níveis de produção, a existência de países parceiros, a globalização das idéias, todos foram elementos que impeliram a humanidade a um processo de desenvolvimento inigualável.

Diferentemente dos períodos anteriores, a gestão das cidades e dos negócios não podem mais ser executadas por meio de estratégias e sistemas rudimentares. É necessário um amplo sistema de informações que permita inteirar governos, empresas e cidadãos de um número ilimitado de dados. Uma das formas de organizar tais dados são os indicadores.

A gênese do termo está na palavra em latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar (BITTENCOURT, 2006, p. 141). Ainda para este autor, utiliza-se este termo nas ciências ambientais para designar “um organismo, uma comunidade biológica ou outro parâmetro (físico, químico ou social) que serve como medida das condições de um fator ambiental, ou um ecossistema”.

Para McQueen e Noak (1988 *apud* BELLEN, 2007, p. 41) um indicador seria uma medida que resume informações relevantes de um fenômeno particular ou um substituto desta medida. Compartilham da mesma compreensão Bessa Júnior e Muller (2000 *apud* MARANGON, 2004) que dizem ser o indicador o “meio encontrado para reduzir uma ampla quantidade de dados à sua forma mais simples, retendo o significado essencial do que está sendo perguntado”. Também a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE entende o indicador como um “parâmetro, ou valor derivado de parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno, com uma extensão significativa” (1993 *apud* BITTENCOURT, 2006, p. 141).

Em suma, todos os conceitos falam de dados que, simplificados por meio de indicadores, informarão sobre o estado do elemento pesquisado, permitindo assim o monitoramento dos sistemas analisados, e embasando a tomada de decisões por meio de dados fáticos e mensurados, como confirma Sato (2000 *apud* MARANGON, 2004)

os indicadores são instrumentos através dos quais torna-se possível simplificar, quantificar e analisar informações técnicas transformando-as em informações compreensíveis aos vários grupos de usuários, permitindo aos tomadores de decisões o acesso a dados relevantes para fazer e medir o progresso quanto a sustentabilidade.

Entre as outras possíveis funções da existência e adoção de indicadores, Bellen (2007, p. 58) destaca as seguintes:

- Função analítica: as medidas ajudam a interpretar os dados dentro de um sistema coerente, agrupando-os em matrizes ou índices;
- Função de comunicação: as ferramentas tornam os tomadores de decisão familiarizados com os conceitos e métodos envolvidos com a sustentabilidade. Os indicadores ajudam no estabelecimento de metas e também na avaliação do sucesso em alcançá-las;
- Função de aviso e mobilização: as medidas ajudam os administradores a colocar os mecanismos de uma forma pública, publicações anuais ou simples relatórios com indicadores-chave;
- Função de coordenação: um sistema de medidas e de relatórios deve ser factível tanto em termos de orçamento quanto em termos de recursos humanos. Deve ser aberto à população, para participação e controle.

O primeiro documento oficial que veio a tratar da elaboração de indicadores foi o “*Indicadores de desarrollo sostenible: marco y metodologias*”, lançado em 1996 pela CDS – Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas. Tendo como finalidade de prover informações para a tomada de decisões, o documento denominado de “Livro Azul” trazia um conjunto de 143 indicadores, que posteriormente foram reduzidos para 57 (VEIGA, 2006, p. 173). Uma grande dificuldade para a elaboração destes indicadores é conseguir traduzir em números realidades e situações tão díspares quanto as existentes no planeta. Um exemplo seria medir a qualidade de vida em países como Bélgica e Brasil. Isto se complica ainda mais caso sejam levadas em consideração reflexões como a de Amartya Sen no início do capítulo anterior: não necessariamente se poderia medir esta qualidade de vida por estatísticas econômicas. Assim, outras metodologias foram propostas na intenção de canalizar dados significativos para a elaboração de indicadores.

Um deles foi o ESI - *Environmental Sustainability Index*, elaborado por pesquisadores de Yale e Columbia, e apresentado em 2002, no Fórum Econômico Mundial. A proposta era analisar 68 variáveis contidas em 20 diferentes indicadores essenciais por meio de representações gráficas multifacetadas, no lugar de utilizar um número índice (VEIGA, 2005, p. 173). Outra proposta foi a da “Pegada Ecológica” (*Ecological Footprint*), lançada pela ONG Redefining Progress Institute, tendo esta o objetivo avaliar o uso da natureza pelas

comunidades humanas. Em suas análises, a cada ser humano caberia o uso e usufruto de uma área produtiva equivalente a 1,86 hectares. Entretanto, a desigualdade deste uso fica patente nos dados por eles coletados, quando se verificou que cada habitante dos Estados Unidos usava, à época da pesquisa, 9,71 hectares, ou seja, mais do que o quádruplo do número base.

O Brasil, seguindo a orientação da ONU, também criou seus indicadores. Com base nos estudos da CDS, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística lançou o documento Indicadores Brasileiros de Desenvolvimento Sustentável em 2002, já havendo uma atualização dos dados em 2004. Para Veiga (2005, p. 174), estes indicadores estão compilados na “primeira publicação que incluiu explicitamente a dimensão ambiental ao lado da social, da econômica e da institucional”. Na parte relativa especificamente à dimensão ambiental, o documento foi organizado de forma a apresentar 17 indicadores essenciais, organizados em 5 temas específicos: atmosfera, terra, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento (IBGE, 2002 e 2004).

É importante considerar, no entanto, que assim como o conceito de desenvolvimento sustentável está pouco definido, não se pode considerar a elaboração de indicadores como a panacéia dos problemas sócio-ambientais do mundo atual. Isto porque também estão pouco definidos. Os padrões ou parâmetros a serem analisados devem ser elaborados caso a caso, já que os diferentes ecossistemas e variados grupos sociais demandarão a produção de indicadores específicos para cada realidade.

Neste sentido, os impactos causados pela exploração de carcinicultura em uma praia do litoral nordeste do Brasil, junto a comunidades de pescadores, serão diferentes de grandes produções de soja no cerrado do centro-oeste. Os impactos e as necessidades serão diferenciadas, não apenas pelo tipo de atividade econômica analisada, como também pelas comunidades que fazem parte destas vivências. Para alguns casos, já existem parâmetros. Entretanto, para a grande maioria, avaliações e monitoramentos estão sendo feitos para a elaboração de tais indicadores. Tal déficit de informações se deve ao processo incipiente de adoção dos indicadores como forma de análise e acompanhamento do desenvolvimento.

Para Bellen (2007, p. 39), “Todas as definições e ferramentas relacionadas à sustentabilidade devem considerar o fato de que não se conhece totalmente como o sistema opera”, de forma que atualmente “pode-se apenas descobrir os impactos ambientais de atividades e a interação como o bem-estar humano, com a economia e o meio ambiente”. Tais impactos, portanto, devem ser constantemente monitorados por meio de indicadores, para a verificação dos níveis viáveis de mudança possível.

A proposta inicial do presente trabalho era estabelecer pontos prioritários para a análise de questões importantes relacionados aos impactos ambientais produzidos pelo desenvolvimento econômico na área de análise por meio de indicadores. Guardando a ressalva do parágrafo anterior, a inexistência de indicadores específicos de sustentabilidade nesta área inviabilizam um quadro comparativo que venha a comprovar que o desenvolvimento aí promovido está efetivamente sendo insustentável. Entretanto, ao agregar três técnicas diferenciadas de análise, busca-se comprovar um crescimento exacerbado e insustentável, o que refletiria na geração de impactos que serão sentidos e compartilhados por todos que aí residem, sendo este um dos pressupostos da dívida ecológica, tema que será debatido em capítulo posterior.

3.5 Impactos ambientais nas zonas costeiras: dívida para a posteridade

As zonas costeiras são áreas de grande importância para um país. Atualmente aproximadamente 45 % da população mundial reside nestas áreas. É também onde se localizam 75 % das megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes do mundo, onde são produzidas em torno de 90 % da pesca global (INSTITUTO DO MILÊNIO, 2008). Além disto, abriga atividades das mais diversas, como aquíicultura e pesca; é fonte de recursos como petróleo; é ponto estratégico para comércio, transporte e segurança nacional; é importante reservatório de biodiversidade; abriga portos e indústrias; bem como é o um dos principais destinos turísticos mundiais.

No Brasil, a zona costeira tem tido papel de destaque na história do país desde os primórdios da colonização (FARIAS, 2002, p. 32), principalmente porque “tal espaço possui peculiaridades e vantagens locais que o tornaram concentrador de grande parte da população do país e, conseqüentemente, suas atividades” (*ibidem*, p. 34). Assim, desde o descobrimento do Brasil, os processos iniciais de ocupação, bem como as principais atividades comerciais estavam intrinsecamente ligadas às áreas litorâneas. Com o passar do tempo, e a necessidade de proteger e integrar os espaços desabitados do país, novas áreas foram sendo povoadas. Isto não impediu, no entanto, a continuidade da concentração de cidades e atividades nas áreas litorâneas. Apenas com a transferência da capital brasileira do Rio de Janeiro para Brasília, na década de 50, é que tal realidade passa por mudanças.

De acordo com o PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a zona costeira é “o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas pelo Plano” (art. 2º, parágrafo único, Lei n 7.661 de 16.05.1988). Para Sirvinskias (2007, p. 330), a zona costeira seria “formada pelo encontro do mar, do ar e da terra, constituindo uma faixa marítima e uma terrestre, abrangendo nessas faixas todos os recursos nela existentes”. A sua condição de interface entre a parte terrestre e a marítima é um dos motivos que a torna tão susceptível a impactos, já que abriga grande parte da população brasileira, e muitas das atividades econômicas do país. Para Carvalho e Rizzo (*apud* SIRVINSKAS, 2007, p. 330) tal zona

corresponde a uma faixa de transição onde interagem dinamicamente três grandes sistemas: oceânico, atmosférico e continental. Possui quase 7.400 km de extensão e largura que varia de 70 a 480 km (...). A parte emersa ocupa uma área de 440.000 km² (pouco mais de 5% do território nacional), abrangendo 512 dos 4.493 municípios brasileiros, onde se concentram perto de 39 milhões de habitantes (mais de um quarto da população brasileira pelo censo de 1991²¹), com uma densidade demográfica de 87 hab./ km² (índice cinco vezes superior ao nacional).

A importância deste espaço também deve ser verificada pela vasta quantidade de ecossistemas que abrange, estando entre eles ambientes recifais, ilhas costeiras e oceânicas, sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, bancos e enseadas, costões, grutas marinhas, restingas, dunas, florestas litorâneas, manguezais, entre outros. Muitos dos usos dados às zonas costeiras interferem diretamente nestes ecossistemas. Assim, o lançamento de efluentes por parte de agricultura e indústria são fontes poluidoras dos sistemas fluviais que deságuam no mar; a intensa urbanização do litoral promove o aterramento de manguezais; o uso inconseqüente de ambientes recifais para atividades de lazer pode provocar a completa degradação dos corais da costa são alguns dos exemplos cabíveis.

Nesta conjuntura, foram delimitadas leis específicas que visam gerir a interação homem e meio ambiente costeiro. Diante da grande importância das zonas costeiras, a Constituição Federal elevou tais espaços à condição de patrimônio nacional brasileiro:

Art. 225, § 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a **Zona Costeira** são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que

²¹ Pelo censo de 2001, a população brasileira era de aproximadamente 181.500.000 habitantes, distribuídas em 5.563 municípios (SIRVINSKAS, 2007).

asseguem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. (grifo nosso).

Ainda como forma de proporcionar uma normatização capaz de proteger as zonas costeiras, foi sancionado o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC (Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988). Estados e municípios também poderão, mediante elaboração de leis, instituir os Planos Estaduais e Municipais de Gerenciamento Costeiro, observando as normas e diretrizes do Plano Nacional acima citado. Tais normatizações se mostram essenciais, já que os mais variados interesses em relação a este espaço geram uma série de conflitos em relação os usos dos recursos aí existentes.

Uma das atividades que vem promovendo estes conflitos é o Turismo. Como citado no capítulo anterior, o Turismo tem sido enaltecido como importante fonte geradora de emprego e renda e, conseqüentemente, de desenvolvimento. No Nordeste brasileiro, o principal atrativo gerador de fluxos turísticos é efetivamente a praia, aliando-se a isso a temperatura da água e o clima sem variações significativas, o que implica dizer em mais uma pressão antrópica para os ecossistemas costeiros. De acordo com o PNGC (art. 10, § 3º), entende-se “por praia a área coberta e recoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema”.

É em função deste atrativo que se organizam a maior parte dos destinos turísticos nordestinos, a exemplo de Pernambuco, o que implica em uma grande urbanização destes espaços, bem como toda uma gama de impactos inerentes às necessidades de ordenação dos destinos turísticos. Para Crócia (1998 *apud* LIMA, 2006, p. 72),

Esse fato se dá pela maior parte dos assentamentos turísticos situarem-se em ambientes litorâneos ou costeiros, a 300/500 metros da linha de costa, isto devido à predominância do consumo turístico do tipo SSS²² – *sun, sand and sea* –, nas Américas ou Europa. Dessa forma, as estruturas de alojamento e as funções que lhes são associadas acabam por se impor principalmente nestes ecossistemas costeiros, muitos deles frágeis diante de antropismos tão vigorosos e continuados.

Assim, paulatinamente as zonas costeiras vão sendo foco de políticas e investimentos voltados para a sua adequação às necessidades dos turistas, no que tange a acessos, equipamentos e serviços turísticos, e todo um conjunto de infra-estrutura básica inalcançáveis

²² O turismo *sun, sand and sea* (sol, areia e mar) se refere a um turismo massificado, onde grupos buscam produtos padronizados a preços mais baixos. Normalmente este tipo de turismo é ligado a grandes impactos nos destinos

para outros municípios que não dispõe de tal atividade. Segundo Firmino e Lima (2004 *apud* LIMA, 2006, p. 76), “as regiões costeiras têm sido privilegiadas nas políticas públicas, tornando-se principal meio de inserção do turismo brasileiro na globalização turística internacional”. Em concordância com tal idéia, Mendes *et al.* (2004 *apud* LIMA, 2006, p. 77) afirma que

A partir da última década do século XX, com apoio integrado do Estado e de órgãos internacionais, instalou-se no litoral nordestino um processo de implantação de empreendimentos turísticos, nas modalidades do turismo global, apropriando-se de lugares considerados ‘nobres’ e, conseqüentemente, desapropriando comunidades tradicionais. Dessa forma, são produzidas formas elitistas de ocupação, desenrolando-se uma luta de interesses pelo espaço: uns buscando acumular lucro, e outros, as condições básicas de sobrevivência.

Desta forma, a atividade turística vem impulsionando transformações no litoral nordestino, em geral estimuladas por interesses alheios aos das comunidades que aí residem. Configura-se, assim, a apropriação dos espaços para o uso turístico, bem como a criação de áreas seletivas e excludentes, onde são criados espaços de consumo, de uso praticamente exclusivo de turistas, trazendo impactos sócio-ambientais importantes para tais localidades.

4 Dívida ecológica

A temática dívida ecológica vem sendo debatida a partir da década de 90. Como é um tema recente, apresenta um material de pesquisa limitado. Mesmo frente às limitações em relação a referências, o capítulo 4 visou contextualizar o tema, explicando suas origens, seu significado, bem como a sua importância para o presente estudo.

4.1 Dívida, uma introdução

O termo dívida pode ser entendido como um compromisso firmado entre partes: uma parte é o devedor, e a outra é o credor. O primeiro, que pode ser representado por uma pessoa, uma empresa ou o governo, deve pagar por meio de moeda, serviços ou bens à parte credora o valor que havia recebido como empréstimo.

Este credor pode ser um banco, uma empresa, o Estado ou outras organizações com capital e recursos para fazer empréstimos, que em geral somente são disponibilizados em condições muito desfavoráveis para os devedores. Nestes acordos, ficam previamente estabelecidos os prazos e condições para o pagamento do empréstimo, além das taxas de juros que vão sendo incrementadas ao valor total da dívida com o passar do tempo.

No Brasil, a compra da casa própria é um exemplo do prejuízo sofrido por mutuários para a aquisição do imóvel próprio. O acordo, feito juntamente a bancos estatais – em geral os que liberam este tipo de crédito - pode ser dividido em até vinte anos, o que dá aos mutuários uma idéia equivocada da vantagem de dividir em várias parcelas o valor total do imóvel. O problema torna-se perceptível apenas com o passar do tempo. Para a ONG A.B.C. – Associação Brasileira do Consumidor o maior problema reside no tipo de juros aplicado, ou juros sobre juros. No final dos vinte anos, ao pesquisar seu débito, o mutuário verifica que sempre há uma diferença residual a pagar, muitas vezes até superior ao próprio valor do imóvel. De acordo com M. Fernando (ONG ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CONSUMIDOR, 2005) a aplicação de juros compostos pode significar o aumento de até sete vezes o valor do empréstimo no início do contrato.

4.1.1 Dívida externa

Um tipo particular de dívida é a externa. A peculiaridade deste tipo de dívida, entretanto, reside no fato de que ela se refere a empréstimos obtidos junto a empresas ou entidades de outro país, ou seja, em moeda estrangeira.

Desta forma, países em dificuldade financeira adotam os empréstimos estrangeiros como forma de capitalização de suas economias, o que lhes permitiria executar projetos e planos de governo em áreas sociais (escolas, aeroportos, hospitais), obras de infra-estrutura (pontes, estradas, saneamento) ou mesmo atuar junto a propósitos relacionados à dívida interna do governo (déficit fiscal).

Também empresas podem solicitar empréstimos externos. Em geral, tais empresas adotam a dívida externa como possibilidade quando necessitam fazer pesados investimentos em renovação tecnológica, por exemplo.

A dívida externa é anterior ao século XIX. Entretanto, tal dívida começa a interferir significativamente nos países devedores a partir das lutas de independência, quando muitos deles tiveram que contrair dívidas não apenas para a liberação da condição de colônia, como também para conseguir fontes de financiamento para a manutenção e desenvolvimento das embrionárias nações que se estabeleciam. Estes movimentos de independência foram, entretanto, o estopim de um conjunto de problemas que provocaram o acirramento da atual crise pela qual passam os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (ALIER; OLIVERAS, 2003, p. 13). Para fins da presente dissertação, o Brasil será o país analisado.

4.2 Uma perspectiva histórica para a consolidação dos países ricos e pobres

Os primórdios das relações de dominação econômica entre nações estão embasados no ideal da superioridade material e ideológica dos europeus frente aos povos conquistados. Os países dominados eram, portanto, considerados não somente passíveis de exploração, como se defendia a necessidade de sua integração ao estilo de vida ocidental como forma de desenvolvimento. De acordo com Elsenhans (1989, p. 17), “esta integração forçada teve início a partir das viagens Européias de descobrimento e conquistas que marcaram os séculos XV e

XVI”²³, de acordo com as necessidades de ampliação dos domínios das nações em expansão. Entre os eventos que configuram tal dominação, pode ser citada a cronologia de eventos que redundaram na capitalização crescente dos países desenvolvidos (ELSENHANS, 1989, p. 17-8, tradução nossa):

- A dominação da América Latina no século XVI;
- A retirada forçada da mão de obra africana através do comércio de escravos, iniciado no século XVI, atingindo seu pico no século XVIII;
- A tomada das rotas comerciais da Ásia e a exploração das sociedades asiáticas por empresas europeias monopolistas no século XVI; a subsequente ocupação das mais relevantes regiões comerciais da Indonésia e Índia a partir do século XVIII até os dias atuais;
- Discriminação contra manufaturas vindas do Terceiro Mundo por meio de práticas monopolistas (e uso da força) até o século XVIII, bem como a “desindustrialização” dos países do Sul por meio do princípio do Livre Comércio adotado no século XIX até os dias atuais;
- Desligamento da Ásia e da África do poder colonial no final do século XIX;
- Aviltamento do preço das matérias primas provenientes do terceiro mundo;
- A atuação das multinacionais no Terceiro Mundo, através de sua influência monopolista em relação às tecnologias mais avançadas.

A principal motivação para tais eventos foi a busca por riquezas que viessem a diminuir o déficit na balança da Europa Ocidental para com os países islâmicos do Oriente Próximo e Médio, por meio dos quais os europeus comercializavam pimenta e panos da Índia, Indonésia e China. As nações europeias ligadas aos processos de expansão econômica verificaram que somente resolveriam o problema da balança se conseguissem ou descobrir novas fontes de riqueza, ou eliminar os árabes que controlavam as rotas comerciais do oriente médio (FURTADO, 2000, p. 9). O principal objetivo dos europeus era descobrir uma nova rota para a Índia. Em 1498, diante da possibilidade de circundar o Cabo da Boa Esperança, no sul da África, é efetivamente descoberta a rota alternativa para as Índias. Foi esta a precursora de um conjunto de outras rotas para o Velho Mundo (ELSENHANS, 1989, p. 21).

Assim, o lucro obtido a partir da comercialização dos produtos e especiarias destas rotas estaria garantido no momento em que não precisariam mais pagar ou depender de mercados e rotas já dominados por outras nações. Um exemplo foi o desenvolvimento de áreas para a produção de condimentos e outros produtos tropicais nas ilhas do Caribe e na América do Sul, controlada e explorada diretamente pelo colonizador (ELSENHANS, 1989).

²³ Original em Inglês: “This forced integration commenced with the European voyages of discovery and conquests parking the fifteenth and sixteenth centuries”.

A descoberta de metais preciosos na América Latina e África foi também fundamental neste processo. Delineava-se, assim, a adoção de práticas mercantilistas que viriam a promover grandes transformações no contexto das nações europeias. De acordo com Milton Furtado (2000, p. 5) o *mercantilismo* não se configurou com uma “doutrina econômica”, sendo na realidade um “conjunto de idéias e práticas econômicas adotadas pelos grandes Estados europeus, a partir do século XVI até a primeira metade do século XVIII, visando fortalecer seu poder” mediante o acúmulo de metais nobres. As conseqüências desta prática foram substanciais.

No início, visava essencialmente ao poder da elite governante, mas se desenvolveu com a formação e a consolidação dos Estados Nacionais, quando da transição de economias locais para nacionais, do feudalismo para o capitalismo mercantil, do comércio inter-regional incipiente para o comércio internacional intensivo, em um processo se que acelerou com as descobertas de minas de ouro e prata na América Espanhola [...] a política de atrair moedas e metais nobres tornou-se, assim, um objetivo nacional prioritário (FURTADO, 2000, p. 6)

A abertura de minas, que foram exploradas incessantemente, capitalizou os colonizadores. Além da exploração de tais minas, outra fonte de ouro e prata para os dominadores foi oriunda da descoberta dos estoques de metais feitos pelos autóctones, estoques estes tomados mediante violência e opressão. Como exemplos podem ser citados os Impérios Maia e Asteca, bem como a Índia que, a partir de 1757, teve que aceitar o domínio britânico, o qual passou também a impor taxas para os povoados indianos (ELSENHANS, 1989).

Além dos recursos materiais espoliados, um outro elemento foi igualmente explorado: a mão de obra dos colonizados. Como afirma Foladori (2001, p. 110), “de mãos dadas com a destruição da natureza, o crescimento do capitalismo produziu efeitos sobre a própria espécie humana”. Desde servidão até escravidão, a comercialização e usufruto da mão-de-obra de americanos e africanos se tornaram um forte instrumento de acumulação de capital por parte das nações colonizadoras.

De acordo com Elsenhans (1989, p. 23), as primeiras conseqüências verificadas, a partir das invasões europeias no Terceiro Mundo entre os séculos XVI e XVIII foram:

- a. Fluxo de metais preciosos para a Espanha, primeiro a partir da América Latina, e depois da Índia;
- b. Barateamento de produtos tropicais e subtropicais vindos da agricultura por meio de trabalho forçado e escravo;

- c. Crescimento dos lucros devido às organizações monopolistas nos continentes asiático, africano, e americano junto à Europa;
- d. Alta lucratividade a partir dos ganhos junto ao comércio de escravos no Atlântico.

Vários destes modos de exploração contribuíram para o crescimento econômico da Europa. Entretanto, não apenas conseqüências positivas foram sentidas a partir deste novo momento econômico dos conquistadores. O fluxo de metais levou a uma revolução de preços no século XVI. Em realidade a grande entrada de metais provocou o aumento dos preços, promovendo diferentes impactos sobre os países do continente europeu. As áreas da Europa para onde os metais se direcionaram, principalmente Espanha, revelaram fortes tendências inflacionárias (ELSENHANS, 1989).

A produção manufatureira na Espanha, apesar de apresentar um processo de instalação concomitante ao próprio processo de desenvolvimento manufatureiro da época, era mais cara, o que dificultava sua competição com outros países europeus. A facilidade em dispor de riquezas, pela vinda dos metais preciosos das colônias, foi um desestímulo à incipiente indústria espanhola. No lugar de impulsionar sua própria indústria, a Espanha abriu seus mercados para os produtos manufaturados provenientes da Europa do Norte no século XVI, facilitando assim a ascensão da Inglaterra como nação industrial (ELSENHANS, 1989).

De acordo Stiglitz e Charlton (2007, p. 11), “muitos fatores sociais, político e geográficos deflagraram a Revolução Industrial, mas o comércio da Inglaterra com os vizinhos e com as colônias desempenhou papel decisivo no desenvolvimento da nova atividade industrial”. Desta forma, tomando a dianteira dos avanços tecnológicos e econômicos da época, “as cidades britânicas convertiam-se em oficinas do mundo, importando grandes quantidades de alimentos e de matérias-primas e exportando produtos manufaturados para a América, Ásia e África” (*ibidem*, 2007).

Ao propor os direcionamentos da economia mundial, a Inglaterra também exporta para o mundo a sua ideologia de mercado, entre eles a necessidade de promover o crescimento dos mercados consumidores para sua produção industrial em expansão. As colônias, antes vistas como fonte de recursos e matérias-primas, são agora também um mercado potencial para as manufaturas britânicas. Por meio de manobras políticas e tratados de comércio a Inglaterra estipula, então, regras que começam a dar os contornos da dependência econômica vivenciada nos dias atuais.

Um exemplo é o Tratado de Methuen (1703). Pressionada pela concorrência dos tecidos orientais, a Inglaterra, em processo de franca expansão de sua indústria manufatureira,

necessita de novos mercados pra seus produtos. Verificando o potencial da corte portuguesa e suas colônias como consumidores da lã britânica, a Inglaterra se vale da condição de dependência econômica de Portugal e estabelece o Tratado acima citado. A partir deste documento, Portugal permitia a entrada de produtos manufaturados da Inglaterra. Qualidade e preços mais competitivos dos produtos ingleses foram, assim, o ocaso da expansão industrial portuguesa. Em contrapartida, a Inglaterra daria tratamento especial aos vinhos portugueses em relação aos franceses. Consolida-se, desta forma, a orientação político-econômica portuguesa às diretrizes da política internacional inglesa (FURTADO, 2000. p. 52).

Por mais que Portugal pudesse exportar vinho, seu crédito na balança comercial, evidentemente, jamais compensaria o valor das importações de manufaturados ingleses. Foi um dos tratados mais onerosos para a economia portuguesa. Assim, o déficit da balança comercial portuguesa aumentou 800%, entre os períodos de 1697-1700 e de 1706-1710, ultrapassando um milhão de libras esterlinas, em 1738. Este déficit foi coberto com o metal que era extraído do Brasil (*ibden*, 2000, p. 53).

Para Esteva (1993, p. 10), um ponto decisivo para a institucionalização da exploração dos países dominados se deu a partir da mudança estabelecida pelo governo britânico de sua Lei de Desenvolvimento das Colônias. Em 1939 tal documento passou a ser denominado Lei de Desenvolvimento e Bem-Estar das Colônias. Como tal, tenta trazer uma conotação positiva às relações de dominação estabelecidas pelo colonialismo. Para Sachs (*apud* ESTEVA, 1993, p. 10)

uma ação com ‘duplo direcionamento’ começou a ser esboçada: o conquistador deveria ser capaz de desenvolver economicamente a região conquistada e, ao mesmo tempo, aceitaria a responsabilidade de cuidar do bem-estar dos nativos. Após a identificação do estágio de civilização e da capacidade produtiva, o ‘duplo direcionamento’ colapsou, tornando-se apenas um: o desenvolvimento.

Colonizado por Portugal, o Brasil assim foi igualmente refém dos acordos comerciais estipulados entre Portugal e Inglaterra. inicialmente todos os esforços de ocupação do território brasileiro foram revertidos para a exploração de seus recursos. A urgência do colonizador em quitar suas dívidas com a Inglaterra, portanto, foram as norteadoras dos planos e estratégias de colonização do Brasil. Durante os anos de 1690 até 1822, por exemplo, o ouro extraído do atual Estado de Goiás, assim como todo o ouro e diamante provenientes de Minas Gerais foram enviados à Inglaterra, como forma de pagamento, capitalizando assim o

império britânico. O Brasil foi obrigado a lidar com a problemática da dívida antes mesmo de poder contrair as suas próprias como nação independente.

Agregado a isto, para conseguir apoio militar para sua independência o país foi pressionado a firmar contrato de comércio com a Inglaterra. Neste acordo, o Brasil estaria obrigado a comercializar somente com a Inglaterra, em condições extremamente desfavoráveis para a ex-colônia. Assim, a matéria-prima brasileira era obrigatoriamente vendida para a Inglaterra, bem como os materiais manufaturados ingleses eram adquiridos pela nova nação.

Por fim, Portugal, como nação colonizadora, exigiu o pagamento de uma vultosa indenização para aceitar a independência do Brasil. A Coroa Britânica, temendo perder a dominação deste potencial mercado, assume o pagamento da indenização. O Brasil passa, assim, a devedor direto da Inglaterra. A dívida, agora em libras esterlinas, representa o aumento gradual do valor total devido, bem como o acirramento dos problemas ligados à dependência econômica do Brasil em relação à Inglaterra.

Entretanto, apesar de a dívida externa brasileira ter sua gênese no período colonial, é a partir da década de 70 que tal questão se agudiza. É neste período que os países exportadores de petróleo que formam a OPEP²⁴ resolvem deliberadamente quadruplicar os preços do barril, para assim investir os excedentes conseguidos em bancos estrangeiros. Por sua vez, tais bancos, com grande capital disponível (denominados petrodólares), utilizam-no para ampliar seus ganhos por meio do empréstimo destes excedentes a países em desenvolvimento.

Em um primeiro momento, os bancos ofereciam créditos com baixas taxas de juros (3 % ao ano), condição esta que atraía países pobres da África, Ásia e América Latina. Entretanto, por causa de elevados juros de produção (inclusive do petróleo), o mercado financeiro internacional tem a necessidade de elevar os juros do capital emprestado, que passam de 3% em 1973 para 4% em 1974, 10% em 1975, e 15% em 1979. Em poucos anos as dívidas contraídas pelos países em desenvolvimento tiveram um crescimento exacerbado, acrescendo três ou até quatro vezes o valor devido, e agravando a situação de países já com sérios problemas financeiros.

Ao mesmo tempo, a base de exportações dos países pobres sofre uma depreciação. Os preços de produtos como café, prata, cobre, ouro, cacau, banana, entre outros, cai consideravelmente, diminuindo a entrada de moeda estrangeira em tais países, afetando negativamente sua balança de pagamentos.

²⁴ Organização dos Países Exportadores de Petróleo

Para Morin e Kern (2003, pg. 34) este período configura a *mundialização* econômica, onde a interdependência entre as partes passa a ser uma das características do mercado mundial. Isto significa que a perturbação em uma parte integrante do sistema implicará na desarticulação e problemas que serão sentidos por todos os demais componentes do mercado.

4.2.1 Investimentos positivos ou acirramento dos problemas?

É importante considerar que a ajuda financeira oferecida, em um primeiro momento, para contribuir com o desenvolvimento de países pobres e subdesenvolvidos, ao final transformou-se em um grande problema para tais nações. De acordo com McNamara (1973 *apud* TOUSSAINT, 2002, p. 183) desde princípios da década de 70 o endividamento dos países do Terceiro Mundo agravava-se cada vez mais

No fim de 1972, a dívida chegava a 75 bilhões de dólares, e o serviço anual da dívida ultrapassava 7 bilhões de dólares. O serviço da dívida aumentou 18% em 1970 e 20% em 1971. A taxa média de aumento da dívida desde a década de 1960 representou quase o dobro da taxa de crescimento dos rendimentos de exportação com os quais os países endividados devem garantir o serviço da dívida. Essa situação não pode continuar indefinidamente.

Endividados, estes países se tornavam ainda mais dependentes. Um dos agravantes desta situação foi a ineficiência da gestão dos valores dos empréstimos, tanto pelos governos devedores, quanto pelos bancos credores. Estes últimos, interessados em obter lucro, não fizeram requerimentos ou impuseram condições em relação ao uso do capital disponibilizado. Sem valorar as necessidades reais dos países devedores, ou o destino dado a tais montantes, tais bancos permitiram o uso indiscriminado de tais verbas para uma série de atividades ou projetos apartados de sua finalidade fundamental: a ajuda ao desenvolvimento dos países (ALIER; OLIVERAS, 2003).

Como consequência, a maior parte do dinheiro obtido por meio dos empréstimos foi utilizado para projetos de desenvolvimento em grande escala, planos governamentais que não beneficiavam às populações, como a intensa militarização dos governos da América Latina, ou mesmo programas que proporcionavam o enriquecimento de funcionários do poder público ou pequenos grupos de privilegiados, sempre beneficiados pela corrupção.

Os povos de tais países passam a dever pela incompetência e irresponsabilidade de seus governantes e dirigentes, já que a dívida externa é respaldada economicamente pela Nação

que a contrai. Sendo assim, os valores tomados por empréstimo, sendo ou não utilizados racionalmente, são um tipo de dívida pública ao final paga pelo povo do país em forma de tributos e impostos, mas que vieram a beneficiar grupos de interesse específicos, no momento em que a população não pode aproveitar de bens e serviços que deveriam ser a causa da dívida.

A partir deste exacerbado acréscimo na taxas de juros, países devedores passam a ter problemas para honrar com os pagamentos inerentes a ela. Em realidade, países pobres muitas vezes não têm condições de pagar nem mesmo os juros desta dívida. A primeira crise do século XX aconteceu em 1982. O México é o primeiro país a desnudar tal problemática ao anunciar que não tem capital para pagar sua dívida, suscitando a apreensão dentro da comunidade internacional, temerosa sobre a possibilidade da repetição do ocorrido por parte de outros países devedores (TOUSSAINT, 2002, p. 187).

Como estratégia para renegociar as dívidas que não podiam pagar, os países endividados procuram bancos internacionais, que aceitam renegociar os montantes devidos, desde que sob a supervisão e as condições impostas por organismos financeiros internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

4.2.2 Dívida externa: a origem da dívida ecológica

As condições impostas pelo FMI foram chamadas de Políticas de Ajuste Estrutural - PAE, e deviam ser implantadas e seguidas pelos países que necessitavam do respaldo de tal organismo para renegociar sua dívida externa.

A primeira exigência aos países devedores é a redução da inflação. Para alcançar tal objetivo os países deveriam desestimular o consumo, bem como os gastos do Estado. Outros pontos do PAE foram o aumento de taxas e impostos, aliados à venda de empresas estatais, ambas medidas voltadas para capitalizar os Estados em dívida. Aliado a isto foi exigida a abertura de tais mercados aos produtos estrangeiros (ALIER; OLIVERAS, 2003, p. 13).

De acordo com Roca (2005) as conseqüências para o Peru, que vinha seguindo as condições do PAE desde 1990, foram desalentadoras, causando

Uma situação de pobreza para 47% da população, pobreza extrema para 20%, privatização de empresas públicas com posteriores demissões, aumento significativo de vendedores ambulantes, desemprego e subemprego para

86% da população economicamente ativa, bem como o incremento da violência urbana, gerando uma situação insustentável para o ressurgimento da violência política.

A dívida externa é considerada um obstáculo ao desenvolvimento dos países pobres do mundo. Em seis, de cada sete países pobres endividados da África, o pagamento dos serviços da dívida²⁵ representa mais do que a soma total do dinheiro necessário para aliviar sua situação de pobreza.

Tal situação gera uma série de custos, tanto financeiros como sociais, para os países devedores. O primeiro deles são as restrições para conseguir novos investimentos, uma vez que passam a ser considerados economias de risco. Assim, novos empréstimos ou investimentos implicam em taxas de juros mais altas como forma de compensação pela possível insolvência de sua dívida. Com dificuldade para obter créditos para levar adiante seus projetos ou necessidades básicas, os governos em geral optam por adotar as reformas estruturais propostas pelos organismos internacionais, as quais resultam em problemas sociais para os países devedores. De acordo com Toussaint (2002, p. 198), os estatutos do FMI estipulam que o país devedor “deve adotar políticas que visem ajudar seus membros a resolver seus problemas da balança de pagamentos e que ele tomará medidas apropriadas para o uso temporário eu será feito de seus recursos”. Ainda de acordo com esta autora, estas especificações são formas de garantir o pagamento das dívidas: “o programa de ajuste estrutural é a melhor garantia existente de que um país poderá continuar a pagá-la”.

Os mais afetados, em geral, são os mais pobres. As reformas trazem cortes nos subsídios para alimentos, e conseqüente aumento de preços de produtos da cesta básica. A privatização das empresas estatais provoca um incremento no preço dos serviços básicos, com acréscimo de taxas de luz, água e telefone. A depreciação progressiva dos salários pagos também é uma conseqüência das reformas estipuladas. Com isto, a necessidade de incrementar a renda familiar obriga crianças a trocarem a escola por trabalhos informais ou pela rua, onde ficam como vendedores ambulantes ou pedintes. As moedas nacionais passam a sofrer desvalorização. Trabalhadores são demitidos, migrando para a economia informal. Para fechar o ciclo, cresce a desocupação e também a delinqüência e violência.

Por fim, a necessidade de pagar a dívida e juros da dívida exige uma maior produção por parte dos países endividados. Tal necessidade traz repercussões diretas para o meio ambiente, que tem cada vez mais recursos explorados para o incremento da produção. O país tem que,

²⁵ Serviço da dívida é um termo que se refere ao pagamento de juros e repagamento de principal (i.e., repagamentos de capital) sobre a dívida externa.

assim, estimular exportação e consumo, para desta forma pagar os juros da dívida, sendo inerentes a tal processo os impactos sócio-ambientais. No Equador, por exemplo, uma caixa de bananas, no ano de 2000, era exportada a U\$ 2,00. Para comprar um computador, entretanto, eram necessários U\$ 2.000,00, o que significa 1000 caixas de bananas, ou quase mil quilos da fruta para a compra do produto industrializado (ALIER, 2007, pg. 105).

É importante considerar que mesmo que os países devedores continuem incrementando suas exportações, a condição de desvantagem do mercado atual persiste no momento em que se analisa que tipo de produto é exportado. No caso dos países pobres e em desenvolvimento, seu comércio tem como base produtos do setor primário, ou seja, produtos agrícolas, soja, pescado, frutas, ou minerais, em geral mais baratos que produtos manufaturados ou de alta tecnologia do Norte. Isto significa não apenas a certeza da continuidade da situação citada, como principalmente o aprofundamento da crise pela qual passa atualmente o Terceiro Mundo, crise esta estimulada pela dívida externa.

4.3 A dívida ecológica

A dívida externa é entendida, como dito anteriormente, como um obstáculo ao desenvolvimento dos países do Sul, dependentes economicamente de países ricos do Norte. Países da Ásia, África e América Latina, que há anos vêm sendo explorados economicamente, continuam – entretanto - vivenciando o aumento dos problemas, e verificando o crescimento de uma dívida nociva ao seu desenvolvimento. Como afirma Alier e Oliveras (2003, p. 43), “os pagamentos realizados são maiores que o montante que se devia e, mesmo assim, o total da dívida externa seguiu crescendo”.

Ao princípio dos anos oitenta soluções foram elaboradas na tentativa de sanar os problemas referentes à dívida externa. No entanto, como defende Oliveras (2003, p. 25), “o enfoque que foi dado respondia mais aos interesses dos credores do que dos devedores”, no momento em que são os países do Norte que ditam as regras da economia globalizada da atualidade, juntamente com o FMI e o Banco Mundial. Isto também desnuda uma verdade incômoda: enquanto os problemas dos países endividados forem analisados pelos países ricos credores, como ocorre na atualidade, dificilmente as soluções por eles ditadas irão repercutir de forma efetiva entre os países devedores, já que o que rege as atitudes de tais nações é o econômico, desvinculado completamente de visões solidárias e responsáveis.

Há cerca de quinze anos a compreensão da dívida vem sendo traduzida e compreendida dentro das verdadeiras necessidades dos povos que por conta dela sofrem. Neste período, aproximadamente no ano de 1990, é publicado um folheto pelo Instituto de Ecologia Política, no Chile, com um tema denominado de Dívida Ecológica. Em pouco tempo outros estudos foram sendo desenvolvidos (ALIER, 2007, pg. 105-110).

A partir das reflexões sobre a situação dos países que sofriam com a dívida externa tais estudos perceberam o paradoxo da problemática: mesmo explorando cada vez mais intensamente os recursos para o pagamento das dívidas, ainda sim os países devedores têm seus montantes de dívida acrescidos, continuando – portanto - cada vez mais endividados e dependentes dos países desenvolvidos. Esta é a deterioração dos termos de troca, explicado por Doo Kingue (1996 *apud* TOUSSAINT, 2002, p. 295)

A principal razão é que a quantidade de materiais que hoje se requer para uma unidade de produção industrial é somente duas quintas partes do que se necessitava em 1990, e esse declínio na demanda de bens primários está se acelerando. A experiência japonesa é, nesse aspecto, particularmente ilustrativa. Em 1984, o Japão utilizou para cada unidade de produção industrial 60% os materiais utilizados em 1973 para o mesmo volume de produção. O exemplo de algumas indústrias também seria bastante ilustrativo. Dessa forma, é possível enviar a mesma quantidade de mensagens telefônicas através de 22 a 44 quilos de fibra de vidro do que através de uma tonelada de cobre. Não obstante, a produção de 44 quilos de fibra de vidro requer somente 5% da energia necessária para a produção de uma tonelada de fiação de cobre. Do mesmo modo, o plástico, que cada vez mais substitui o aço na fabricação dos automóveis, custa somente a metade do preço do aço, aí incluídas a energia e as matérias-primas. A dependência das matérias-primas como fonte de divisas não constitui uma política sábia de longo prazo por parte de governos africanos; trata-se exatamente do oposto.

Como resultado destes questionamentos, chegou-se à conclusão de que a dívida é dupla. Entretanto, em lugar de dever valores monetários específicos aos países subdesenvolvidos, os ricos têm uma Dívida Ecológica para com tais nações. Assim, caso fosse contabilizada em termos financeiros, os problemas ambientais poderiam ser entendidos como uma dívida ecológica devida, de forma que tal dívida seria o montante devido pelos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, por motivo de explorarem os recursos destes países sem responsabilidade ou preocupações para com os custos ambientais provenientes de suas atividades desde o período colonial.

Para os ativistas da ONG Acción Ecológica de Ecuador (2005), dívida ecológica é

A responsabilidade que têm os países industrializados pela destruição paulatina do globo como efeito de suas formas de produção e consumo, características do modelo de desenvolvimento adotado, fortalecido pela globalização, e ameaça à soberania dos povos. É a obrigação e responsabilidade que têm os países industrializados do Norte para com os países de Terceiro Mundo, pelo saque e usufruto de seus bens naturais como petróleo, minerais, florestas, biodiversidade, conhecimentos, bens marinhos e pelo uso ilegítimo da atmosfera e dos oceanos.

Já Jorge Eduardo Rulli²⁶ (2005), em exposição sobre a dívida ecológica, disse ser ela

A compensação não cobrada, de transferência de energias, de recursos naturais e de perda de capacidade dos ecossistemas causados por uma prolongada exportação de grãos e matérias-primas. Nos pagaram as exportações, mas não nos pagaram suas conseqüências.

Finalmente Cerdá (2005, p. 20), autor espanhol, demonstra sua indignação pelo modelo econômico atual, adotado também por seu país, na exploração principalmente dos países da América Latina e do Sul:

A dívida ecológica é uma dívida contraída pelos países industrializados para com os demais países a causa da espoliação histórica e presente dos recursos naturais, dos impactos ambientais exportados e da livre utilização do espaço ambiental global para depositar seus resíduos. Dito de outra maneira, é o conjunto de impactos ecológicos, sociais e monetários que nosso estilo de vida produz nos países empobrecidos, através de determinados impactos ambientais que são gerados devido a nossas políticas e atividades econômicas.

Como exemplo pode-se pontuar a situação da Texaco no Equador. De acordo com a RCADE²⁷ (2002) tal empresa extraiu cerca de 1 bilhão e 500 milhões de barris de petróleo em 20 anos de atuação no Equador (de 1970 a 1990). Para isso foram destruídos direta e indiretamente 1 milhão de hectares de florestas tropicais no país. Agregado a isto, outros danos irreversíveis ocorreram: vazamento de 16 milhões e 800 mil galões de óleo, 19 bilhões de rejeitos contaminantes lançados nos rios da Amazônia equatoriana, 300 charcos contaminados com lixo tóxico e problemas ambientais para áreas de Siona, Secoya, Cofán, Quíchua e Huaorani. Permanece sem reposta a questão de quem será aquele que pagará a dívida ambiental que veio sendo criada nestes 20 de atuação da empresa no Equador.

²⁶ Exposição realizada pelo Senhor Eduardo Rulli em 16 de setembro de 2000, no Colégio Carlos Pellegrini, em Buenos Aires – Argentina.

²⁷ Red Ciudadana por la Abolición de la Deuda Externa

4.3.1 O deterioro ambiental como produto da dívida ecológica

A economia foi a ciência criada para promover o melhor uso dos recursos dentro de um realidade de necessidades ilimitadas e recursos limitados. A economia e as atividades produtivas deveriam, portanto, existir e trabalhar para o bom funcionamento do mercado, e a qualidade de vida dos cidadãos. Entretanto não é isto o que se verifica. A grande competição entre as diferentes empresas faz com que a diminuição dos custos de produção, consideradas uma importante vantagem competitiva, valorize os lugares de maior permissividade para os problemas ambientais. Assim, “a competição não deriva da desejada eficiência na produção, e sim do deterioro ambiental na exploração dos trabalhadores, freqüentemente para benefício dos consumidores dos países ricos” (CERDÁ, 2005, p. 20).

Desta forma se pode constatar que “os recursos naturais (incluindo as pessoas) são vistas não mais do que como recursos para incrementar a produção e, finalmente, o consumo. Parece que passamos de uma economia a serviço do bem-estar, a uma lógica em que os cidadãos e o meio ambiente devem estar a serviço da economia” (CERDÁ, 2005, p. 15).

Os problemas ambientais provenientes da má exploração dos recursos se iniciaram no período colonial, a partir de processos voltados unicamente para a retirada, em máxima quantidade, de produtos e bens naturais das terras conquistadas. O desrespeito aos povos autóctones deve ser igualmente considerado, no momento em que tal dominação foi causa da morte de milhões de indígenas, tanto por massacre militar quanto por motivo de doenças provenientes da Europa, que dizimaram povos inteiros da América, África e Ásia.

Um primeiro impacto foi sentido a partir da retirada dos recursos naturais das terras conquistadas. Agregado a isto, a necessidade de povoar as áreas dominadas trouxe uma serie de conseqüências, já que a construção de vilas, estradas e casas representavam um aspecto importante da dominação de tais lugares. O desmatamento da mata atlântica, bem como as construções de vilas e fortalezas em toda a extensão da costa brasileira fizeram parte da modificação do espaço colonizado.

Finalmente, após o assentamento definitivo dos conquistadores, as novas formas de exploração foram sendo desenvolvidas por meio da agricultura e da pecuária. A monocultura foi o primeiro modelo de cultivo implantado. Tal sistema trouxe sérios problemas para as áreas de plantio, como aconteceu no Nordeste do Brasil, com a produção de cana-de-açúcar para o mercado exportador de Portugal, sua metrópole na época. A necessidade de grandes áreas para a plantação promoveu a devastação de paisagens e, igualmente, da diversidade

biológica dos ecossistemas, com conseqüentes empobrecimento do solo e pobreza para as comunidades que não dispunham de terras para sobreviver.

A perda da biodiversidade implica, por exemplo, em diminuir ou até mesmo eliminar a possibilidade de alimentação de animais da área. Isto porque o caráter sistêmico e interdependente do meio faz com que todos os componentes do sistema sofram com o desequilíbrio de uma parte do todo. Assim, o desmatamento para permitir as plantações, o uso de adubos, bem como a cultura de uma única espécie vegetal faz com que fauna e flora das redondezas tenham cada vez mais dificuldade para se manter, o que por fim diminui a capacidade de equilíbrio do próprio ecossistema.

Considerando que pequenos roedores se alimentem de insetos, a monocultura e os inseticidas diminuiriam a incidência de tais insetos, o que afetaria negativamente a vida dos roedores. Entretanto a extinção de roedores, e a não existência de outros animais similares para substituí-los na cadeia alimentar, também implicaria na morte ou fuga de raposas, que dependem dos roedores para sobreviver. Em resumo, a diversidade biológica é fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas. Afetar tal diversidade significa alterar o equilíbrio e potencial de manutenção dos ecossistemas.

Agregado ao acima citado, a monocultura de cana-de-açúcar também era feita por meio de técnicas arcaicas de plantio, utilizando a queimada para o replantio. Desta forma a perda de nutrientes e umidade dos solos causados pela intensa utilização destes espaços causaram a desertificação e empobrecimento dos solos. Além de significar a perda de potencial do solo para a agricultura, os grandes latifúndios canavieiros também tiraram das populações a possibilidade e alternativa de sobrevivência. O paradoxo é verificado, já que os problemas de dependência e pobreza passam a ser sentidos nas ricas terras ameríndias.

Atualmente a monocultura continua a atuar como fonte geradora de dívida ecológica. A inserção de tecnologias de plantio direto²⁸ com uso massivo de herbicidas, buscando assim a máxima produtividade, traz enormes danos aos solos, rios e bacias hidrográficas, que são paulatinamente contaminados por tais agrotóxicos. Na Argentina, as monoculturas que utilizam o plantio direto e o cultivo de soja com massiva aplicação de herbicidas cobriam 8 milhões de hectares, trazendo fortes impactos na estrutura e microbiologia dos solos da área (RULLI, 2000).

Em termos de impactos ambientais, as indústrias têm um papel significativo na depredação do meio. Se em um primeiro momento os complexos industriais não faziam parte

²⁸ Sistema que consiste em práticas agrícolas com reduzidas limpezas para manutenção de restos sobre os solos.

da realidade de países mais pobres, atualmente a mundialização da economia, as fusões e integrações entre empresas fazem com que os países em vias de desenvolvimento sejam mercados preferenciais para a abertura de novos empreendimentos. As justificativas vão desde a proximidade aos novos e fortes mercados consumidores, como Brasil e Índia, baixos salários pagos e grande disponibilidade de mão-de-obra como na China, ou acesso facilitado aos recursos naturais, como na Rússia.

A evolução dos empreendimentos industriais, entretanto, somente pode ser compreendido a partir do desenvolvimento dos sistemas energéticos ao longo dos tempos. Foi a partir da disponibilização de novas matrizes energéticas que as sociedades e os diferentes setores econômicos puderam evitar as limitações materiais impostas pela natureza. A maior facilidade em obter e armazenar energia propiciou o cenário ideal para o desenvolvimento social e cultural, as inovações científicas, o aumento da população, o consumo e, conseqüentemente, o agravamento da problemática ambiental.

De acordo com Sieferle (2001), “a forma predominante adotada para o intercambio material entre uma sociedade humana e seu meio físico” pode ser designada como *regime sócio-metabólico*²⁹, e tal intercâmbio é determinado pela disponibilidade de energia que pode ser utilizada pelas sociedades. Sienferle (*op. cit.*) determina três tipos de regimes:

1. O das sociedades primitivas caçadoras/ coletoras, que utilizavam a energia solar, mas não a controlavam;
2. O das sociedades agrárias, que já conseguiam interferir nas colheitas através de técnicas de cultivo, aproveitando-se da energia solar;
3. O regime atual, caracterizado pelo consumo de energia fóssil.

Nos dois primeiros, o sol era a fonte de energia disponível. Entretanto os primitivos não dispunham das técnicas necessárias para interferir no meio de forma significativa. Neste primeiro momento as perturbações ao meio ambiente eram superadas pela natureza através do equilíbrio natural dos ecossistemas, que promovia a reconstituição do entorno depredado.

Já as sociedades agrárias, com a aquisição de conhecimentos, passam a desenvolver técnicas e controlar os processos agrícolas, manejando os arados de acordo com suas necessidades, com artifícios como irrigação, drenagens, tração animal para o arado e rotação de cultivos, entre outros. Estes avanços foram suficientes para manter um crescimento econômico compatível com as necessidades das sociedades da época. Tais mudanças permitiram o aproveitamento imediato da energia, no momento em que não havia forma de

²⁹ Metabolismo é um termo que se refere ao conjunto de produção, consumo, técnica e movimentos de uma população.

fazer reservas energéticas. A produção era utilizada para a subsistência das comunidades, o que também não promovia grandes alterações ou danos ambientais.

A disponibilidade de energia passou a promover alterações significativas a partir da utilização do novo sistema energético, que proporcionou o surgimento do terceiro regime social-metabólico: a utilização de energia fóssil. A energia deixou de ser limite ao crescimento no momento em que o material fóssil podia ser acumulado ou transformado em energia de acordo com as necessidades dos diferentes setores comerciais. Outros vários fatores, como as novas tecnologias, o crescimento demográfico e a maior demanda por produtos industrializados, foram a base de sustentação para o êxito da Revolução Industrial e o domínio das indústrias como norteadoras do desenvolvimento, bem como todo um novo ideal de acumulação estimulado pelo capitalismo (MARQUES, 2007). São também elas que passam a produzir uma grande quantidade de poluentes em uma velocidade cada vez mais rápida.

Dentro deste contexto, pode-se pontuar a poluição proveniente das indústrias como importante causador de dívida ecológica. Os despejos industriais devastam rios e bacias, matando espécies e ecossistemas e contaminando a água utilizada por povoados inteiros. Os gases emitidos também são responsáveis por doenças, bem como o deterioro das condições ambientais das áreas que abrigam estes empreendimentos. Para Gonçalves (2004, p. 133), como resultado, exporta-se o proveito, e ficam os rejeitos. Um exemplo é a produção de alumínio, que para cada tonelada de alumínio produzido são deixadas 15 toneladas de rejeitos altamente poluidores dentro do processo que transforma bauxita em alumina e esta em alumínio.

É importante destacar que muitas das empresas e indústrias responsáveis por estes impactos são estrangeiras. Desta forma, tais empreendimentos contribuem sobremaneira para a degradação ambiental, sem trazer, no entanto, benefícios reais para a localidade que os abriga, já que os lucros de tais empresas seguem para suas matrizes, em países estrangeiros desenvolvidos. Os impactos negativos destas corporações podem ser tão intensos que no atual modelo de economias globalizadas existe uma tendência das empresas transnacionais investirem na instalação de complexos industriais em países pobres, em geral carentes de leis e regulamentações ambientais.

Para Gonçalves (2004, p. 131), “os grandes grupos empresariais contam com o apoio ativo das elites dominantes dos próprios países em desenvolvimento que, desta forma, em nome do des-envolvimento, atraem para seus territórios aquilo que as populações dos países desenvolvidos não querem mais para si”. Concorda com isto Alier (2007, p. 314) ao dizer que

além de baratarem custos de produção, tais empresas ainda podem manter os resíduos tóxicos de tais indústrias longe de seus respectivos países. Os organismos internacionais são inclusive coniventes com esta atitude. A OMC – Organização Mundial do Comércio, por exemplo, justifica que

nas relações entre comércio e meio ambiente é que o primeiro produz crescimento econômico, e o crescimento econômico produzirá melhoria nas condições sociais e ambientais, portanto deter as importações por danos ambientais, trabalho infantil, desrespeito aos direitos humanos no local de produção, em geral é, com exceção das questões envolvendo trabalho escravo ou de prisioneiros, contraproducente (ALIER, 2007, p. 314).

Para os países pobres, restam poucas alternativas. Como necessitam de investimentos, dificilmente vão recusar a entrada de tais empreendimentos e seu capital em moeda estrangeira, independente dos problemas ambientais que possam trazer. Alier (2007, p. 289), falando das economias extrativistas afirma serem elas “em larga medida, pobre e carentes de poder. Portanto, incapazes de frear a taxa de extração dos recursos, de impor ‘retenções ambientais’ ou de cobrar ‘impostos ante o esgotamento do capital natural’. Desta forma, o desejo, e até mesmo empenho, de países pobres em estimular a instalação destes empreendimentos tem como consequência a não imposição de regulamentos ou especificações que determinem sua responsabilidade sócio-ambiental.

Isto pode ser verificado pela situação de um curtume italiano na cidade de Jáuregui, na Argentina, que está jogando seus despejos e poluindo o rio Luján. Ao serem indagados sobre os motivos da escolha do país para investimento, os dirigentes italianos responderam que existem mercados preferenciais pela facilidade de instalação e manutenção da empresa. Por serem responsáveis pela “parte suja” da indústria do couro, proibições e leis italianas os fizeram migrar para países sem restrições (RULLI, 2000), como Argentina e Turquia.

A isso Gonçalves (2004, p. 130) chama de “nova geografia mundial dos rejeitos e dos proveitos”, o que ele também chama de *divisão ecológico-territorial do trabalho*. Nesta teoria, os países ricos promovem a poluição por meio de suas filiais em países subdesenvolvidos enquanto estes absorvem e convivem com a poluição, sendo “lixeriras” dos primeiros. Para este autor (*idibem*), “há, assim, uma nova geografia mundial dos proveitos e dos rejeitos, que se constrói por meio da assimilação da dimensão ambiental ao ideário neoliberal e o primado do mercado”.

Se a monocultura e as indústrias são atividades usuais, atualmente existem outros mecanismos de exploração que incrementam a dívida ecológica. O investimento estrangeiro

para o desenvolvimento, os programas de privatização de bens naturais, os acordos de propriedade intelectual, a transferência tecnológica, entre outros, são alguns dos instrumentos contemporâneos de dominação que, por sua vez, vão provocar o incremento da dívida ecológica, bem como o acirramento de problemas como dependência, exploração econômica e pobreza para os países pobres e em desenvolvimento.

4.3.2 Mercantilizar a natureza?

Entre as propostas dos defensores da dívida ecológica, uma se destaca: a da troca da dívida externa pela dívida ecológica. De acordo com os cálculos feitos pelos defensores desta corrente, são os países ricos os devedores, e os pobres os credores. Isto se deve ao fato de nunca haver existido nenhum tipo de pagamento pelos *passivos ambientais*³⁰, pela contaminação, nem tão pouco pelos danos sociais causados.

Para expressar em dinheiro estes custos ambientais foi criada a Economia Ecológica, área do conhecimento que tenta traduzir em valores monetários as perdas ambientais ao longo dos séculos de ocupação e dominação estrangeira. De acordo com Alier (2007, pg. 105-110), os componentes da dívida ecológica que podem ser expressos em dinheiro são:

1. Aqueles relativos ao comércio ecologicamente desigual:
 - a. Os custos de produção, sustentação ou manejo sustentável dos recursos naturais renováveis exportados (que não foram pagos). Como exemplo, tem-se a reposição dos nutrientes incorporados nas exportações agrícolas;
 - b. Os custos atualizados da não disponibilidade, no futuro, dos recursos não renováveis destruídos. Por exemplo, o petróleo já escasso, ou a biodiversidade destruída;
 - c. Os custos de reparação (não pagos) pelos danos locais produzidos pelas exportações (como exemplo tem-se o dióxido de enxofre proveniente da fundição do cobre, os resíduos das minas, os problemas de saúde pela exportação de flores, a contaminação das águas causada

³⁰ Os passivos ambientais são referentes ao rol de danos e impactos ambientais gerados – pela natureza da atividade ou acidentalmente, ou ainda herdados por determinada atividade, cuja identificação e tratamento se consolidam como responsabilidade social, ou seja, obrigação oficial ou de seu próprio interesse e decisão da empresa/ empreendedor/ proprietário equacionar em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável. (ALIER, 2007).

pelo uso do mercúrio para a exportação de ouro), ou quando não há reparação possível, o custo atualizado dos danos (ou o que se conhece pelo nome de passivos ambientais). Como exemplo, pode-se citar os danos causados pela soja transgênica para exportação.

2. Aqueles que ocorrem por falta de pagamento dos serviços ambientais
 - a. Os custos de reparação (nunca pagos) referente às conseqüências da importação de resíduos tóxicos sólidos e/ou líquidos;
 - b. O custo correspondente aos resíduos gasosos absorvidos gratuitamente até o momento, ou depositados na atmosfera (principalmente CO₂), supondo a existência de uma estrutura de direitos iguais a todos os despejos de carbono³¹;
 - c. O custo (não quitado até agora) da informação e conhecimento sobre os recursos genéticos usurpados gratuitamente, sempre que tenha sido desenvolvido um aproveitamento comercial desta informação ou conhecimento.

A simples transformação de problemas ambientais em valores monetários suscita o questionamento sobre a possibilidade de se estar propondo a mercantilização da natureza, diminuindo assim cada vez mais a sua importância junto aos países desenvolvidos, que poderiam pagar pelos problemas ambientais sem restrições. Mas não é esta a proposta.

Em realidade não se pode valorar a contaminação de um rio, ou o deterioro completo de uma floresta, ou mesmo o extermínio completos de povoados. Todos estes elementos não são passíveis de valoração, já que compreendem universos completamente distintos da vida, aliando aspectos materiais a fatores subjetivos como cultura, necessidade ou contemplação. Um pequeno rio pode abrigar centenas de milhares de seres vivos que ali convivem em equilíbrio. Este mesmo rio pode ser o principal recurso para a manutenção de vários povoados ribeirinhos que dali coletam água para cozinhar e beber, ou mesmo o utilizar como fonte de subsistência, com a pesca. Por fim, a contaminação do rio pode acarretar morte e doenças para comunidades inteiras.

Neste íterim, simplesmente tentar avaliar tais problemas em valores, pagando posteriormente por eles, não seria suficiente para anular todo o conjunto de conseqüências

³¹ Isto pode ser calculado segundo os custos das reduções necessárias não realizadas, ou alternativamente, pelo cálculo do montante atualizado dos danos que serão produzidos. Caso a redução anual necessária seja estimada em 3000 milhões de toneladas de carbono (para não seguir aumentando a concentração de CO₂ na atmosfera), e se todo o custo médio da redução é estimada em cerca de US\$ 20,00, então obtém-se uma cifra aproximada em torno de US\$ 60 milhões (quase a décima parte da dívida externa da América Latina), valor este que deveria ser retroativo para os países cujas indústrias e empresas produzem gás carbônico em excesso.

provenientes do impacto ambiental citado. Entretanto, verifica-se a urgência da criação de formas de inibir a atitude do *homo economicus* frente ao meio ambiente. Para tal, os estudiosos da dívida ecológica optam por sugerir uma alternativa de ação dentro do atual pensamento moderno e economicista que domina os mercados mundiais.

Entretanto, a razão de tal atitude não seria buscar a compensação monetária simplesmente. Como dito anteriormente, isto seria impossível. A intenção real deste tipo de estudo e proposta repousa no interesse em promover o debate sobre a temática ambiental, sobre as questões relativas à desigualdade, bem como sobre a necessidade de que respeito para com os ecossistemas e as populações que deles necessitam. A forma encontrada seria converter em números os valores da degradação, comparando posteriormente custos e benefícios. A verificação da problemática ambiental também em números seria, portanto, a forma de inibir atitudes pouco ou nada responsáveis com o meio ambiente.

A dívida ecológica seria o meio encontrado para dar o valor econômico aos recursos naturais. Desta forma, assim como o valor da dívida externa é medido a partir dos recursos de capital emprestados aos países em vias de desenvolvimento, a dívida ecológica seria a noção relativa à valoração dos recursos explorados até a atualidade, e que passariam por uma quantificação capaz de promover a comparação em relação aos custos ambientais produzidos a partir de tal exploração (ALIER, 2007, p. 305).

4.5.1 Turismo e a apropriação do espaço costeiro

“Com o advento da sociedade capitalista nos finais do século XVIII, a ciência e a técnica passaram a assumir um lugar central na vida dos homens. A idéia de progresso é associada à industrialização, um dos sinônimos da modernização” (GONÇALVES, 2001, p. 103). Várias foram as implicações de tais mudanças, a começar pela própria concepção dos termos tempo e espaço. De acordo com Lefebvre (2001, p. 26), o espaço é o

... lócus da reprodução das relações sociais. Nesta perspectiva, o espaço se desvela revestido de uma visão dialética de maneira a ser considerado como a materialização das formas construídas pela própria sociedade, realçando as contradições, o tempo e as transformações produzidas pelos diferentes grupos sociais.

Dentro deste contexto, verifica-se que as sociedades interferem ativamente na configuração dos espaços, de acordo com seus estilos de vida e necessidades. Isto pode ser constatado pelo grau de importância dada a espaços como campo e cidade no decorrer da história.

Um exemplo são os indígenas, que têm uma relação muito estreita com o espaço onde vivem. Um episódio na história dos Estados Unidos ilustra bem esta relação. Em 1845 o representante político do país ofertou uma reserva indígena para uma comunidade de índios de Seattle em troca de suas terras de origem. Com grande indignação, o Chefe Sealittle explica a impossibilidade da troca por todo o significado que tal espaço tem para ele e seu povo, significado este representado por um profundo respeito à natureza e a seus ancestrais (Carta de Sealittle, 1845):

Como você pode comprar ou vender o céu, o calor da terra?
 A idéia é estranha para nós.
 Se nós não somos donos da frescura do ar e do brilho da água, como você
 pode comprá-los?
 Cada parte da Terra é sagrada para o meu povo.
 [...]
 Somos parte da Terra e ela é parte de nós.
 As flores perfumadas são nossas irmãs, os cervos, o cavalo, a grande águia,
 estes são nossos irmãos.

No feudalismo, a propriedade da terra tinha uma relação direta com poder. Auto-sustentáveis, os feudos eram independentes. Com um modo de produção servil, abrigava camponeses que, em troca de proteção dos nobres, trabalhavam e produziam na terra que lhes sustentava. Entretanto, a terra vai sendo paulatinamente subjugada pela urbanização que se configura nos burgos e entrepostos comerciais formados pela ação de mercadores. A posse da terra como fator de dominação e preponderância na tomada de decisões dá lugar a uma elite burguesa, agrupada em torno de espaços representados pelas cidades, pelas indústrias e pela urbanização. Segundo Lefebvre (*op. cit.*, p. 5),

a produção agrícola não é mais predominante, nem a propriedade da terra. As terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura. Segue-se que a “sociedade” no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulam as relações, tende a se constituir uma *rede de cidades*, (...) ligadas por estradas, por vias fluviais e marítimas, por relações comerciais e bancárias.

O espaço passa a ter um novo significado. Não mais o espaço necessário da vida e das relações que obedeciam aos ciclos da natureza, como no campo, onde o amanhecer determinava a hora de trabalho na lavoura, com o fim do dia representado pelo pôr do sol. A comunicação e os contatos sociais independem dos espaços. Nem mesmo o trabalho hoje exige uma conformação espacial específica, podendo um empresário dar ordens para sua empresa a partir de sua casa, ou de outro país.

Para Alier (2007, p. 290), as conseqüências destas mudanças podem ser sentidas pelos impactos ambientais fruto da exploração dos recursos.

visando extrair recursos naturais, o capitalismo necessariamente inclui novos espaços através de novos meios de transporte. Mas, ao serem modificadas as relações espaciais, as relações temporais também se alteram, dado que os espaços recém incorporados deixam de ser governados pelo tempo de reprodução da natureza. O capitalismo solicita novos territórios, acelerando os tempos da produção [...] o antagonismo entre um tempo econômico que se comporta segundo uma ordenação temporal calcada na rapidez imposta pela circulação do capital, assim como por meio de uma taxa de juros, e um tempo geoquímico e biológico controlado pelos ritmos da natureza expressa-se então na destruição irreparável da natureza e das culturas que valoravam de um modo diferente seus recursos naturais.

O espaço preponderante, agora incorporado ao capitalismo, é representado pela produção, pela existência de indústrias, o acúmulo de capitais e o progresso. Dentro de todas estas possibilidades, novas atividades vão sendo consolidadas. A melhoria nas comunicações propicia uma maior interesse por outras culturas, bem como os avanços tecnológicos vão encurtando distâncias e permitindo o contato entre diferentes países. Além disto, o stress causado pela vida moderna estimula novas experiências por meio das viagens e do entretenimento, fortalecendo o desejo e o consumo de atividades turísticas.

O Turismo, no entanto, tem uma característica diferenciada de todas as outras atividades econômicas: ela é produzida e consumida no mesmo espaço. Isto significa o deslocamento de pessoas para os pontos considerados de interesse turístico, o que implica em significativas mudanças nestes espaços, seja em termos de pressão antrópica pela visitação, seja pela infraestrutura construída para atender a tais visitantes. Para compreender as alterações promovidas pelo turismo em determinadas localidades, há de se entender o espaço como algo socialmente produzido, e que reflete as contradições do modo de produzir. Para Santos (1979, p. 18),

o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se no interior da totalidade, quando evolui em

decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios.

Dentro deste contexto, o turismo atualmente aparece como grande agente transformador, no momento em que ele se tornou uma nova alternativa de investimento para grupos capitalistas. Para Coriolano (2005, p. 299), “o turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas”.

O turismo conecta o lugar turístico com o mundo, trazendo novas necessidades para o local juntamente com elementos externos de transformação, promovendo a constante adequação do espaço para a atividade e conseqüente apropriação capitalista do território (MASCARENHAS, 2005).

O sociólogo Krippendorf (1989) defendeu em 1987 que o turismo “destrói tudo o que toca”. Mesmo sendo esta uma crítica a um tipo específico de Turismo, normalmente representado pelo turismo de massas, esta é uma afirmação taxativa e forte para uma atividade que, aparentemente inofensiva, baseia-se na alegria e no prazer, nas visitas e momentos que existem em razão da necessidade do distanciamento do estresse e dos compromissos, na admiração ante as belezas naturais e belas obras arquitetônicas provenientes da ação humana.

No entanto, não deixa esta de ser uma crítica pertinente. Um exemplo são os hotéis das regiões litorâneas. Mesmo estando os Planos Nacional e Regional de Turismo imbuídos do ideal de desenvolvimento sustentável, em voga atualmente, o que se verifica na verdade é um discurso ilusório que “simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza” (LEFF, 2001, p. 25).

Grandes cadeias hoteleiras se instalam na costa nordestina, trazendo impostos e sub-empregos para as localidades, bem como uma série de problemas ambientais e sociais que se diluem nos interesses voltados para a apropriação, por parte das redes internacionais, dos recursos e paisagens responsáveis por atrair turistas estrangeiros que podem pagar pelo luxo excludente de tais empreendimentos. Como dizem Turner e Ash (1991, p. 17) ao comparar o turismo com atividades desenvolvidas por companhias mineradoras e petrolíferas, “de uma forma infinitamente mais sutil, o turismo pode ter efeitos muito mais destrutivos”. Um

exemplo são os empreendimentos litorâneos que, em sua maioria, possuem projetos de tratamento de esgoto ultrapassados ou ainda não implantados (FERRETI, 2002).

Em outras palavras, tais localidades dependem das belezas da costa para manter sua atratividade, no entanto são grandes poluidores que interferem de forma negativa ou pouco responsável no entorno. No caso da região Nordeste, o Turismo vem provocando muitas alterações no meio ambiente por conta desta exacerbada apropriação e redefinição dos espaços costeiros. Tendo como principais atrativos as temperaturas tropicais, aliada às praias de águas mornas, a costa nordestina vem sendo alvo da criação de centros de ócio e lazer privados acessíveis a uma parcela bastante restrita da sociedade.

Mascarenhas (2005) ao destacar a evolução de Penedo (Rio de Janeiro) como destino turístico – situação semelhante àquela que hoje ocorre no Nordeste brasileiro – termina por desnudar formas sutis de exclusão sócio-espacial, no momento em que as principais áreas são utilizadas para o consumo do entretenimento sob a forma de pousadas e restaurantes, enquanto as necessidades básicas do morador, representadas por moradias, farmácias e escolas ficam relegadas a espaços dispersos e de menor importância.

Assim como em Penedo, também Ipojuca, em Pernambuco, vem passando por processo semelhante. A Vila de Porto de Galinhas tem sido alvo de grande interesse para o desenvolvimento da atividade turística. Não obstante, o foco baseado em modelos que vislumbram apenas o crescimento econômico vem trazendo inúmeros problemas para a área, principalmente no que tange aspectos sócio-ambientais.

Porto de Galinhas, espaço de características originalmente rurais e costeiras, com base econômica voltada para a pesca artesanal e a agricultura (BRYON; GEHLEN, 2005) foi paulatinamente alterando seu modo de produção tradicional e independente, incorporando aos poucos os novos padrões de produção e consumo estipulados pelas necessidades advindas da prática turística. Assim, as comunidades passam a vender suas terras, a trabalhar para empreendimentos turísticos e ver uma série de alterações serem operadas nos seus agora pseudo-espços.

A construção de grandes complexos hoteleiros, em geral de bandeiras estrangeiras, é a principal alavanca do crescimento do turismo na área atualmente. Este modelo está de acordo com o estudado por Molina, no seu livro *Planejamento integral do turismo: um enfoque na América Latina* (2001 *apud* SILVA *et al* 2005). Para tal autor, o turismo aí se estruturou baseado num modelo dependente que pregava desenvolvimento, com ênfase na dimensão econômica. Ele completa dizendo que “com a maioria dos investimentos e/ ou equipamentos

turísticos nas mãos de estrangeiros os benefícios esperados foram, em sua maioria, remetidos em forma de lucros para o exterior (país de origem do investidor)”.

Assim, as benesses sentidas pela geração de emprego e renda, inicialmente ensejados por governo e população local, com o tempo vão dando lugar às percepções de impactos sociais, econômicos e ambientais que são trazidos por tal atividade. No caso de Porto de Galinhas isto pode ser verificado, sendo possível perceber neste balneário

Um padrão de “auge e crise” a partir da exploração direta ou indireta dos recursos naturais aí encontrados: a abundância do recurso induz à sua rápida exploração predatória, o que por sua vez leva ao declínio em longo prazo, seja por escassez crescente do que antes era farto, ou seja porque o aumento abrupto de oferta da mercadoria resulta em uma tendência da depreciação contínua do seu preço nos mercados doméstico e internacional (YOUNG; LUSTOSA, 2003, p. 216).

Como tais problemas são gerados em função dos interesses do capital globalizado, propõe-se que podem ser eles incluídos dentro da concepção de dívida ecológica. Em outras palavras, são provocados grandes impactos no meio ambiente, ônus estes que serão sentidos pelas comunidades que abrigam os empreendimentos, enquanto os bônus das atividades aí empreendidas seguem para as matrizes do capital.

5 Apresentação dos resultados

O presente capítulo tem como finalidade apresentar os resultados obtidos através do estudo de caso proposto. Ao final, espera-se comprovar, por meio dos pontos de análise selecionados, que o local selecionado para a pesquisa passa por um processo de desenvolvimento que gera dívida ecológica.

Para tal, inicialmente foi apresentada a área objeto de pesquisa. Posteriormente foi explicitada a técnica adotada para a pesquisa - o estudo de caso e os três diferentes métodos de coleta de dados, estando seus resultados apresentados como Evidências.

5.1 Delimitação da área de estudo

O litoral brasileiro possui cerca de 8.500 km de litoral, dentre os quais 187 km ficam no Estado de Pernambuco. A importância do litoral pernambucano pode ser constatada pelo fato de ser este o mais importante aglomerado populacional do estado, com cerca de 44 % da população residindo e trabalhando nesta área. Aliado a isto, abrange uma multiplicidade de ecossistemas que incluem segmentos de planícies cobertas por coqueirais, remanescentes da Mata Atlântica, estuários com extensos manguezais, recifes de arenitos e de corais, coroas, ilhas e restingas (CPRH, 2003).

A faixa litorânea pernambucana se estende desde Goiana, ao Norte, na divisa com o Estado da Paraíba, até o município de São José da Coroa Grande, ao Sul, tendo como limite o Estado de Alagoas. De acordo com *Diagnóstico Sócio-ambiental do Litoral Sul de Pernambuco* (CPRH, 1999, p. 7), o litoral pernambucano foi dividido em três setores, de acordo com municípios litorâneos e estuarinos, bem como os contíguos a estes, “que exercem e/ou recebem influência marcante dos mesmos ou que integrem região geo-administrativa, parcialmente localizada na faixa costeira do Estado”.

Desta forma, a Zona Costeira de Pernambuco foi segmentada em: Setor 1 – Norte – abrangendo os municípios de Goiana, Itaquitanga, Itapissuma, Itamaracá, Igarassu, Abreu e Lima e Paulista; Setor 2 – Núcleo Metropolitano – compreendendo os municípios de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, São Lourenço da Mata e Moreno; Setor 3 – Sul – incluindo o Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande (FIGURA 1). De acordo com Pereira (2005, p. 89), tal

divisão teve como finalidade “facilitar os estudos inerentes a cada área, como também configuram as diversas formas de ocupação, produção e legado patrimonial”.



FIGURA 1 – Setorização costeira de Pernambuco

Fonte: CPRH, 2001.

Entre os municípios do litoral sul, o de Ipojuca vem se destacando principalmente por sua forte vocação para o turismo, sendo, portanto, o foco deste trabalho. O município de Ipojuca tem uma área de 515 quilômetros quadrados, e está localizado a 51 quilômetros de Recife, capital de Pernambuco (EMPETUR, 1996). O acesso, em boas condições de circulação principalmente depois do sucesso do balneário de Porto de Galinhas, é feito através da PE – 60 e BR – 101. Ipojuca tem como componentes formadores os distritos de Camela, Nossa Senhora do Ó e os povoados da Vila de Porto de Galinhas, Pontal de Serrambi, Praia de Toquinho e Suape.

Vale ressaltar que Ipojuca atualmente faz parte da Região Metropolitana do Recife, de acordo com a reconfiguração geopolítica feita pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM). De acordo com tal reconfiguração os

municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca passam a integrar a Região Metropolitana do Recife (RMR) (FIGURA 2).



FIGURA 2 – Região Metropolitana do Recife

Fonte: CONDEPE/FIDEM, 2008.

Em relação à origem da freguesia de São Miguel de Ipojuca, não são encontrados dados exatos relativos à fundação da localidade. Os primeiros registros relativos a Ipojuca remontam ao meio do século XIX, quando em 30 de março de 1843 o município de Ipojuca foi criado pela Lei provincial nº 152, formado pelo distrito-sede, Camela, Nossa Senhora do Ó, Rurópolis, Engenho Maranhão e Porto de Galinhas, vindo a ser politicamente emancipado em 20 de março de 1890 (CPRM, 2005, p. 3).

Apesar de passar a constar em documentos oficiais apenas neste período, sua ocupação iniciou-se ainda no século XVI. As condições climáticas e solos favoráveis estimularam a produção de cana-de-açúcar na área, estando ela “marcada pela economia canavieira, caracterizada pela presença de engenhos ‘bangüês’³², posteriormente substituídos por usinas de cana-de-açúcar” (LIMA, 2006, p. 85).

³² Os engenhos ‘bangüês’ produziam um açúcar de cor escura, mascavo. Por utilizarem técnicas mais arcaicas, entraram em decadência a partir de 1871, quando passaram a ser substituídos por engenhos centrais e usinas (FUNDAJ, 2008).

Neste período, o espaço litorâneo era utilizado não apenas para a produção de cana, como também para servir de apoio às rotas comerciais para o escoamento do pau-brasil e do açúcar produzindo nos engenhos bangüês. Recife e Salvador são exemplos de importantes entrepostos comerciais da antiga colônia, bem como os Portos de Suape e Porto, no litoral pernambucano. Assim, por suas condições geográficas propícias, estes portos se tornaram pontos naturais de atracação de embarcações, geralmente utilizados para escoamento da produção de açúcar, bem como para o contrabando de escravos (BARROS JUNIOR, 2002, p. 57).

O foco da área continua sendo a cana-de-açúcar até a década de 1950, quando são dados os primeiros incentivos à sua diversificação econômica, com a criação do distrito industrial do Cabo e a tentativa de implantação de um projeto de colonização neste município na década de 60 (LIMA, 2006, p. 85). Desapropriação de engenhos, parcelamento de terras e assentamentos rurais por meio do PROTERRA³³ foram algumas das estratégias utilizadas pelo governo no sentido de racionalizar o uso da terra no local. Tais esforços, no entanto, foram praticamente invalidados pelo PROÁLCOOL³⁴, que estimulou a aquisição de pequenas propriedades para a produção de cana em larga escala, reforçando assim a concentração fundiária do local (CPRH, 2003 *apud* LIMA, 2006, p. 86).

Um dos problemas do município do Ipojuca, fruto deste passado histórico, é a grande concentração fundiária. Hoje as terras são monopolizadas por três usinas de cana-de-açúcar: Trapiche, Ipojuca e Salgado (AGENDA 21 IPOJUCA, 2004, p. 14). Com a falência da indústria sulcro-alcóoleira, a economia do local fica abalada, afetando principalmente a população de baixa renda. As conseqüências disto são o êxodo rural para os centros urbanos (CPRH, 2003, p. 6). Em Ipojuca isto representou a concentração de pessoas pouco ou nada qualificadas nas cidades. Em 1940 apenas 13,67% da população vivia na área urbana, enquanto que em 2000, 67,99% desta população já vivia na cidade (AGENDA 21 IPOJUCA, 2004, p.14). Para Lima (2006, p. 87), embora a cana-de-açúcar ainda seja a atividade agrícola predominante no litoral sul de Pernambuco, outros usos vêm se consolidando nesta região. Um exemplo é o loteamento para veraneio, bem como as atividades ligadas a lazer e entretenimento, entre elas o Turismo.

O município de Ipojuca está situado na mesorregião da Mata pernambucana, especificamente na microrregião da Mata úmida. Sua sede está a 10 metros de altitude,

³³ O PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte e do Nordeste, criado em 1971.

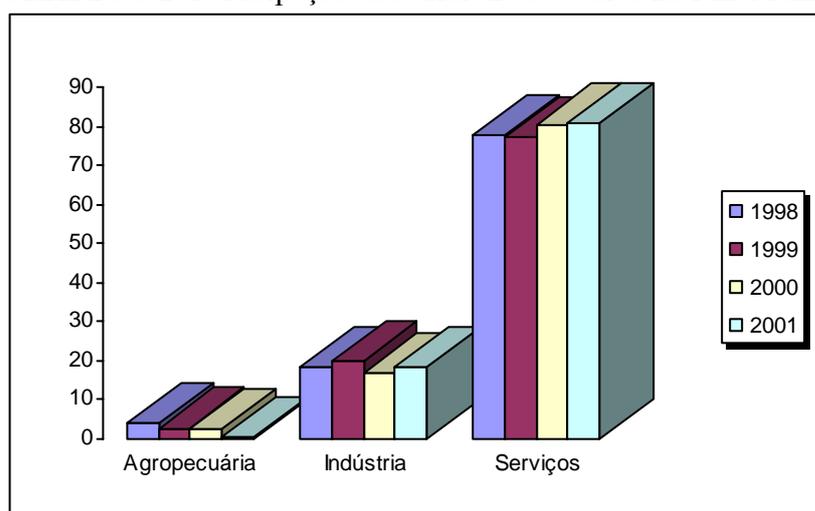
³⁴ O PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool, cuja a meta era a produção em larga escala de álcool carburante a partir da cana-de-açúcar, na década de 70.

limitando-se ao Norte-Nordeste com o município do Cabo, ao Sul-Sudoeste com Sirinhaém, ao Leste-Sudeste com o oceano Atlântico e a Oeste-Noroeste com o município de Escada.

A paisagem característica do litoral sul é de morros e colinas, cujas altitudes variam de 30 a 400 metros, e de 12 a 50 metros respectivamente. A hidrografia da área tem como característica ser formada por duas categorias de rios: rios litorâneos e rios translitorâneos. “Os primeiros nascem e deságuam na zona litorânea, sendo em geral perenes. Os segundos nascem no Agreste Pernambucano onde apresentam regime temporário, tornando-se perenes ao penetrarem na Zona da Mata” (CPRH, 1999). O clima da área é o *tropical úmido*, com fortes chuvas nos meses de maio, junho e julho e os mais secos em outubro, novembro e dezembro. Em termos de variação de temperatura, elas vão de 18 °C até 32 °C, apresentando média anual em torno de 24 °C (CPRH, 2003, p. 5). A vegetação é caracterizada por remanescentes de floresta tropical atlântica, bem como ecossistemas associados a áreas de restingas e manguezais.

A principal atividade econômica da região é ainda ligada à plantação de cana-de-açúcar. Entretanto por causa do grande crescimento da atividade turística nos últimos anos, o município tem grande apoio no setor de serviços. De acordo com o Gráfico 1 (CONDEPE, 2006), uma comparação entre os anos de 1998 e 2001 mostra a composição, em porcentagem, da participação na produção de valor adicionado bruto dos três setores na economia do município.

GRÁFICO 1: Participação dos diferentes setores no PIB Municipal



Fonte: CONDEPE, 2006.

A história do turismo em Ipojuca, especificamente os povoados de Porto de Galinhas e Maracaípe, iniciou-se a partir de 1975, quando as terras da antiga fazenda Merepe foram loteadas pra venda (MENDONÇA, 2004, p. 57). Entretanto é a partir da década de 90 que a localidade se transforma em um grande atrativo turístico de Pernambuco, com a construção de

hotéis e pousadas, e a divulgação maciça da vila na mídia do Sudeste. De acordo com Mendonça (*op. cit.*, p. 77), para a chegada de grande contingente de turistas “reformam-se casas, constroem-se novas pousadas e novos meios de hospedagem são criados em ritmo e velocidade jamais vistos em qualquer praia do Estado”. A acelerada ocupação espacial das praias de Ipojuca persiste, chegando a consolidar o município como um destino indutor de turismo para o Estado.

Entretanto, se em um primeiro momento os lotes e terras eram vendidos para a construção de casas de veraneio e pousadas, a consolidação de tal destino, baseado nas praias e belos arrecifes de corais posteriormente significou uma corrida para a construção de grandes *resorts*, como no caso do Beach Class Resort, Summerville Beach Resort, Nannai Beach Resort e Parthenon Marulhos. Para os três últimos empreendimentos portugueses no local foram previstos investimentos na casa dos R\$ 320 milhões. São eles o Enotel Porto de Galinhas Resort e Spa, o Dorisol Ancorar Suíte e Beach Resort, e um complexo hoteleiro do Grupo Teixeira Duarte (TD Hotels) nos 70 hectares da antiga Casa do Governador, totalizando 1537 novos apartamentos para o município (SANDES, 2006).

Tais empreendimentos efetivamente deverão trazer uma série de benefícios para a área, desde geração de empregos diretos e indiretos, valorização do espaço, melhorias infra-estruturais e recolhimento de impostos. Entretanto, o que se verifica em geral é uma exacerbada ênfase a estes aspectos, contrariamente havendo um descaso com relação à localidade e sua população, como verificado na passagem a seguir:

Apesar dos grandes empreendimentos – e de ser o segundo município com maior arrecadação de impostos em Pernambuco – quem chega à sede de Ipojuca se depara com a pobreza da população e a desorganização urbana da cidade, que apresenta um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da RMR (RABELO, 2006).

Dentro dos problemas sentidos pela população, estão a falta de investimentos em educação, saúde e lazer, como atesta Rabelo (2006), em matéria para o Jornal do Comércio. Para um dos moradores de Ipojuca, “Todos estes investimentos não adiantam nada pra gente que mora aqui. Os hotéis de Porto de Galinhas e o Porto de Suape só empregam pessoas de fora. Eles só querem profissionais com experiência (...)”.

Neste contexto, há que se analisar a real eficiência de tal desenvolvimento para a localidade. Um estudo sobre os reais impactos do crescimento do Turismo na região em detrimento do bem estar da população local é, portanto, indispensável para a gestão integrada

de fatores sociais, econômicos e ambientais ligados ao desenvolvimento sustentável e responsável das atividades aí realizadas.

5.2 Sobre o estudo de caso

Yin (2001, p. 21) defende o uso do estudo de caso quando há o “desejo de se compreender fenômenos sociais complexos”, constituindo-se esta a melhor técnica no sentido de promover uma investigação que permita a “preservação das características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores”.

É importante considerar que uma das principais características do estudo de caso é a pluralidade de suas fontes. Gil (2002, p. 140) informa que ele (o estudo de caso) utiliza-se sempre de mais de uma técnica, sendo este um princípio básico que não pode ser descartado. Yin completa, afirmando ser o poder diferenciador do estudo de caso a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas, observações (2001, p. 26), bem como que ele “pode se basear em qualquer mescla de provas quantitativas e qualitativas” (2001, p. 34). Tal fato demonstra a amplitude de tal estratégia, no momento em que não implica exclusão, mas sim a inclusão de variadas técnicas de forma a enriquecer a pesquisa como um todo.

O estudo de caso pode ainda ser dividido em de caso único ou múltiplo. Entre as justificativas dadas para motivar o de caso único estão em haver a necessidade de testar uma hipótese ou teoria previamente explicitada, ser um caso raro ou extremo, ser um caso revelador, o qual até então era inacessível à investigação científica (YIN, 2001, p. 62-63). No caso da presente pesquisa, tomam-se as palavras de Alves-Mazzotti (2006, p. 643) para justificar o uso do estudo de caso para a presente dissertação

Um outro critério que justifica a escolha do estudo de caso como abordagem adequada de um problema de pesquisa: tratar-se de fenômeno pouco investigado, o qual exige estudo aprofundado de poucos casos, que leve à identificação de categorias de observação ou à geração de hipóteses para estudos posteriores.

Por fim, Stake (2000 *apud* ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 641) defende a existência de três tipos de estudo de caso, de acordo com suas finalidades: intrínseco, instrumental e

coletivo. No primeiro, busca-se compreender um caso em especial pelo interesse despertado por sua situação em particular; no caso instrumental, no entanto, o que leva a seu estudo é a convicção de que seu estudo poderá viabilizar a compreensão de algo mais amplo, “uma vez que pode servir para fornecer *insights* sobre um assunto ou para contestar uma generalização amplamente aceita, apresentando um caso que nela não se encaixe” (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 642); e o coletivo, o qual o pesquisador estuda conjuntamente diferentes casos para verificar um determinado fenômeno.

Tomando o que foi dito acima sobre o estudo de caso, para a pesquisa desta dissertação foi escolhido um estudo de caso único, do tipo instrumental, no sentido de verificar uma situação específica ainda pouco estudada como forma de compreender melhor tal fenômeno em outras localidades.

Diante do exposto, foram selecionadas diferentes técnicas de coleta de dados, ou fontes de evidências, como prefere denominar Yin (2001, p. 107) com a finalidade de comprovar a ocorrência da dívida ecológica no local de estudo. Assim, três evidências foram estipuladas: a primeira buscou analisar impactos sócio-ambientais no local. A segunda teve a intenção de verificar a percepção da comunidade em relação à sustentabilidade da atividade turística no local, e a terceira se propôs a refletir sobre a ênfase dada ao tópico “crescimento econômico”, já que é um importante veículo de informação, afetando também as opiniões e percepções do seu público.

5.2.1 Evidência 1: Participação da mídia

Para Yin (2001, p. 107), as informações documentais são relevantes para todos os tópicos em estudos de caso. Ainda segundo este autor, o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes. Entre os documentos que podem servir como fonte de evidência importante para os estudos de caso são os recortes de jornais e outros artigos publicados na mídia.

Para fins deste trabalho, o veículo selecionado foi o jornal. Para Gomis (*apud* ALMEIDA E SILVA, 2006, p. 272), o jornal tem como função a interpretação da realidade. Assim, o discurso jornalístico deve, por meio de informações isentas, repassar de forma imparcial os dados fruto da matéria, buscando portanto informar seu leitor. Entretanto, de acordo com Almeida e Silva (2006, p. 275),

Ao emitir um discurso que interessa ao maior número possível de leitores, o jornal necessita persuadir os distintos receptores [...] Todos os elementos e estratégias utilizadas possibilitam o jornal a atuar dentro do perfil de ator político em que, ao mesmo tempo em que tenta influenciar e persuadir, é também influenciado pelo contexto.

Ainda para esta autora (2006, p. 274),

Posto que ao interpretar a realidade o jornal se utiliza de operações de percepção, categorização, seleção e compreensão dos fatos, não o faz desde um ponto de vista neutro, sendo sim contaminado pelas normas, valores e crenças socialmente compartilhados. Esta contaminação se reflete na influência que procura exercer através de seus comentários.

Já que os meios de comunicação interferem e influenciam as percepções dos leitores, conclui-se – portanto – que uma maior incidência de determinados temas pode ter como finalidade ou como simples consequência o estímulo a idéias, desejos, ou questionamentos, bem como a falta de comentários sobre outros temas podem significar um desestímulo à abordagem de determinados problemas ou interesses.

Levando em consideração a da mídia jornalística, tanto por seu caráter diário, como também por conter matérias intrinsecamente ligadas à realidade do Estado, optou-se por elaborar um levantamento de dados dentro de matérias de um dos jornais de maior circulação de Pernambuco, o Jornal do Comércio. O levantamento foi feito dos meses de janeiro até dezembro de 2007, por meio da consultas virtuais dos cadernos Cidade, Economia e Turismo do jornal, os dois primeiros com frequência diária e o segundo com tiragem semanal.

No sentido de viabilizar o uso dos dados coletados nos artigos, foram selecionados termos que configurariam uma maior frequência de determinados tópicos, demonstrando assim uma ênfase sobre temas como geração de emprego e renda, e crescimento econômico, em detrimentos de aspectos ambientais e sociais, indispensáveis para o alcance de um desenvolvimento pautado pelos pressupostos da sustentabilidade. No momento da leitura dos artigos, foram sendo registradas as ocorrências destes termos. Cada reportagem poderia ter até três idéias ou palavras-chaves associadas. Como houve muitos e diferentes termos, eles foram inseridos dentro da idéia das dimensões que devem ser consideradas para garantir a sustentabilidade de um local: aspectos econômicos, sociais e econômicos. Um tópico “outros” foi incorporado, para considerar elementos alheios a qualquer uma destas dimensões.

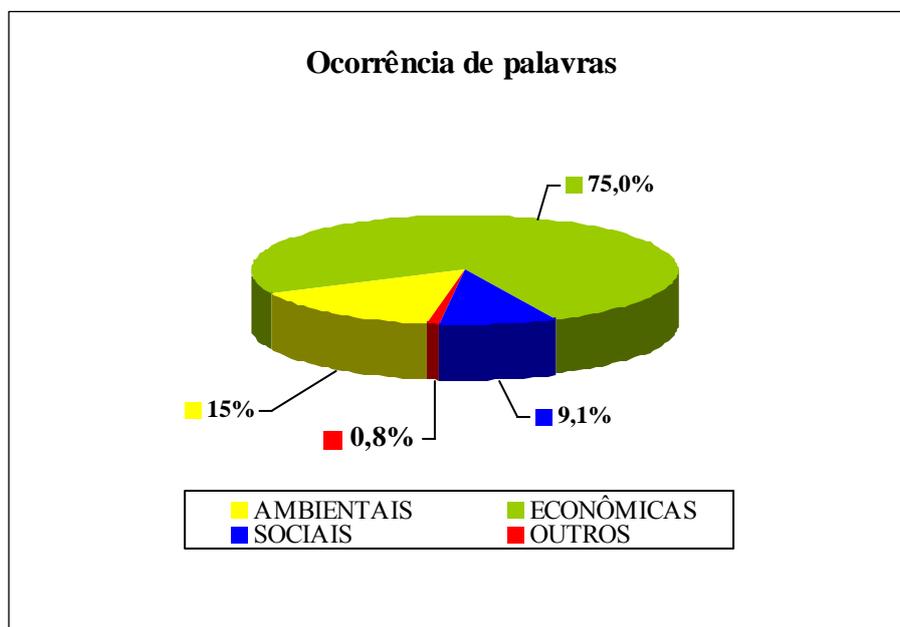
Desta forma ao final, contabilizando junto ao total de artigos lidos e catalogados, foram verificados em que porcentagem tais termos foram utilizados no sentido de mostrar uma

maior ocorrência daqueles que se referem aos benefícios econômicos da atividade analisada em detrimento daqueles que falem de impactos e problemas sentidos pela comunidade

Dentro da análise realizada, verificou-se a total ênfase a aspectos ligados à temática econômica. Foram ao todo lidas e analisadas 59 reportagens ao longo de 2007. Estas reportagens tanto podiam ter como foco principal o município de Ipojuca, como falar sobre o município ou temas relacionados. Elas foram numeradas para que fosse possível sua menção no decorrer do texto.

Cada uma delas poderia ter até três idéias ou palavras-chave relacionadas. No total foram contabilizadas 132 palavras (ver APÊNDICE I, p. 175). A maior parte (99 das 132) das palavras e idéias contidas eram relacionadas a aspectos econômicos, voltados para o crescimento e o desenvolvimento da área, a construção de empreendimentos, divulgação, realização de eventos ou impressão de livros e guias, ou os grandes investimento estrangeiros na área.

GRÁFICO 2: Incidência de idéias e palavras-chave em reportagens analisadas



Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Em particular este foi um tópico recorrente nas reportagens. Este foco no mercado estrangeiro foi citado nas reportagens de números 12, 13, 36, 41, 45, 52 e 58, sete reportagens que tem explicitado em seu texto o interesse pelo mercado europeu. Uma das formas visadas para o que vem sendo chamado de “internacionalização” no Estado, é a construção de empreendimentos hoteleiros e posterior venda dos apartamentos como segunda residência

para os europeus. Isto é feito principalmente mediante grandes investimentos de grupos estrangeiros como o Pestana e TD Hotels, ambos portugueses.

Outra informação constante no jornal é a referente à venda da Casa do Governador. Ao todo foram 11 reportagens ligadas ao tema. Destas, duas (19 e 24) se referiam à preocupações da comunidade em relação ao projeto, e solicitação de reavaliação do projeto. Fora elas, as outras 9 (14, 15, 16, 17, 21, 23, 30, 35 e 46) falavam sobre o processo de licitação e os problemas relativos à liberação dos 70 hectares de terra da área de Porto de Galinhas, chamada de Casa do Governador. Assim, de março a setembro de 2007 houve informações sobre o desenrolar do processo. Entre os problemas citados para a efetivação da compra e construção do empreendimento português está um suposto lobby dos grandes hoteleiros de Muro Alto e Porto de Galinhas em relação à concorrência do complexo turístico-hoteleiro de alto luxo. Nesta reportagem (nº 14) há a sugestão da disponibilização da área para a utilização da comunidade e para os turistas. Entretanto a justificativa é o medo em relação ao empreendimento que está para se estabelecer na área. Dentro de todas as 9 reportagens (as duas que falam sobre as preocupações da comunidade não abordam esta informação) de cunho mais economicista, todas trazem o valor do investimento (cerca de R\$ 250 milhões) e o número de empregos a serem gerados (cerca de 3.000).

Três reportagens citam especificamente o turismo como instrumento indutor de desenvolvimento e melhorias econômicas (nº 42, 53, 59). Ipojuca em geral, e especificamente Porto de Galinhas são entendidos como pólos de desenvolvimento para o turismo, devendo assim receber apoio para estimular esse crescimento.

A divulgação é outro foco das reportagens, nos três diferentes cenários (internacional, nacional e local), por meio de feiras, eventos, livros e *sites*.

Na temática ambiental foram encontradas 20 menções, o que significa 15% do total. Entre os problemas citados estão a questão do abastecimento de água, as preocupações ambientais a partir da construção do *resort* na área da Casa do Governador, a construção do aterro sanitário e os que citaram o plano diretor para o município.

Em relação a problemas sociais, em apenas 12 vezes são citadas informações relativas à violência urbana e contra os estrangeiros, as mazelas sociais do local, marcado pelos contrastes de ricos turistas e pobres residentes, as demandas sociais para audiências públicas e as favelas existentes no local. No comparativo entre o total de informações, as relativas às preocupações sociais teve apenas 9% de incidência.

O tópico “Outros” foi utilizado para uma reportagem que informou sobre um acidente de trânsito na área. Esta reportagem, no entanto, não se apresenta significativa para esta pesquisa.

Confirma-se, assim, a afirmação de que a mídia investigada dá ênfase aos tópicos relativos ao crescimento econômico e ao desenvolvimentismo. As conseqüências advindas desta atuação são a extrema valorização do turismo como instrumento de desenvolvimento, bem como a visão acrítica da atividade. Como desdobramento desta problemática pode-se aferir que, na comparação entre necessidades do capital globalizado, e demandas sociais da comunidade estudada, mais uma vez enfatiza-se o primeiro. Assim, problemas sócio-ambientais continuam submissos à interesses mercadológicos, ficando a geração da dívida ecológica acobertada pelo ensejo de melhorias econômicas, desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda.

5.2.2 Evidência 2: Impactos sócio-ambientais

A segunda evidência visa identificar e analisar problemas ambientais reais dentro do local estudado. Apesar de a intenção inicial ser elaborar as reflexões com base em indicadores, a falta de informações e dados inviabilizou tal proposta. Assim, a primeira parte do estudo de caso teve como base uma mescla de técnicas, que foram: pesquisa de gabinete, por meio da análise dos dados da Agenda 21 de Ipojuca (2004), pesquisa de campo, dividida em duas etapas: visita às Secretarias de Tecnologia e Meio Ambiente, Infra-estrutura, Obras e Turismo de Ipojuca, bem como à 43ª Circunscrição Policial de Porto de Galinhas; e pesquisa empírica por observação, por meio da visita a pontos de interesse para coleta de dados e registro de imagens por meio de fotos.

Foram selecionados seis pontos de análise, a saber: sazonalidade do turismo; aumento da delinqüência; segregação espacial da comunidade local; privatização de espaços urbanos; redução da diversidade dos meios naturais; e participação da comunidade na tomada de decisões. A escolha destes pontos foi feita com base em dois documentos: o guia *Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos (2005)*, elaborado pela OMT – Organização Mundial de Turismo, e *Para una mejor gestión de los recursos del litoral (1997)*, elaborado pela Comunidade Européia.

I - Sazonalidade do Turismo

A sazonalidade, que se refere à concentração de fluxos turísticos em períodos específicos como férias, feriados e finais de semana, é reconhecida como um dos maiores problemas da atividade turística. Dificilmente um destino turístico consegue manter a regularidade da demanda por todo o ano. Desta forma, grandes investimentos são feitos na estruturação do destino, bem como na construção de empreendimentos hoteleiros e de serviços em geral, mas apenas em momentos específicos do ano tal aparato é efetivamente utilizado. Várias são os desdobramentos a partir disto. Um dos mais recorrentes é o sensível aumento de preços dos produtos em períodos de alta estação, como forma de compensação pelas perdas acumuladas no ano sem frequência consistente.

Um dos mais importantes pontos defendidos como fundamentais para o desenvolvimento do turismo, a geração de emprego, também é abalado pela sazonalidade, já que os diferentes empreendimentos contratam por temporada um grande número de pessoas, que são dispensadas logo que passe o período de grande frequência dos turistas. A ilusão do pleno emprego provoca também a imigração de pessoas que vêm à região em busca de melhoria de vida, acabando muitas vezes por se estabelecer na localidade. Como consequência, passam a disputar o trabalho com os locais, bem como promovem o “inchamento” populacional no destino.

Por fim, a grande concentração de pessoas em determinados períodos do ano promove uma série de pressões no destino. Aumento significativo do uso de recursos como água e energia³⁵, trânsito pelo aumento do fluxo de automóveis, maior produção de lixo, erosão do solo e dunas por maior frequência de visitantes, perturbação da vida selvagem, conflito de usos de espaços entre turistas e comunidade são alguns dos fatores a serem analisados.

No caso de Porto de Galinhas, o mês de janeiro é considerado o de maior visitação, apesar de que a alta estação começa ainda em dezembro, estendendo-se – em geral – até depois das festividades carnavalescas. De acordo com dados da Secretaria de Turismo de Ipojuca, com sede em Porto de Galinhas, o ano de 2006 teve como média semanal a visitação de 30.000 turistas³⁶, o que reflete a frequência de uma média de 120.000 turistas no mês de janeiro.

De acordo com o documento Agenda 21 de Ipojuca (2004), os dados relativos aos turistas que se hospedam em hotéis são de extrema importância para esta análise, por serem dados concretos em relação ao número de visitantes da área. Assim, em 2000 o mês de janeiro

³⁵ Não há dados consistentes sobre tais problemas.

³⁶ De acordo com o assessor do Diretor de Turismo, tais dados são fruto de pesquisas feitas pela EMPETUR no Terminal Integrados de Passageiros e no Aeroporto Internacional do Recife.

– o de maior volume de turistas – foram contabilizados 15.010, representando um volume 65,27% maior do que no mês de menor frequência, que foi maio, com 9.082 turistas. Estes dados também impressionam quando são comparados com a população de Ipojuca:

Em 2000, o Município do Ipojuca como um todo tinha um total de 59.281 habitantes, sendo que destes, 40.310 moravam na zona urbana. Ou seja, no mês de janeiro, aproximadamente 27,1% da população presente na área urbana do Ipojuca é de turistas. Adicionalmente, passam por Ipojuca num período de 6 meses (65.772) um volume maior (11% a mais) de turistas do que a própria população do município.

Entre os efeitos claros desta concentração de fluxos está o aumento na produção de resíduos sólidos. De acordo com o Coordenador de Limpeza Urbana da Secretaria de Infra-estrutura do Ipojuca³⁷, na baixa estação são produzidos de 23 a 25 toneladas de lixo por dia, material este removido para o Lixão Água Fria, em Ipojuca. No período de alta estação, entretanto esta produção chega a 45 toneladas por dia. Foi ressaltado pelo coordenador que o carro coletor passa duas vezes ao dia para evitar o entulho de lixo nas vias e ruas de Porto de Galinhas. Entretanto, a falta de consciência da comunidade promove o acúmulo de lixo em pontos da praia e das ruas que podem significar uma série de riscos para turistas e comunidade local.

Em relação a ações voltadas para a reciclagem de lixo, existe uma Associação dos Agentes de Reciclagem que, em acordo com pousadas da área, conseguem coletar cerca de 17 toneladas de lixo por semana na vila, revertendo os benefícios desta coleta para a associação. De acordo com um voluntário³⁸ da associação, apenas as pousadas participam de tal ação, não havendo adesão de nenhum dos hotéis de grande porte a este tipo de iniciativa.

II - Aumento de delinqüência

Como informado no item anterior, o aumento do número de turistas provoca uma série de conseqüências. Uma delas é relativa ao aumento da delinqüência e atos violentos no destino turístico. Isto se deve principalmente à compreensão de que os turistas são indivíduos com dinheiro e pertences (maquinas fotográficas, filmadoras, celulares, Ipods, etc) e que, em geral, estão mais distraídos do que as pessoas do local. Para a verificação do aumento da delinqüência na área estudada foram feitas duas visitas à 43ª Circunscrição Policial de Porto

³⁷ Dados coletados no dia 22 de janeiro de 2008, junto à Secretaria de Infra-estrutura do município.

³⁸ O voluntário foi contatado no dia 18 de janeiro de 2008.

de Galinhas. As informações repassadas foram coletadas do banco de dados de registro de ocorrências de tal entidade, de acordo com informações do Comissário (coordenador setorial) responsável, que descreveu o local como uma Cancún³⁹ rodeada de favelas.

O destino Porto de Galinhas passa por dois momentos característicos durante o ano: os períodos de baixa e alta estação. Nos períodos de baixa estação, os donos de segunda residência não freqüentam suas casas, estimulando uma maior incidência de arrombamentos, com um índice que vai de 5 a 6 arrombamentos por mês (dados de 2006). Já na alta estação, os veranistas voltam às casas, e os arrombamentos declinam. Entretanto a grande concentração de turistas estimula os furtos e assaltos. De acordo com o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, em seu Art. 155, a palavra furto significa “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”. Já o roubo tem definidos seus conceitos pelo Art. 157, que informa ser tal infração o ato de “subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido a possibilidade de resistência”.

A média para furtos na alta estação seria de 10 a 15 por mês, enquanto que o número de roubos estaria em torno de 8 por mês. Estes dados entretanto, são brandos em relação à contagem feita pelo Comissário, que verificou para o mês de janeiro, considerando a contagem de 01 a 22 do citado mês, 31 furtos e 11 assaltos⁴⁰. Para o Comissário, muitos turistas se mostram desatentos, e não tomam cuidados básicos, andando com pertences caros em horários e lugares pouco propícios. Além disto, ele também informou que a maior parte dos ipojucanos infratores são reincidentes, sendo controlados por serem conhecidos. Em contrapartida, um grande número de delinqüentes vêm de outros municípios, atraídos pela visão que se tem dos turistas e de sua condição econômica, ficando mais difícil de controlar a ação destes, que vêm de Recife, Cabo, Paulista, entre outros.

Um outro problema que necessita constantemente da ação policial no lugar é o uso de som alto por parte dos visitantes. Em geral pessoas de bom poder aquisitivo, e se valendo de sua condição de prestígio de parentes, costumam infringir o limite aceitável relativo à emissão de ruídos. Assim, por meio de sons em carros e casas de segunda residência, estes indivíduos causam poluição sonora, perturbando, assim, a ordem pública. De acordo com o responsável, o aumento na incidência neste tipo de infração se dá não apenas na alta estação, como em todos os períodos de maior fluxo de visitantes, como em feriados e finais de semana.

³⁹ Cancún é um dos mais importantes balneários turísticos do caribe mexicano, sendo uma ilha de praias paradisíacas e excelente estrutura de equipamento e serviços turísticos.

⁴⁰ Dados verificados no banco de dados de registros do mês, elaborado na 43ª Circunscrição, e enviada para o banco de dados da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

III – Segregação espacial da comunidade local

A urbanização dos destinos turísticos é moldado muito mais pelos interesses da atividade do que pela necessidade da comunidade que o abriga. Em geral, as primeiras conseqüências de tal urbanização é a segregação da comunidade, trazendo impactos sociais e ambientais para tais espaços. Outro problema é o ressentimento dos moradores do lugar, quem vêem os espaços e áreas públicas voltados para o visitante serem foco de melhorias infra-estruturais e paisagísticas, enquanto que os bairros e áreas de interesse dos autóctones recebe pouca atenção por parte da gestão pública.

No caso de Porto de Galinhas, serão apontados dois problemas prioritários em relação a este tema: o primeiro se refere à consolidação de espaços periféricos como espaços para a comunidade e o segundo relativo ao tratamento diferenciado (denominado como *vias diferenciadas*) dado aos locais visitados pelos turistas.

a) Consolidação dos espaços periféricos

No dicionário Michaelis (2008), a palavra periferia se refere a “região distante do centro urbano, com pouca ou nenhuma estrutura e serviços urbanos, onde vive a população de baixa renda”. Exceto pelo fato de não ser longe do centro, pelas próprias dimensões da vila de Porto de Galinhas, os outros elementos descrevem exatamente o que vem acontecendo em três bairros do local: Salinas, Socó e Pantanal. Estes bairros atualmente abrigam grande parte da população residente de Porto de Galinhas.

Historicamente, estes bairros eram áreas de manguezais que foram sendo paulatinamente aterrados e apropriados por moradores da vila. O processo de formação destas comunidades é inerente ao desenvolvimento da atividade turística. Os espaços nobres, antes ocupados por moradores e pescadores, passam paulatinamente a ser adquiridos pelos empreendimentos turísticos, entre hotéis, pousadas, restaurantes e lojas. Tais moradores, no entanto, trabalhando para o turismo, e sem interesse em distanciar-se de sua fonte de renda, mas também sem condições de comprar casas em áreas próximas às nobres, passam a ocupar espaços sem a menor estrutura para moradia. Ao final, os moradores vão sendo lançados para áreas periféricas, como pode ser percebido pela localização dos três bairros citados na Figura 3.



FIGURA 3 – Mapa da Vila de Porto com especificação das comunidades citadas.

Fonte: Google Earth, 2008

O processo de formação destas comunidades é inerente ao desenvolvimento da atividade turística. Os espaços nobres, antes ocupados por moradores e pescadores, passam a ser ocupados por restaurantes e lojas. Tais moradores, no entanto, trabalhando para o turismo, e sem interesse em distanciar-se de sua fonte de renda, mas também sem condições de comprar casas em áreas próximas às nobres, passam a ocupar espaços sem a menor estrutura para moradia. No caso dos citados bairros, as casas foram sendo construídas sobre o mangue, as conhecidas palafitas (FIGURA 4).



FIGURA 4 – Palafitas na comunidade de Salinas. Fonte: Pesquisa direta, janeiro 2008.

Apesar de recorrente, este tipo de construção arcaica e sem a mínima infra-estrutura vem dando lugar a casas de alvenaria. Todas, no entanto, estão infringindo a lei, no momento em que são construídas em áreas de proteção permanente, estando sua tutela sob a guarda do poder público, e estando os infratores sujeitos às penalidades da respectiva lei. De acordo com

Código Florestal (Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, Art. 197, I) os manguezais são consideradas áreas de proteção permanente (SIRVINSKAS, 2007, p. 332).

Atualmente o acentuado grau de aterros no mangue vem causando uma diminuição gradual das áreas alagadas pelas marés. A comunidade, no entanto, não cessa de avançar o processo de aterro e ocupação. Muitos impactos podem ser citados a partir deste tipo de ocupação. Entre os problemas ambientais relativos à degradação do manguezal e, portanto, de todo um ecossistema a ele integrado, há também os elementos relativos à própria presença humana, como aterros, produção de lixo, lançamento de esgotos, inclusive pela inexistência de infra-estrutura nestas áreas (FIGURA 5).



FIGURA 5 – Infra-estrutura precária na comunidade de Salinas. Fonte: Pesquisa direta, janeiro 2008

Apesar de não haver a disponibilidade de dados específicos sobre estas áreas, foi informado que cerca de 70 a 80 % ⁴¹ da comunidade de Porto de Galinhas reside nestes três bairros. Tais áreas são conhecidas não apenas por serem o espaço da comunidade de menor poder aquisitivo, mas por questões ligadas à falta de infra-estrutura básica e, principalmente

⁴¹ Informação verbal, dada tanto por funcionário da Secretaria de Infra-estrutura quanto da Secretaria de Meio Ambiente do Ipojuca.

por serem área de tráfico de drogas e violência, sendo inclusive contra-indicada a visita a estes pontos⁴².

a) Vias diferenciadas

Há que se considerar que o aumento de fluxos turísticos demanda uma melhor ordenação das áreas visitadas, tanto para tornarem o destino visualmente atrativo como também para não afetar sobremaneira os moradores do local. Entretanto, o rápido crescimento do turismo impõe a necessidade da melhoria de pontos emergenciais que possibilitem a circulação e o consumo das atividades ligadas ao setor de serviços. Assim, vias e praças mais próximas dos pontos de interesse, ou entroncamentos que afetem diretamente a percepção e conforto do turista são alvos prioritários das obras, enquanto que necessidades prementes da comunidade não são satisfeitas.

Em Porto de Galinhas as principais ruas de acesso ao mais importante atrativo do local, as piscinas naturais, passaram por uma grande remodelação. São as ruas da Esperança e das Piscinas Naturais (FIGURAS 6 e 7), que dão acesso à Praça do Relógio, em frente às piscinas de corais de Porto. Estas ruas, que eram vias públicas para tráfego de veículos, foram fechadas, e atualmente são vias de pedestres, com canteiros arborizados, lojas, restaurantes e galerias em toda a sua extensão.



FIGURA 6 – Rua da Esperança



FIGURA 7 – Rua das Piscinas Naturais

As lojas existentes também são uma representação da ordenação destes espaços para o turista, já que muitas vendem produtos requintados de valores inacessíveis para os autóctones (FIGURAS 8 e 9).

⁴² A periculosidade do local está ligada ao tráfico de drogas., sendo contra-indicada a presença de pessoas fora da comunidade, já que podem significar algum tipo de risco para os negócios ligados às drogas.



FIGURA 8 – Galeria



FIGURA 9 – Lojas nas principais vias

Em contraposição, lugares de uso essencialmente da comunidade, ou mesmo das casas de segunda residência não passam pelo mesmo processo. O descuido com elementos básicos como fiação, calçamento e limpeza ficam evidentes (FIGURAS 10 e 11).



FIGURA 10 – Via local paralela à PE – 09



FIGURA 11– Rua do bairro de Salinas

Um exemplo é a Rua dos Navegantes (FIGURA 12). Esta é a rua imediatamente paralela à Rua das Piscinas Naturais (FIGURA 7, p. 116). A proximidade, entretanto, não foi suficiente para que também ela passasse por processos de melhorias infra-estruturais. Nesta rua se localizam casas de moradores e estabelecimentos mais modestos, como albergues e bares, havendo lojas mais sofisticadas na esquina da rua, no cruzamento com Rua Esperança, ponto de grande afluxo de turistas.



FIGURA 12 – Rua dos Navegentes

IV - Privatização de espaços urbanos

De acordo com Acselrad (2001), a noção de espaço público pressupõe que os homens se reconheçam como iguais, discutindo e decidindo em comum, um espaço para o exercício da política onde o debate e as decisões se fazem pela palavra. No Brasil, entretanto, o que se verificou foi o uso imposto do território, onde o interesse de poucos se solidificou em detrimento do mundo da coletividade. Em Porto de Galinhas, em especial, os espaços públicos são “privatizados”, tornando inviável o seu usufruto sem o pagamento de algum tipo de compensação.

Neste sentido, ao se considerar que o meio ambiente é um bem público e coletivo, ações que limitem ou cerceiem a liberdade de utilização de vias públicas, praças e praias são uma afronta aos direitos do cidadão. É importante considerar que o Código Civil (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, art. 99, I) estipula serem bens públicos⁴³ “os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças” (BRASIL, 2006). É importante ressaltar que o indivíduo não é proprietário do bem público, e sim seu beneficiário, sendo assim a mais clara representação de que é um direito coletivo, não podendo ser restringido a outrem. Neste tópico serão debatidos dois pontos principais: as praias e as ruas e praças da vila em foco.

⁴³ Código Civil, art. 98. São bens públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertença.

a) Praia

De acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro as praias são “bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado sempre o franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da Segurança Nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica” (art. 10, *caput*, Lei n. 7.661/88). Igualmente a Constituição Federal também afirma serem as praias bens ambientais de uso comum do povo (art. 225, *caput*, da CF) (SIRVINSKAS, 2007, p. 332)

Verificou-se, não obstante, que sendo também o litoral o principal ponto de atração dos turistas, e tendo como justificativa a prestação de serviço a estes clientes, o fato real é uma pseudo-privatização das áreas nobres da praia de Porto de Galinhas. Nestes termos, os comerciantes de alimentos e bebidas nas praias determinam seus espaços, colocando sombreros de cores distintas para os diferentes empreendimentos comerciais (FIGURAS 13 e 14). Desta forma, demarcam seus espaços em relação aos concorrentes. A disputa por espaços e por clientes fez com que os donos destes estabelecimentos informais colocassem suas cadeiras e sombreros em toda a faixa de terra, até a beira-mar, dificultando o trânsito de pessoas pela praia.

De acordo com um fiscal ambiental do Posto de Atendimento Ambiental, localizado em Porto de Galinhas⁴⁴, foram estabelecidos acordos com os comerciantes no sentido de que se respeitasse o espaço para os banhistas e transeuntes. Placas sinalizadoras foram colocadas para determinar o ponto limite para os “barraqueiros” (FIGURA 15).



FIGURA 13 – Sombreros



FIGURA 14 – Barracas de praia



FIGURA 15 – Placas

Para assegurar algum tipo de ganho em relação aos usuários das cadeiras e sombreros, bem como para inibir aqueles que não tenham a intenção de efetivamente consumir, os barraqueiros utilizam como estratégia a cobrança de uma taxa por cadeira, ou a exigência do

⁴⁴ Informação verbal.

consumo de pratos como peixes, agulha, etc. Considerando ser esta uma cobrança pelo serviço prestado, e dado o direito de escolha ao consumidor, não se considera delito tal ação.



FIGURA 16 – Praia em frente às piscinas naturais: conflito de uso

Fonte: Google Earth, 2008

Isto não impede, entretanto, o desrespeito destes comerciantes ao direito do cidadão que deseje ficar em um ponto privilegiado da orla. Na área das piscinas naturais (FIGURA 16), principalmente o espaço de areia disponível fica extremamente reduzido na preamar, tendo banhistas, ambulantes e moradores que disputar espaço para caminhar, muitas vezes tendo que realizar os percursos já com os pés na água (FIGURA 17).



FIGURA 17 – Indicação de placa limite para instalação de estruturas para as barracas

Entretanto estes comerciantes ambulantes agem como se a praia fosse uma área privada, onde eles podem impor regras. Desta forma, existem relatos de pessoas que não conseguem armar seus próprios sombreiros em áreas privilegiadas, por sofrerem represálias dos barraqueiros, que justificam a necessidade da liberação do espaço por ser aquela “sua área” de atuação, havendo inclusive cenas de constrangimento reportadas ao Posto de Atendimento Ambiental da vila. Tais atitudes vão de encontro, portanto, às leis ambientais, bem como ao próprio direito do cidadão de usufruir de áreas públicas, como é o caso das praias.

b) Ruas e logradouros

Uma outra questão a ser considerada é a “apropriação”, por parte dos “flanelinhas”⁴⁵ e guardadores em geral das ruas e praças da vila. Consideradas como bens públicos, como especificado anteriormente, as ruas no entanto foram privatizadas. Ao estacionar um carro o visitante é logo advertido da necessidade de pagar o valor estipulado pelos “guardadores”.

Também praças e espaços públicos pouco utilizados vão paulatinamente se tornando “estacionamentos” privados, com a obrigatoriedade dos visitantes de pagar valores entre R\$ 3,00 e R\$ 5,00 (FIGURAS 18 e 19). Isto indica a falta de planos diretores e de gestão eficiente, que aliados deveriam coibir este tipo de ação ilegal por parte dos informais, bem como ordenar o próprio trânsito e estacionamento dos veículos na vila.



FIGURA 18 – Praça não urbanizada da vila



FIGURA 19 – Vias de passagem para as piscinas naturais

⁴⁵ Os “flanelinhas” são indivíduos que – informalmente - se dispõem/ propõem a cuidar dos carros estacionados nas vias públicas.

V - Redução da diversidade dos meios naturais e paisagens

A área de maior interesse para os turistas de Porto de Galinhas é a praia e, especificamente, as piscinas naturais formadas por recifes de corais. Nos períodos de baixa-mar ocorre o afloramento da bancada recifal. De acordo com Giralde (2007, p. 6)

com o afloramento da bancada recifal ocorrem mudanças físicas no ambiente, como o isolamento das ondulações, delimitando a quebra de ondas somente nos pontos da bancada recifal mais afastados da costa, e com isso, o aparecimento de massas de água abrigadas, protegidas e isoladas por ‘paredes’ recifais, formando piscinas e canais naturais.

A formação destas piscinas naturais propicia a uma série de atividades voltadas para o turismo, como banhos de mar, mergulho em apnéia⁴⁶, passeios de caiaqui, passeio de jangada, entre outros. Entretanto, o excesso do número de visitantes têm trazido impactos importantes para a bancada recifal de Porto. Como afirma Fernandes (*apud* GIRALDES, 2007, p. 1) “ao longo da costa Nordeste o ambiente recifal é submetido a fortes pressões antrópicas, devido a atividades de crescimento urbano, processos de sedimentação costeira e às atividades turísticas e de recreação”. O fato de a bancada ser “costeira, localizada à beira-mar, sendo, portanto, de muito fácil acesso” (*ibidem*) dificulta o monitoramento de suas visitas, o que facilita a degradação da área.

A principal pressão exercida sobre este ecossistema, no entanto, está ligada à apreciação das piscinas, local este que pode ser alcançado por meio do tradicional passeio de jangada, ou mesmo a pé na maré baixa (FIGURA 20).



FIGURA 20 – Concentração de turistas no centro da bancada recifal - Fonte: Engmann, 2006

⁴⁶ O mergulho em apnéia é realizado com o auxílio de máscara, nadadeiras e por vezes lastro, no sentido de permitir a visualização do ambiente marinho com o ar dos próprios pulmões, sem ajuda – portanto – de tubos de oxigênio.

Um grande número de pessoas faz visitas à área, provocando graves impactos ao equilíbrio da bancada recifal, principalmente na sua área central, onde existe uma maior concentração de piscinas naturais (FIGURA 21). Por solicitação dos jangadeiros foram demarcadas áreas específicas para visitação turística, sendo proibido o trânsito de pessoas por grande parte da bancada recifal, como informado pelo tracejado branco da figura 23. A área central é, portanto, passível de visitas, sendo proibida a passagem para os espaços mais externos dos corais. Outra medida tomada foi a demarcação de piscinas que estavam sendo afetadas pelo banho dos turistas, principalmente pelos produtos utilizados, como protetor solar ou bronzeador.



FIGURA 21 – Área central demarcada para visitação turística
Fonte: Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente do Ipojuca, 2008

Assim, fica proibido o banho nestas piscinas na maré baixa, sendo no entanto tal ação liberada quando da subida da maré⁴⁷ (FIGURA 22).

⁴⁷ Informação verbal, dada por um fiscal ambiental do Posto de Atendimento Ambiental de Porto de Galinhas. Questionado sobre o documento oficial que institua tal determinação, foi informado que ainda está em processo de aprovação.



FIGURA 22 – Piscinas demarcadas para proibição de banho na maré-baixa.

Fonte: Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente do Ipojuca, 2008

Para Engmann (2006, p. 3)

a atividade turística é realizada de maneira desordenada e com muitos turistas caminhando sobre a bancada recifal, o que pode acarretar mudança na composição da cobertura vegetal e conseqüente mudança na cadeia trófica do ecossistema

Corroborando tal afirmação, dados do Posto de Atendimento Ambiental de Porto de Galinhas mostram a intensa visitação dos turistas. Um acompanhamento é feito pelos fiscais ambientais em determinados períodos do ano, com a finalidade de contabilizar o número de turistas na bancada recifal. Assim, no dia 15 de janeiro de 2006, em plena alta estação, foi feita uma contagem das 9:30 até as 11:30, sendo verificada a visitação de um total de 4.400 pessoas em 3 horas de contagem.

Já no dia 09 de setembro de 2007 foram contabilizados 1.175 turistas. O número inferior em relação ao do dia 15 de janeiro, no entanto, se deveu ao fato de que a maré estava baixa em um horário pouco propício para a visitação turística. A contagem foi realizada das 7 às 11:00, totalizando 4 horas de contagem. Vale ressaltar que deste total, 445 pessoas visitaram a bancada das 10 às 11:00, havendo grande concentração em um horário específico do dia.

Entre os impactos ambientais decorrentes desta freqüência de visitantes estão danos nos corais tanto por pisoteio como por ação dos jangadeiros. Para chegar aos pontos de visita, o nível da maré deve permitir o deslocamento da jangada. Por isso, os jangadeiros fincam

âncoras nos corais, promovendo sua degradação. No momento da maré mais baixa é comum ocorrer de as jangadas estarem localizadas sobre a bancada de arrecifes, o que significam que elas ficam apoiadas sobre os corais (FIGURAS 23 e 24).



FIGURA 23 – Jangadas na bancada recifal de Porto de Galinhas



FIGURA 24 – Jangadas sobre os corais

Fonte: Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente do Ipojuca, 2008

Para Giraldes (2007, p. 143), os dois grandes efeitos do turismo neste ecossistema se referem ao pisoteio da bancada, e a oferta de alimento aos peixes. Em relação a este segundo tópico, Liew (*apud* ENGMANN, 2006, p. 4) verificou que os peixes alimentados artificialmente na Malásia apresentavam características peculiares. O primeiro é o fato de estes serem geralmente maiores do que os da mesma espécie. O segundo é relativo ao comportamento destes animais, que era mais agressivo que sua espécie, chegando a casos de mordidas em turistas que não disponibilizavam de alimento para estes animais.

O lançamento de alimentos no mar também traz problemas relativos à incidência de peixes na bancada recifal. De acordo com os estudos de Engmann (2006, p. 40), a disponibilização de alimentos exógenos aos hábitos alimentares dos peixes tem causado mudanças no equilíbrio ecológico da área. Assim, tem havido uma maior incidência de uma espécie onívora de nome *Abudefduf saxatilis*, na zona de intensa visitação turística, enquanto que no caso das espécies *Acanthurus coeruleus* (herbívoro) e o *Halichoeres brasilienses* (se alimenta de invertebrados móveis) há maior incidência em áreas pouco freqüentadas da bancada recifal.

De acordo com os estudos feitos por Engmann (2006, p. 40), os lugares com maior visitação, no caso na área central da bancada, dois fatores interferem para tal fato. Primeiramente o pisoteio da bancada promove uma redução da cobertura vegetal coralínea, o

que implica na diminuição da quantidade de peixes herbívoros na área. O segundo ponto seria a alimentação artificial destes animais, por meio da disponibilização de comida pelos turistas (FIGURA 25).



FIGURA 25 - Visitantes na praia e nas piscinas naturais de Porto de Galinhas

Fonte: Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente do Ipojuca, 2008.

Para Hawkins *et al* (1999 apud ENGMANN, 2006, p. 45), “a alimentação artificial pode alterar a composição natural da comunidade de peixes influenciando negativamente algumas populações e favorecendo outras”.

Como pôde ser verificado, não são poucos os impactos decorrentes da visitação de turistas mal planejadas em ambiente tão frágil quanto são os arrecifes de corais. É imprescindível, portanto, a elaboração de uma regulamentação da atividade, criando regras e limites para a ida à bancada coralínea de Porto de Galinhas.

VI - Participação da comunidade na tomada de decisões

Um dos pressupostos da sustentabilidade é a inserção da comunidade na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento de seu município/ distrito. Em relação à atividade turística isto se reveste de maior importância pelo fato de os moradores trabalharem – em geral – em contato direto com o visitante. Isto implica dizer que pode haver uma maior

predisposição de sentimentos de desconforto e saturação por parte da comunidade, no caso de o turismo estar sendo desenvolvido fora de parâmetros aceitáveis por este grupo de interessados. Exemplos são, por exemplo, quando os autóctones acreditam que os investimentos são todos canalizados para as obras de melhoria para o turista, em detrimento de interesses básicos como educação do município. A experiência do orçamento participativo é uma forma de eliminar ou minimizar tal percepção.

Também é por meio desta participação que a comunidade cria sentido de propriedade e responsabilidade perante o local e a atividade. Em geral, quando as decisões são estipuladas pelos gestores, os cidadãos se sentem alijados do processo e, por consequência, das responsabilidades advindas das decisões tomadas. Não jogar lixo nas vias públicas, por exemplo, passa a não ser considerada como uma obrigação cidadã, mas sim uma responsabilidade do gestor, do governo.

A inserção da comunidade é imprescindível, e deve ser feita por meio da conscientização da importância da participação e adesão de cada um. Uma das chaves para esta adesão é a informação e educação. Neste sentido, alguns dos indicadores que devem ser estabelecidos para verificar a ocorrência de tal participação são a disponibilidade de informações; o acesso à informação, definindo o número de pessoas que tem acesso e sua frequência a dados relevantes da tomada de decisões; a divulgação das informações; e a ação a partir de tais dados.

Em relação ao ponto estudado, verificou-se uma forte intenção de promover a inserção da comunidade na tomada de decisões. Segundo o assessor⁴⁸ da Secretaria de Turismo do Ipojuca, a localidade conta com cerca de 26 associações e Ong's atuantes, além de outros grupos existentes mas com menor participação nas reuniões dos Conselhos. Aliado a isto, existem dois conselhos no município, responsáveis pela tomada participativa de decisões no local, que são o CONDEMA – Conselho de Meio Ambiente, e o CONTUR – Conselho de Turismo. Tais conselhos são formados por representantes de diversas áreas de interesse, desde pessoas ligadas à comunidade, associação de jangadeiros e artesãos, do setor privado como hotéis e do próprio governo, como representantes das variadas secretarias do município, demonstrando assim a representatividade das determinações das reuniões, que são mensais.

De acordo com o presidente da Ecoassociados, uma das Ong's do local, e também presidente do CONDEMA, um problema verificado é a falta de interesse por parte da comunidade em efetivamente tomar parte das decisões políticas do local. Na tentativa de sanar tal problema, a Câmara de Vereadores lançou a Câmara Itinerante, em janeiro de 2007.

⁴⁸ Informação verbal.

Por meio deste projeto, os vereadores saem de seus gabinetes e se dirigem às diversas localidades do município na intenção de conseguir ouvir a comunidade e seus interesses. Entretanto, assim como as reuniões regulares, também estas da ação itinerante não conseguem adesão dos moradores dos locais visitados, havendo em geral 50 pessoas para cada encontro.

É verificado, portanto, um interesse em promover a inserção dos ipojucanos no debate político do município. Entretanto, também se constatou que não existem canais de informação para esta comunidade. Argüidos sobre isto, ambos os entrevistados informaram serem as associações as responsáveis pelo repasse das informações e decisões tomadas nas reuniões de conselho. Também não existe nenhum ponto para acesso e leitura das atas e documentações elaboradas nestes encontros. Tampouco são tornadas públicas as decisões.

De forma que, apesar do interesse, peca-se pela questão da informação no sentido de estimular e efetivamente promover a inserção da comunidade nas decisões sobre o desenvolvimento do turismo em Ipojuca.

5.2.3 Evidência 3: Percepção da comunidade

Um dos pressupostos do paradigma adotado, o de desenvolvimento sustentável, é a participação e o respeito às comunidades residentes, não apenas com sua inserção nas diversas atividades empreendidas, como também o respeito ao seu ambiente e qualidade de vida. Para verificar a opinião de tal comunidade em relação ao desenvolvimento econômico empreendido na localidade por meio do turismo, foi aplicado um questionário que, para Marconi e Lakatos (2002, p. 98) é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Para a elaboração de tal questionário foi utilizado o “Modelo de Questionário Local”, desenvolvido pela OMT – Organização Mundial de Turismo, disponível no documento *Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos – Guia práctica* (OMT, 2005) (Anexo I). O modelo foi, no entanto, adaptado, com o acréscimo de tópicos relevantes para o estudo, principalmente aqueles referentes ao perfil sócio-demográfico da população argüida (Apêndice II).

Pelo fato de ser esta uma pesquisa desenvolvida por estudante de pós-graduação, com limitações referentes principalmente a tempo e disponibilidade de pessoal para realização das

pesquisas propostas, optou-se por investigar apenas uma parte da população, que foi determinada mediante técnicas estatísticas que definiram a amostra a ser investigada. Para Gil (1999, p. 99) para que uma amostra represente com fidedignidade as características do universo, deve ser composta de um número suficiente de casos. No caso do presente estudo, foi selecionada a amostragem não-probabilística intencional ou por tipicidade, que consiste em “selecionar um subgrupo da população, que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (GIL, 1999, p. 104).

Para a definição do número de questionários a serem pesquisados, algumas questões devem ser colocadas. Primeiramente é importante considerar que, ao levar em consideração a percepção da comunidade local em relação à sustentabilidade do desenvolvimento econômico empreendido na localidade, há que se considerar que sua principal atividade é o turismo. Entretanto tal atividade traz algumas mudanças dentro das estruturas sociais, que inviabilizariam a entrevista aos residentes.

Em geral, o estímulo ao turismo implica na tomada, por parte de empreendimentos turísticos e casas de segunda residência, dos espaços dos destinos turísticos. Assim, os primeiros moradores vão paulatinamente vendendo seus terrenos, e migrando para pontos mais afastados das áreas centrais do destino. Desta forma, questionou-se a validade da pesquisa junto a moradores, optando-se, no lugar, por fazer consultas a indivíduos que dependem e vivem da atividade econômica desenvolvida no local, mas que não necessariamente ali residam. Para delimitar tal universo, utilizou-se os dados do documento Agenda 21 do Município do Ipojuca, que especificou haver, no ano de 2000, 2.308 empregados no setor de serviços em Ipojuca (ver Quadro 3).

QUADRO 3: Número de empregados/ estabelecimentos do setor de serviços relativo ao total.

Ano	N. de Empregados			N. de Estabelecimentos		
	Serviços	Total	Ser / Tot	Serviços	Total	Ser / Tot
1997	1.051	9.450	0,11	67	210	0,32
1998	1.269	9.198	0,14	87	266	0,33
1999	1.314	8.992	0,15	110	292	0,38
2000	2.308	8.715	0,27	127	327	0,39

Fonte: Agenda 21 de Ipojuca, 2004

O dado, que tem como fonte a Condepe – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (*apud* AGENDA 21 IPOJUCA, 2004), indica a existência de um total de

8.715 empregados no total, implicando em percentagem de 27% da população empregada no município de Ipojuca trabalhando junto ao setor de serviços, setor este diretamente ligado ao turismo. Na identificação da amostra, Gil (1999, p. 105) indica quais são os pontos fundamentais para a determinação do tamanho da amostra. São eles: amplitude do universo, nível de confiança estabelecido (σ), erro máximo permitido (e), percentagem com que o fenômeno se verifica (p).

Ele ainda agrega a Percentagem Complementar (q), que se refere a $100 - p$ (percentagem em que o fenômeno se verifica). A amplitude do universo vai definir que tipo de fórmula para o cálculo deve ser utilizada, havendo diferença entre os universos finitos (até 100.000 elementos) e os infinitos (mais de 100.000 elementos). No caso do presente estudo, é um universo finito, num total de 2.308 elementos considerados como o tamanho da população analisada (N). A fórmula para o cálculo de amostras para população finita é:

$$n = \frac{\sigma^2 p.q.N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 p.q} \quad (1)$$

Onde:

n = Tamanho da amostra

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = Percentagem complementar

N = Tamanho da população

e^2 = Erro máximo permitido

$$n = \frac{2^2 27.73.2308}{5^2 (2308 - 1) + 2^2 27.73} = \frac{4. 1971. 2308}{25 . 2307 + 4 . 1971}$$

$$n = \frac{18196272}{65559} = 277$$

Para os valores especificados acima, algumas explicações são importantes. Em relação ao desvio-padrão, foram selecionados 2 desvios- padrão, trabalhando-se assim com um nível de confiança de 95,5%. Para o erro máximo, que indica que os resultados obtidos em uma pesquisa não são rigorosamente exatos em relação ao universo de onde foram extraídos,

trabalha-se normalmente com uma estimativa entre 3 e 5% de erro. Para o presente estudo, foi selecionado 5% de erro. Finalmente, em relação à percentagem em que o fenômeno se verifica, o dado 27% foi retirado de dados do Condepe, de acordo com o Quadro 01.

Por fim, o número de questionários a serem aplicados para a comunidade será no total de 277. Tais questionários serão aplicados junto a empregados formais e informais da Vila de Porto de Galinhas, principal ponto de prestação de serviços e concentração de empreendimentos voltados para o turismo de Ipojuca.

A primeira parte da pesquisa visa a identificação do perfil dos entrevistados. Como esta parte contou com a escolha entre muitas opções, o gráfico em pizza foi considerado inadequado. Por isso, optou-se pela tabela pra esta primeira parte dos resultados.

O primeiro ponto de interesse foi relativo ao local de residência dos pesquisados, no sentido de verificar que outros municípios estariam se beneficiando do desenvolvimento do turismo em Porto de Galinhas. Um dos comentários feitos, por exemplo, pelo assessor⁴⁹ do Diretor de Turismo foi que 95% da comunidade economicamente ativa de Nossa Senhora do Ó depende dos empregos de Porto, principalmente nos períodos de entressafra da cana-de-açúcar. Mas que também outras áreas como Ipojuca, Camela e Cabo eram pontos emissores de mão-de-obra para Porto de Galinhas.

Dentro dos que foram questionados, 52,4 % foram de Porto de Galinhas, 34,9% de Nossa Senhora do Ó e 3,9% de Ipojuca – Centro, o que dá um total de 91,2% dos pesquisados fazendo parte do município de Ipojuca. Os demais são moradores de cidades variadas que vão à Porto para trabalhar (TABELA 1).

TABELA 1: Local de Residência

Origem dos Profissionais	Frequência	Porcentagem
Belo Horizonte - MG	1	0,4%
Cabo de Santo Agostinho	6	2,6%
Escada	1	0,4%
Gravatá	3	1,3%
Ipojuca - Centro	9	3,9%
Maracaípe	2	0,9%
Nossa Senhora do Ó	80	34,9%
Paulista	1	0,4%
Porto de Galinhas	120	52,4%
Recife	6	2,6%
TOTAL	229	100,0%

Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

⁴⁹ Informação verbal.

Em relação ao sexo, pôde-se verificar que a maior parte das pessoas contratadas para a área de serviços é do sexo feminino, com 64,2%. Uma questão pode ter interferido neste dado. Em termos de disponibilidade as mulheres se mostravam mais receptivas a responder ao questionário. Isto também porque em geral os homens trabalham como autônomos (bugueiros, jangadeiros, taxistas) ou como garçons, e alegavam não ter tempo para dedicar ao questionário (TABELA 2).

TABELA 2: Sexo

Sexo	Frequência	Porcentagem
Feminino	147	64,2%
Masculino	82	35,8%
TOTAL	229	100,0%

Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

A mão-de-obra de Porto é formada essencialmente por pessoas jovens, tendo 60,3% dos trabalhadores na idade entre 18 a 29 anos. 17,5% tem entre 36 e 52 anos, e somente 0,2% dos entrevistados tinham acima de 52 anos (TABELA 3).

TABELA 3: Idade

Idade	Frequência	Porcentagem
De 12 a 17	11	4,8%
De 18 a 23	67	29,3%
De 24 a 29	71	31,0%
De 30 a 35	38	16,6%
De 36 a 41	16	7,0%
De 42 a 47	15	6,6%
De 48 a 52	9	3,9%
Acima de 52 anos	2	0,9%
TOTAL	229	100,0%

Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Pôde ser verificado que a atividade turística, em geral, contrata funcionários que sejam alfabetizados. Apenas 1 pessoa das entrevistadas era analfabeta (0,4% no tópico “Outros”), enquanto que 49,3% disseram ter o segundo grau completo.

Há uma baixa incidência de pessoas com nível superior, o que pode significar a baixa qualificação da comunidade (TABELA 4).

TABELA 4: Nível de escolaridade

Escolaridade	Frequência	Porcentagem
Ensino Fundamental Incompleto	31	13,5%
Ensino Fundamental Completo	22	9,6%
Ensino Médio Incompleto	34	14,8%
Ensino Médio Completo	113	49,3%
Nível Técnico	1	0,4%
Nível Superior Incompleto	17	7,4%
Nível Superior Completo	8	3,5%
Pós-graduação	2	0,9%
Outros	1	0,4%
TOTAL	229	100,0%

Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Em relação à ocupação dos pesquisados, 45,4% têm sua situação regularizada, sendo contratados formalmente. A maior parte do público pesquisado entre os empregados formalizados era de vendedores⁵⁰, garçons de lanchonetes, cafés e restaurantes, funcionários da recepção de pousadas da vila, agentes de viagem e instrutores de mergulho. Uma das reclamações constantes dos pesquisados era relativa à não observância de regras e leis trabalhistas, sendo eles obrigados a trabalhar até o momento em que tenha cliente na loja ou lanchonete, fazendo hora extra sem recompensa por isto. Talvez este seja o principal motivo de contratação de funcionários mais novos (TABELA 5).

TABELA 5: Ocupação

Ocupação Atual	Frequência	Porcentagem
Autônomo	68	29,7%
Contratado temporário	22	9,6%
Empregado não-formalizado	28	12,2%
Empregado formalizado	104	45,4%
Outros	7	3,1%
TOTAL	229	100,0%

Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

⁵⁰ Entre os empreendimentos visitados estão farmácias, lojas de artesanato, lojas de roupa, supermercados, entre outros.

Entre os autônomos, segundo maior grupo entre os pesquisados com 29,7%, estavam bugueiros, jangadeiros, taxistas, alguns proprietários de empreendimentos (loja e lanchonete), um músico, artesãos e ambulantes da praia em geral (vendedores de alimentos e artesanato).

A diversidade de atividades faz crer nas múltiplas possibilidades que a atividade traz em termos de geração de emprego e renda. Já analisando conjuntamente o tópico relativo ao nível de renda, verificou-se, apesar da grande necessidade de mão-de-obra gerar empregos, desde formais até informais, a realidade é que os salários são baixos.

Entre os formalmente empregados, como vendedores, a maioria informou receber um salário mínimo⁵¹ mais comissões, chegando o valor total a uma média de R\$ 410,00.

TABELA 6: Nível de renda

Nível de Renda	Frequência	Porcentagem
Até R\$ 379,00	32	14,0%
De R\$ 380,00 a R\$ 759,00	143	62,4%
De R\$ 760,00 a R\$ 1.519,00	30	13,1%
De R\$ 1.520,00 a R\$ 2.279,00	6	2,6%
De R\$ 2.280,00 a R\$ 3.039,00	5	2,2%
Acima de R\$ 3.040,00	6	2,6%
Não responderam	7	3,1%
TOTAL	229	100,0%

Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Os 3,1 % dos que não aceitaram responder foram formados, basicamente, pelos poucos proprietários e pessoas em cargo de gerência que aceitaram participar da pesquisa. Houve também um grande número de negativas por parte dessas pessoas e especificamente dos jangadeiros para responder ao questionário.

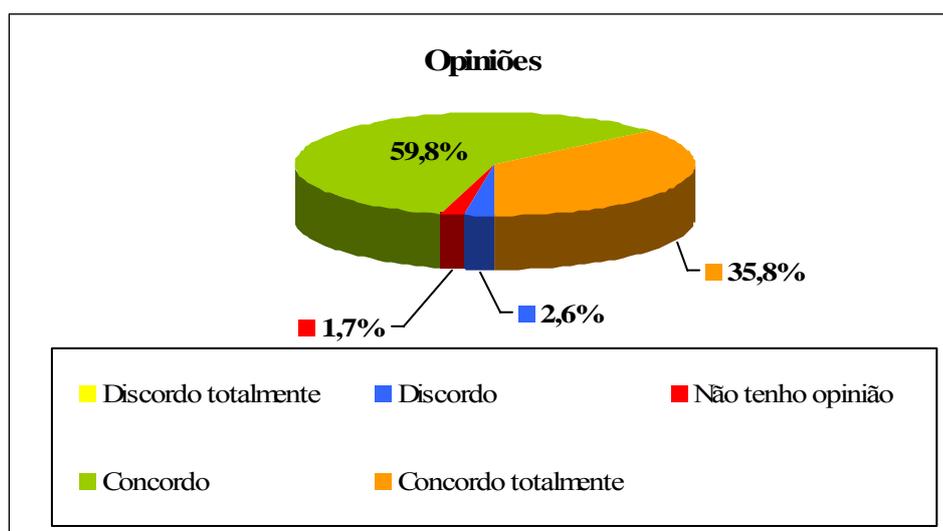
De acordo com o assessor da Diretoria de Turismo do Ipojuca, tal atitude se deve à desconfiança de que tal pesquisa tivesse algum cunho político. Entre aqueles que ganham entre R\$ 1.520,00 até acima de R\$ 3.040,00 estão basicamente os bugueiros, jangadeiros e proprietários que aceitaram participar da pesquisa (7,5%). Uma observação feita por muitos entrevistados é que os moradores de Porto, em geral, não aceitam os trabalhos formais, em lojas e restaurantes. Normalmente são eles os responsáveis por barracas de praia, jangadas e bugues.

⁵¹ Considerando que o salário mínimo, no período desta pesquisa, está fixado no valor de R\$ 380,00.

Uma segunda etapa da pesquisa se refere à percepção da comunidade em relação à atividade turística. Iniciada com a frase “indique sua opinião com respeito às seguintes afirmações”, o questionário é seguido de uma escala social, com a opção de neutralidade entre as opiniões de discordo, discordo totalmente, concordo e concordo totalmente. Esta questão, bem como a seguinte, tem a função de verificar o posicionamento do indivíduo pesquisado em relação à atividade turística.

Como pôde ser verificado, a grande maioria acredita que tal atividade traz benefícios para a comunidade especificamente, e para o município de Ipojuca como um todo. Acrescido dos que concordaram inteiramente, dando ênfase a tais benefícios, um total de 95,6 % acreditam que o turismo é benéfico para o local. Importante considerar que nenhum dos argüidos disse discordar totalmente de tal afirmação, bem como um número pequeno de pessoas discordou de tal frase (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3: O turismo traz benefícios para esta comunidade



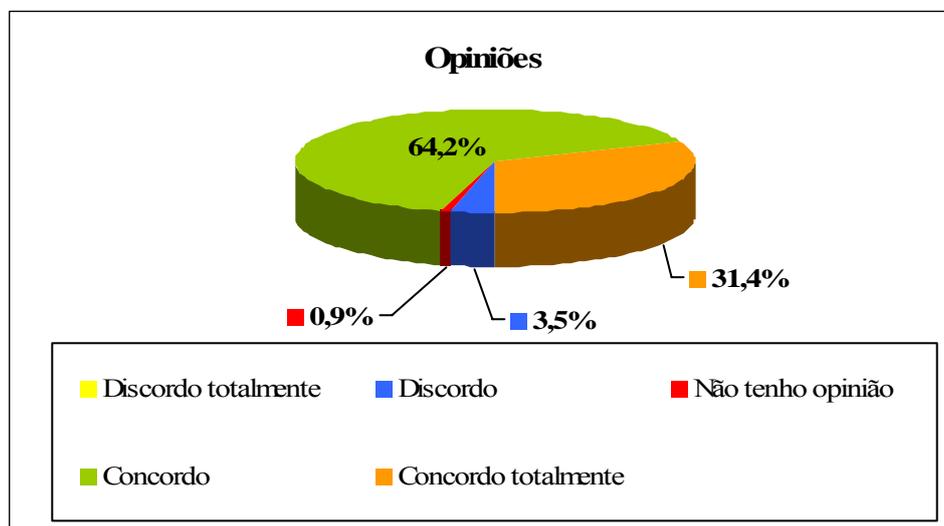
Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Em relação ao sentimento pessoal do pesquisado na interação dele com o turismo, 95,6% consideraram serem favorecidos pela atividade. Esta alta incidência pode ter ocorrido pelo fato de que todos os indivíduos abordados eram pessoas que tinham seu meio de vida garantido pela atividade.

Mesmo assim, 3,5 % dos pesquisados discordaram da afirmação, alegando os problemas referentes à grande quantidade de pessoas e o excesso de trabalho.

Apesar de obter um total igual ao da questão anterior, pode-se verificar que a concordância veemente foi menor em relação ao tópico passado (GRÁFICO 4).

GRÁFICO 4: A mim, pessoalmente, o turismo beneficia



Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

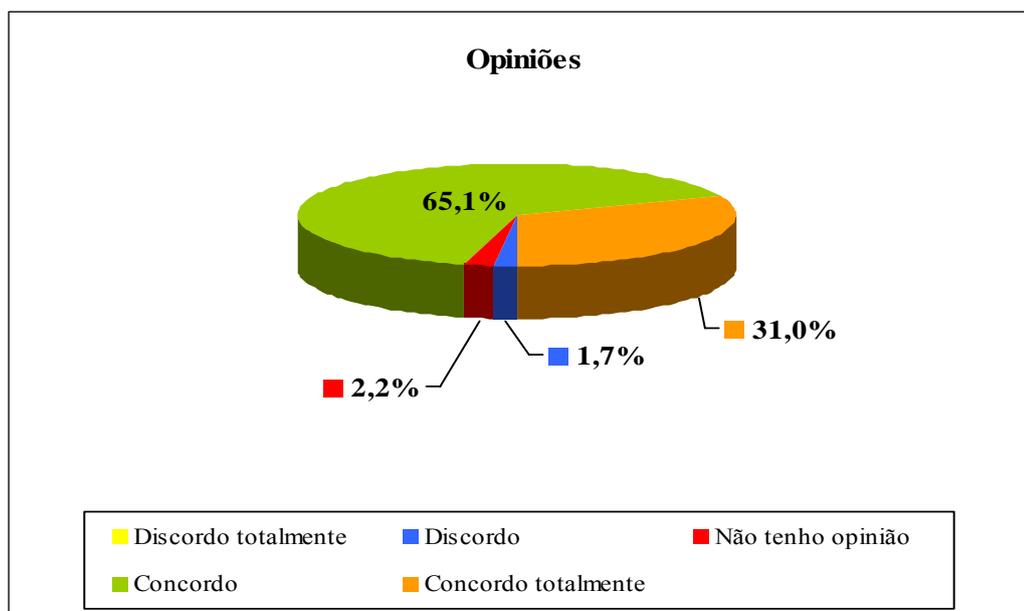
As nove questões seguintes se referem especificamente aos efeitos, e portanto aos impactos do turismo. A finalidade desta parte é verificar até que ponto os moradores conseguem relacionar o turismo com os impactos – tanto positivos quanto negativos – que a atividade promove. O direcionamento inicial é “nesta comunidade/ região o turismo tem os seguintes efeitos”. A partir daí são feitas afirmações, que foram respondidas por meio da mesma escala social anterior.

Corroborando a percepção generalizada de que o turismo gera emprego e renda, 96,1% dos entrevistados consideraram a atividade turística uma importante fonte de trabalho para o município e para os moradores da localidade, dos quais 31,0% acreditam nesta afirmação totalmente. Apenas 1,7% não concorda com a frase acima. É fundamental, no entanto, considerar que, apesar de ser uma garantia de emprego, o turismo também traz a descaracterização de aspectos relativos a atividades tradicionais antes desenvolvidas pelos autóctones.

Em um estudo realizado em 2004 Alcântara (2004 *apud* ENGMANN, 2006, p. 40) constatou que um dos efeitos do incremento turístico em Porto de Galinhas foi a evasão da mão-de-obra voltada para a atividade pesqueira.

Neste estudo 76% dos argüidos afirmaram que houve um abandono em massa de sua categoria profissional por dois motivos: a busca por melhores rendimentos junto ao turismo, e a queda de produtividade das pescarias (GRÁFICO 5).

GRÁFICO 5: Cria trabalho para os residentes locais



Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

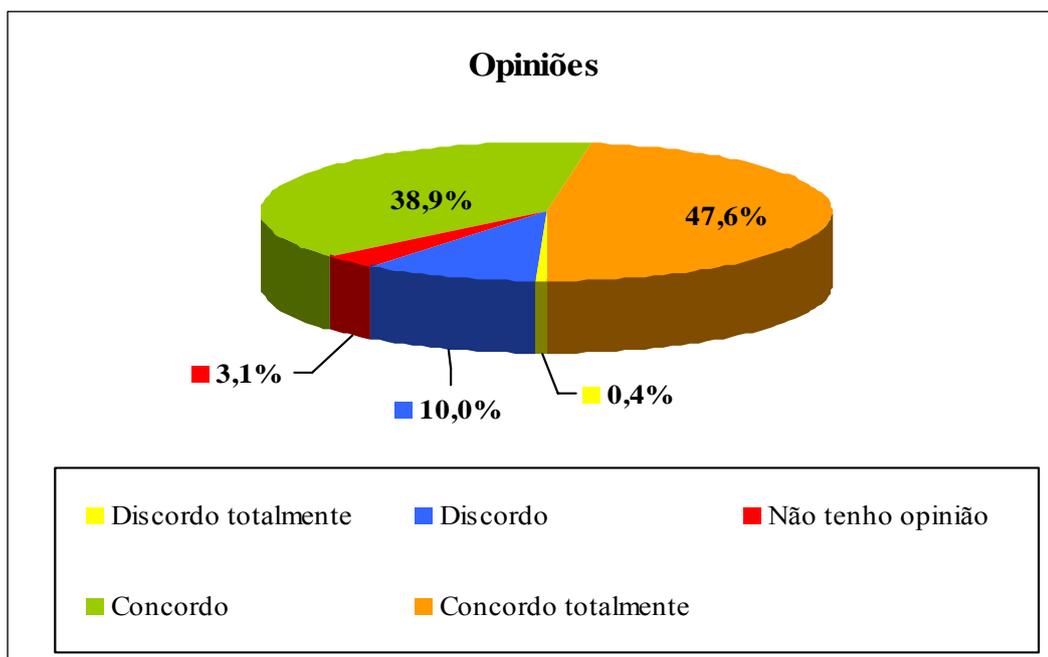
Apesar de gerar emprego, e garantir o sustento de muito, o turismo também traz problemas. Em estudos sobre os impactos da atividade, é verificado que uma de suas primeiras conseqüências é o aumento de preços de produtos, não somente para os turistas, como também para os moradores. O aumento da demanda, bem como a percepção de que o viajante dispõe de dinheiro para gastar faz com que os comerciantes em geral queiram aumentar sua margem de lucro.

Entretanto, encarecer os produtos para os turistas também significa aumentar os preços para os residentes que, em geral, tem salários baixos, diferentemente dos visitantes que podem dispor de parte de seus ganhos para atividades de lazer. Em Porto de Galinhas 86,5 % dos indivíduos abordados consideraram que o turismo promove o aumento de preços dos produtos na localidade.

Destes, 47,6 %, quase metade do total pesquisado, concorda totalmente com esta afirmação. As comparações entre os preços são feitas com cidades e distritos próximos, como Cabo, Ipojuca e Nossa Senhora do Ó, confirmando que a diferença está baseada no fato de

Porto de Galinhas ser um ponto turístico, e não a outros fatores, como transporte ou necessidade de importação do produto (GRÁFICO 6).

GRÁFICO 6: Provoca o aumento de preços dos produtos

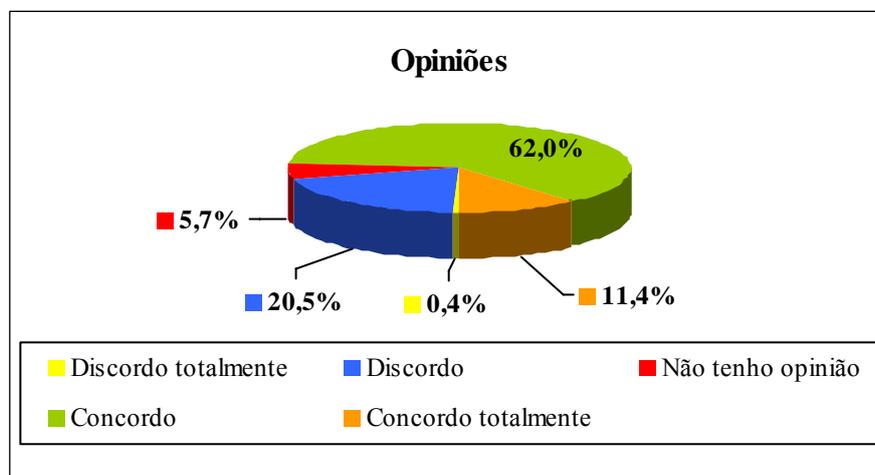


Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Para que sejam vendáveis e interessantes desde o ponto de vista mercadológico, os destinos turísticos devem dispor de infra-estrutura básica e turística. Assim, os acessos, o sistema de comunicação, eletrificação e abastecimento de água são considerados itens indispensáveis, bem como projetos paisagísticos e melhorias nas áreas urbanizadas devem ser focalizados pelo poder público.

Em geral esta necessidade se torna a maior motivação para obras de melhorias infra-estruturais em cidades de menor porte que, em geral, carece de tais elementos. No caso do ponto estudado, 73,4% dos pesquisados acreditam ter havido maior agilidade na consecução de serviços essenciais por causa da atividade turística. 20,5% discordam, defendendo que se o turismo fosse um estímulo importante, o saneamento básico da cidade e o abastecimento de água pela COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento já estariam em funcionamento na vila (GRÁFICO 7). Neste aspecto, é importante pontuar que o local passou a ter abastecimento de água encanada em novembro de 2007. Em relação ao saneamento, não existe coleta do esgoto, que é coletado em fossas sépticas, ou despejado no rio Merepe

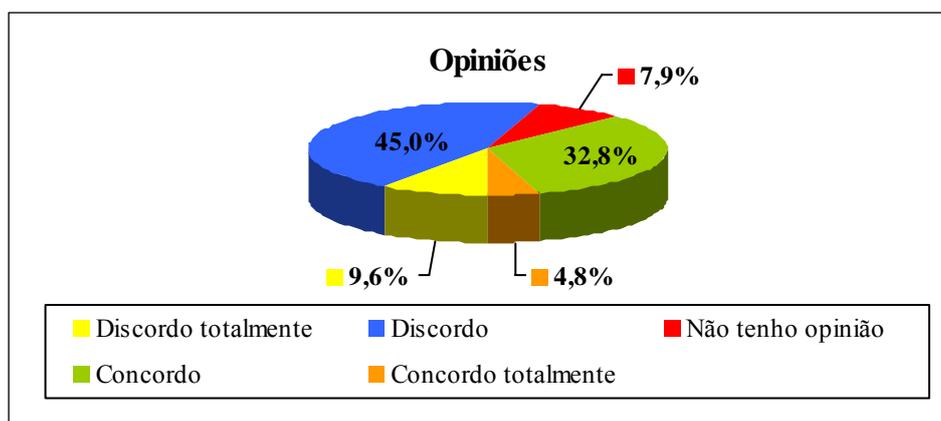
GRÁFICO 7: Contribui para que a comunidade consiga melhoria de serviços essenciais (água, luz, etc)



Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Diferentemente da maior parte das questões anteriores, esta foi marcada por um certo equilíbrio entre as opiniões. Nela 55,6% dos entrevistados acredita não haver aumento da delinqüência por conta do turismo. Já para 37,6% o turismo é sim fator estimulador do aumento da delinqüência (GRÁFICO 8). Como especificado na Evidência 1, tópico II, os números indicam a veracidade da afirmação. Acredita-se que os entrevistados podem não ter esta percepção por não serem eles o foco dos delinqüentes, já que os alvos são os turistas. Para alguns não há a divulgação de ocorrências no local com a finalidade de não espalhar o medo entre os turistas, e assim desestimular os fluxos para Porto de Galinhas. Outro ponto citado nas entrevistas foi relativo ao aumento da prostituição e do consumo e tráfico de drogas no local. Estes temas, no entanto, não foram questionados junto à 43ª Circunscrição de Porto de Galinhas.

GRÁFICO 8: Aumenta a taxa de delinqüência

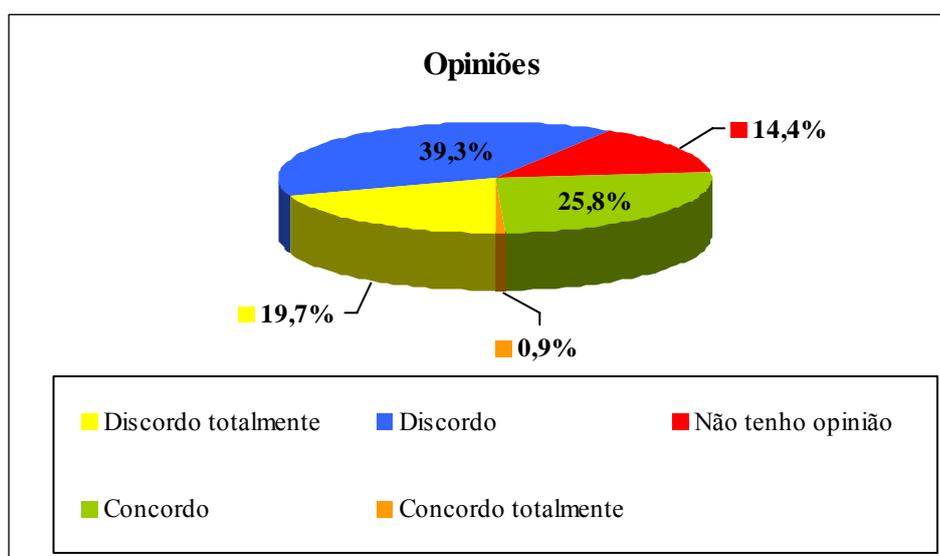


Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

O gráfico abaixo dá informações relevantes sobre o estímulo à participação da comunidade na tomada das decisões que se referem ao desenvolvimento do turismo no local. Dos participantes da pesquisa, 59% discordam que o turismo tenha promovido ou estimulado esta participação. Destes quase 20% (19,7%) afirmaram veementemente não haver qualquer tipo de estímulo neste sentido.

Contrariamente 26,7% acreditam que há uma tentativa de inserção da comunidade neste processo. É importante pontuar que este foi o segundo maior número de respostas neutras – com 14,4% de pessoas afirmando não ter opinião – entre as perguntas do questionário. Entre os que concordam com a afirmação (26,7%), muitos disseram que havia o estímulo por meio de reuniões, mas que não havia interesse e adesão por parte dos ipojucanos, o que vem a confirmar o informado pelo presidente do CONDEMA.

GRÁFICO 9: Promove a participação da comunidade na tomada de decisões para o desenvolvimento da atividade

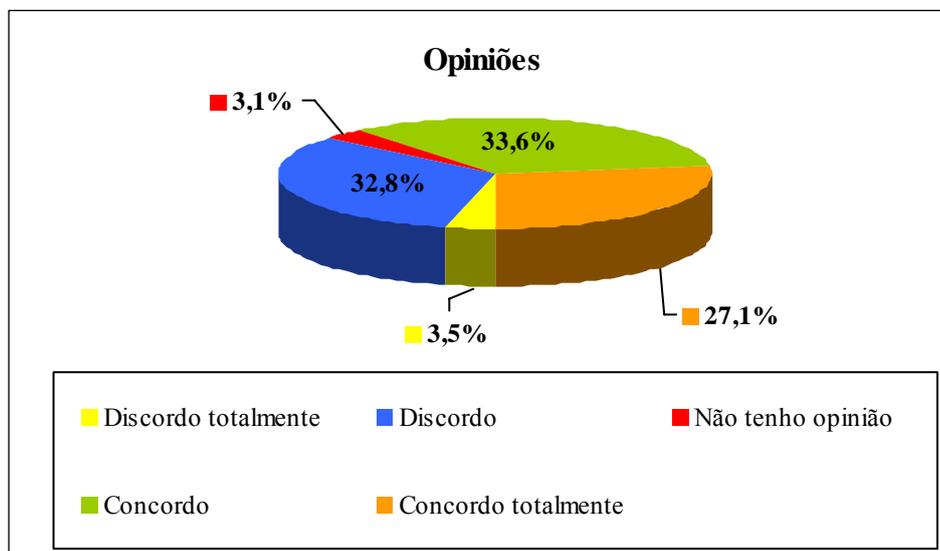


Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Em relação aos danos ambientais provocados pelo turismo, 60,7% acreditam ser o turismo uma causa de danos. Verificou-se, nesta questão, que não havia uma boa compreensão do termo, sendo ele relacionado apenas a problemas no ambiente natural, como a praia e poluição. Assim, a poluição visual causada pelo excesso de placas e anúncios, o lixo na rua e nas praias, o esgoto a céu aberto, as favelas na periferia da vila, nada disso era considerado como meio ambiente para os pesquisados. Desta forma, 36,3% informaram não

acreditar na possibilidade de o turismo ser um agente de degradação ambiental (GRÁFICO 10).

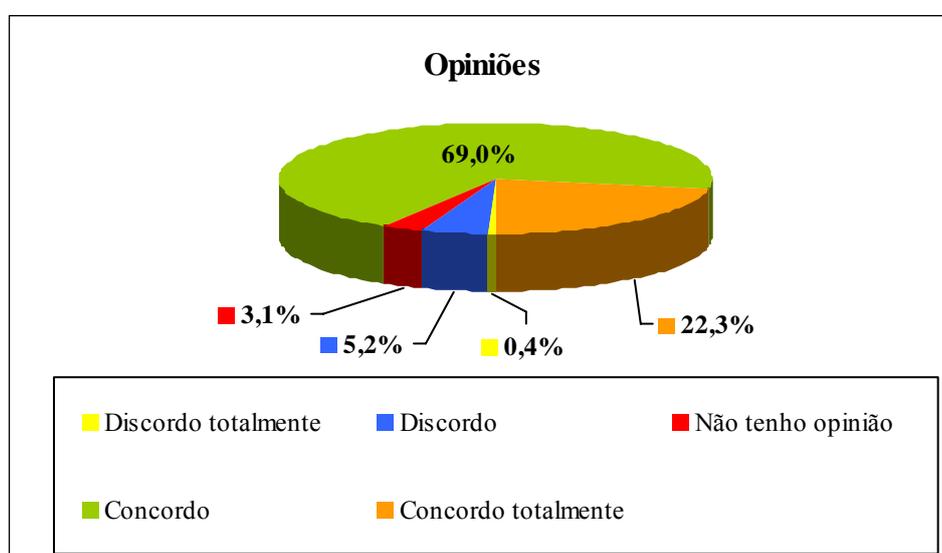
GRÁFICO 10: Danifica o meio ambiente



Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

A maioria esmagadora dos pesquisados confirmou ser o turismo um estimulador do artesanato. Assim, 91,3% acreditam que o artesanato e a cultura local foram impulsionados pelo turismo. O artesanato é alvo de interesse por parte de muitos turistas por ser uma forma de levar uma recordação do lugar, o que faz com que uma demanda contínua por peças e recordações movimente um mercado de artesanato consistente. Já em relação à questão cultural, muitos afirmaram que este tópico não faz parte desta dinâmica, não sendo – portanto – estimulado de nenhuma forma (GRÁFICO 11).

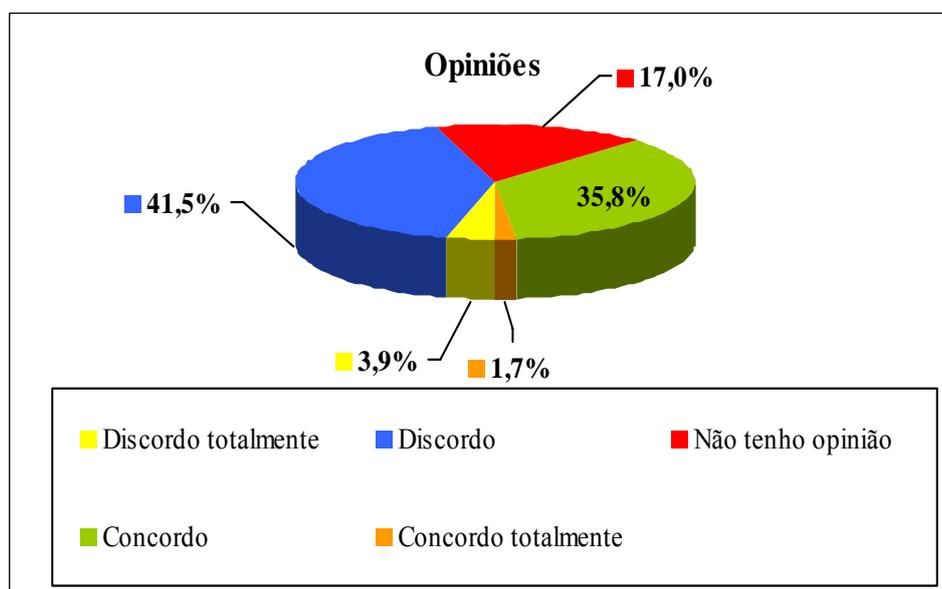
GRÁFICO 11: Estimula o artesanato e a cultura local



Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Apesar do forte apelo econômico da atividade, 45,4% dos entrevistados não acreditam que o dinheiro produzido pelo turismo fique no local. Dentre os que tiveram esta opinião, muito afirmaram que apenas os donos dos empreendimentos ou de grandes hotéis é que realmente tinham condições de lucrar com a atividade. Houve também muita descrença em relação ao poder público, com indicações e acusações sobre corrupção e má gestão do dinheiro público. Assim mesmo, uma parcela significativa de pesquisados (37,5%) afirmaram acreditar na retroalimentação proporcionada pela atividade, sendo os lucros provenientes de sua existência reinvestidos na própria comunidade. 17% informou não saber opinar sobre o tema (GRÁFICO 12).

GRÁFICO 12: O dinheiro que o turismo gera fica na própria comunidade



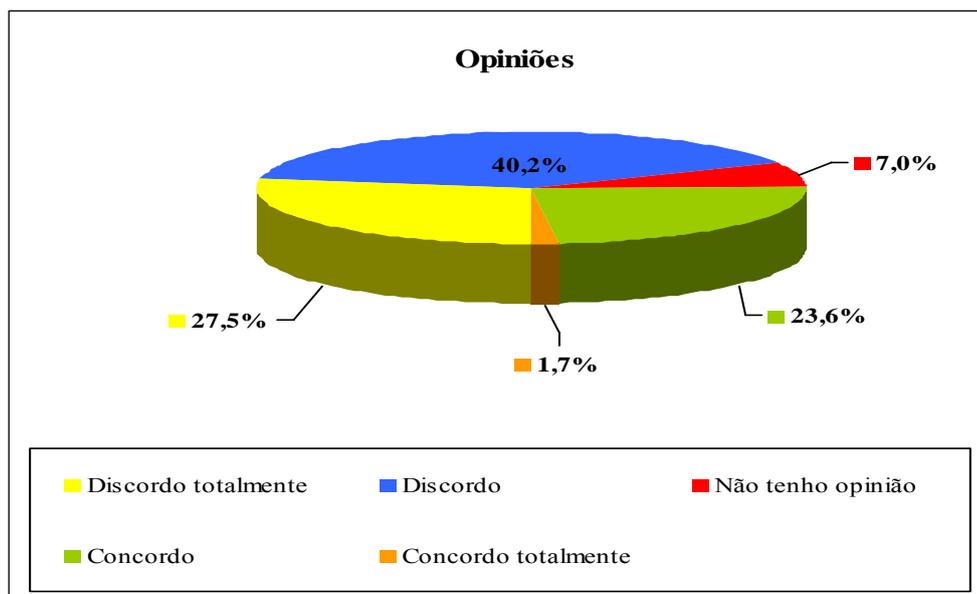
Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Ao serem questionados sobre informações relativas a problemas e impactos ambientais resultantes da atividade econômica de maior força na área, quase 70 % dos pesquisados (67,7%) afirmaram não haver divulgação de informação sobre o tema. Destes, 27,5% concederam não haver nenhum tipo de informação, discordando totalmente da frase.

É válido, neste tópico, questionar se realmente não são dadas as informações, ou se não há interesse por parte dos ipojucanos e trabalhadores, no momento em que existem reuniões mensais do CONDEMA onde podem ser levantadas dúvidas sobre impactos reais ou potenciais.

Em contraposição, 23,6% dos participantes afirmaram haver notificações, bem como 1,7% concordaram totalmente com tal assertiva (GRÁFICO 13).

GRÁFICO 13: Os impactos ambientais decorrentes da atividade turística são informados à comunidade



Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Questão polêmica entre os moradores, a pergunta relativa à igualdade de acesso aos espaços teve quantidade equilibrada de respostas.

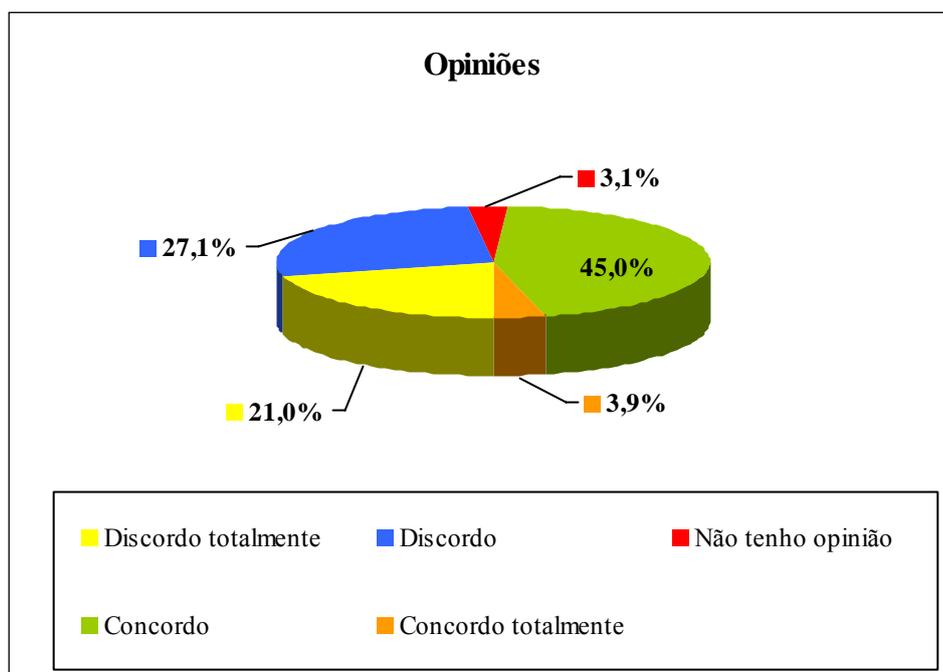
Dentro da área de discordância, 27,1% discordou, enquanto 21,0% discordou efusivamente, informando não haver igualdade de direitos e acesso, totalizando 48,1 % de pessoas que discorda da proposição. Para os que concordam, 45% dizem que os residentes têm sim acesso aos pontos utilizados pelos turistas, ao passo que 3,9% concorda totalmente com tal assertiva.

Uma observação, no entanto, deve ser feita. Em primeiro lugar, houve a percepção de uma certa indignação - por parte dos autóctones - em serem indagados sobre a possibilidade de não haver uma igualdade entre eles e os turistas. Neste caso, afirmavam efusivamente a veracidade da frase acima.

No entanto muitos deles complementavam sua resposta, fazendo a ressalva de que poderiam ir aos mesmos lugares, desde que tivessem dinheiro para tal. Na ala dos que discordaram, a grande maioria dava como justificativa esta mesma informação.

Desta forma, pode-se indagar até que ponto as respostas refletem a realidade em relação a esta idéia de igualdade entre autóctones e turistas (GRÁFICO 14).

GRÁFICO 14: Os residentes locais têm fácil acesso às zonas utilizadas pelos turistas



Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

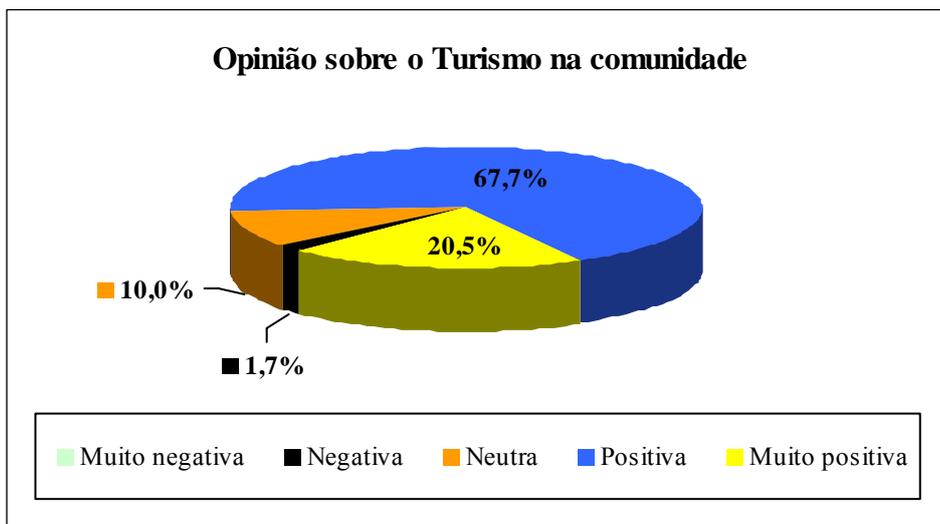
Verificados os efeitos e impactos do turismo, as três questões que fecham o questionário tentam então coletar uma visão geral da atividade, bem como a receptividade do autóctone em relação ao estímulo ao seu desenvolvimento no local.

A última questão, em específico, foi colocada no sentido de averiguar quais seriam as maiores preocupações dos indivíduos em relação a esta atividade econômica. Como se tratou de uma pergunta aberta, as várias possibilidades foram inseridas dentro de uma das três dimensões da sustentabilidade: social, econômica e ecológica.

Foi unânime a percepção positiva em relação à atividade turística. Considerando que dos 88,2% que têm esta visão, 20,5% consideram o turismo como muito positivo, pode-se depreender que apesar dos impactos verificados os positivos se sobressaem em relação aos negativos. 10,0% não quis opinar.

E um dado importante de considerar é que um percentual mínimo de autóctones julgou ser ela negativa. Não houve nenhuma pessoa que a considerasse muito negativa. O turismo, portanto, é entendido como a principal atividade econômica da localidade, devendo inclusive ser estimulada (GRÁFICO 15).

GRÁFICO 15: Em geral, qual a sua opinião sobre o Turismo em sua comunidade?

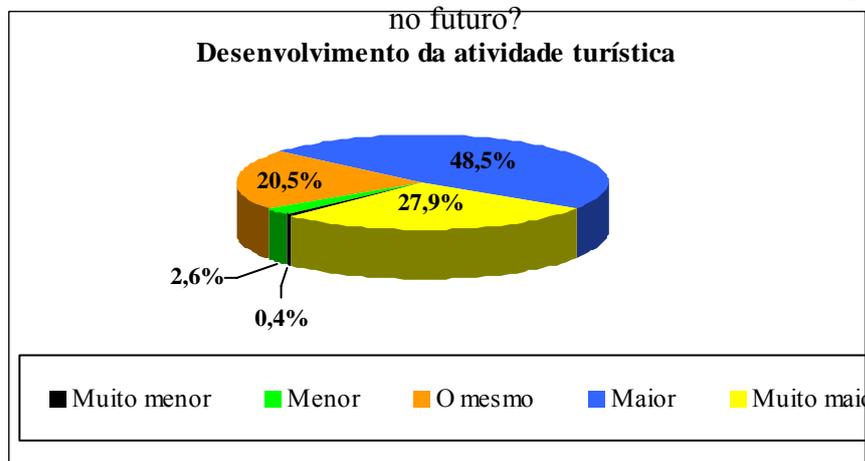


Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Na questão seguinte (GRÁFICO 16), 76,4% das pessoas disseram que deveria haver um estímulo ainda maior ao desenvolvimento do turismo em Porto de Galinhas. Destes, quase 30% (27,9%) consideraram que deveria haver um estímulo redobrado ao crescimento da atividade, principalmente por terem a consciência de que a existência de postos de emprego dependem da demanda pelos serviços que prestam.

Já os 20,5%, que desejariam a permanência do atual estágio de desenvolvimento, indicam já algum tipo de noção de saturação da capacidade de carga do local. Eles alegavam que mais importante do que crescer e trazer novos empreendimentos seria cuidar do que já existe, melhorando a infra-estrutura do local, e viabilizando uma maior qualidade no atendimento ao turista.

GRÁFICO 16: O Sr. (a) desejaria um maior ou menor desenvolvimento da atividade turística em sua comunidade ou região no futuro?



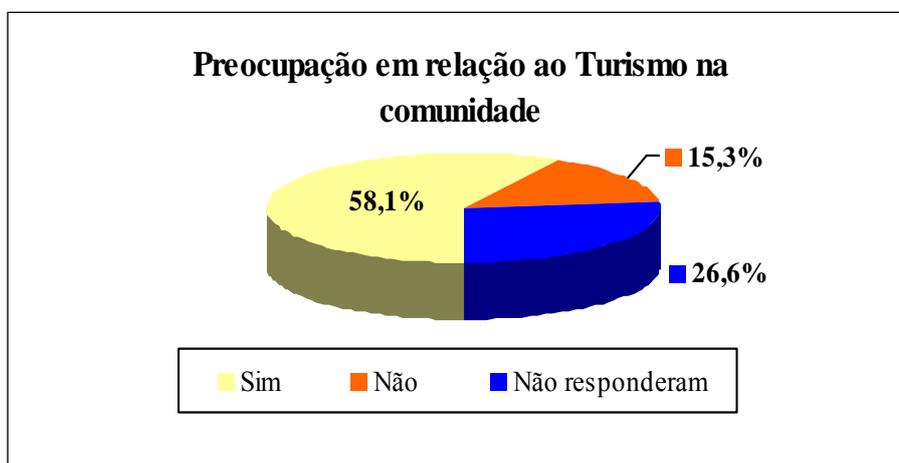
Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Apenas 3,0% dos entrevistados disseram que o turismo deveria passar por um processo de regressão, por meio da diminuição do número de turistas e empreendimento. Destes, apenas 0,4% indicam completa insatisfação em relação aos rumos que o desenvolvimento da atividade vem tomando.

Por fim, a última questão se refere às preocupações do indivíduo em relação ao turismo. A questão foi aberta no sentido de dar total liberdade ao autóctone de dar sua opinião em relação a tal ponto. Desta forma, 58,1% consideram haver algum tipo preocupação em relação ao turismo na comunidade. Muitas ficavam em dúvidas sobre esta pergunta, e diziam que não tinham opinião formada, e que portanto não queriam responder.

Apenas 15,3% das pessoas afirmaram não ver nenhum tipo de preocupação relacionada ao turismo, o que indica que apenas esta quantidade de indivíduos parece ter certeza de que os turistas e toda a sua dinâmica não traz nenhum tipo de problema merecedor de considerações (GRÁFICO 17).

GRÁFICO 17: O Sr (a) tem alguma preocupação em relação ao desenvolvimento da atividade turística em sua comunidade?

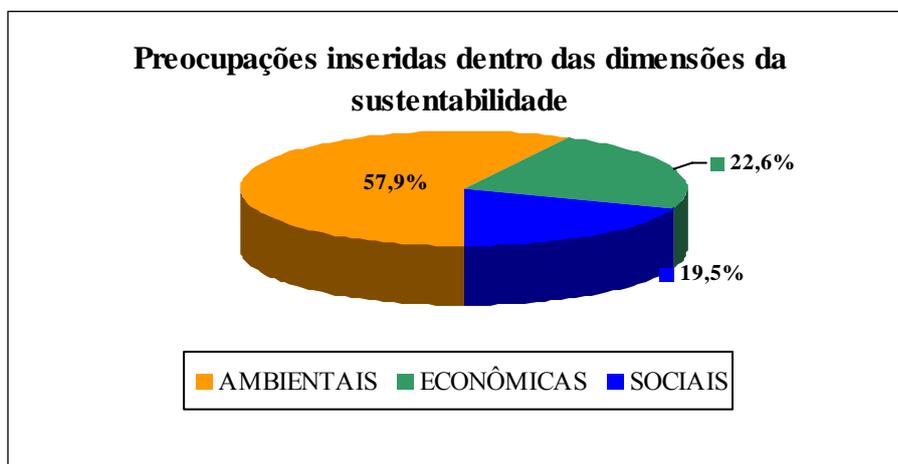


Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Os 58% do total, o que significa 133 pessoas dos 229 entrevistados, puderam ao final pontuar suas preocupações. Muitos, inclusive, diziam mais de uma preocupação. Não desconsiderando sua importância, já que todas as opiniões são fundamentais, optou-se, para fins da elaboração de um gráfico que pudesse transmitir as opiniões, agregá-las dentro das três dimensões da sustentabilidade: temas ambientais, sociais e econômicos, sendo, por este

motivo, solicitado que o participante escolhesse uma que fosse considerada de maior relevância (GRÁFICO 18).

GRÁFICO 18: Caso a resposta seja afirmativa, qual seria?



Fonte: Pesquisa direta, janeiro de 2008

Desta forma, 57,9 % citaram tópicos ligados a problemas ambientais, totalizando 77 itens. O mais citado, com 44 opiniões (ou cerca de 57% dos 77) foram referentes à degradação ambiental. Apesar de não terem sido contabilizadas separadamente as diversas formas de degradação pontuadas, sem dúvida a mais citada foi referente às piscinas naturais e sua massiva visitação. O segundo tópico mais citado foi a melhoria da infra-estrutura da área, com 17 pessoas informando ser esta sua maior preocupação (22 % do total). Para estes trabalhadores são urgentes melhorias em elementos como esgotamento sanitário, vias de acesso, segurança, saúde, entre outros. A partir daí, vários outros pontos foram citados, a saber: destruição da cidade, degradação da praia de Maracaípe, falta de ordenamento das barracas, ordenação urbana da orla, proximidade das construções na orla, falta de estrutura da cidade.

Entre as inquietações ligadas à dimensão econômica, 30 pessoas – o que representa 22,6% do total – pontuaram elementos como: aumento da concorrência, falta de propaganda, falta de cadastramento de guias, criação de pontos de vendas como feiras, cadastramento dos autônomos, necessidade de emprego para os nativos e não para moradores de cidades vizinhas, falta de entretenimento para o turista, fuga dos turistas por medo dos preços excessivamente elevados, assédio das propagandas das pousadas, o fim da atividade turística, sazonalidade. O mais citado, no entanto, foi o preço elevado dos produtos na localidade, com 11 pessoas se dizendo incomodadas com tal fato (quase 37 % do total de 30 pesquisados).

Finalmente entre os elementos citados o de cunho social teve 19,5 % das alusões por parte dos questionados, com 26 pontos informados. A violência foi o mais citado, com 13 menções a tal problema, o que representa 50% do total. Em seguida tiveram 4 menções cada um os temas prostituição e drogas. Por fim, foram ainda pontuados tópicos como discriminação para com os nativos, falta de informações para os moradores, corrupção na Prefeitura.

Depois de feita a análise dos gráficos e dados, foi constatado que o desenvolvimento do turismo em Porto ganha contornos insustentáveis. Aumento de preços, degradação ao meio ambiente, falta de informação para a comunidade, baixos salários e a segregação, mesmo que dissimulada, são indicativos de que a sustentabilidade do local está comprometida. Entretanto, a comunidade ainda vê na geração de emprego e renda a mais importante característica do Turismo. Desta forma, confirma-se a teoria inicial do trabalho de que, mesmo frente a problemas ambientais e sociais, o preponderante é o viés econômico. Isto ocorre também em relação à comunidade. A falta de informação, neste caso, pode ser o grande motivador da visão pouco crítica da comunidade em relação aos impactos negativos do turismo. O que se verifica, portanto, é acúmulo de problemas, que paulatinamente vão se materializando em impactos e degradação ambiental, com conseqüências para a comunidade, sendo portanto, mais um indicativo da dívida ecológica que se está produzindo no local.

6 Análise dos resultados

A verificação dos dados das três evidências pesquisadas possibilitou uma visão da situação de Porto de Galinhas frente ao impulso desenvolvimentista e, conseqüentemente, a formação de um conjunto de problemas socioambientais que podem ser inseridos no contexto da dívida ecológica. Estas evidências aliam tanto aspectos subjetivos, ligados ao posicionamento da comunidade e de um dos mais importantes meios de comunicação do Estado, o Jornal do Comércio, quanto elementos objetivos, quando foram elencados e pesquisados pontos considerados indicadores de insustentabilidade na área.

Cada uma das evidências está diretamente ligada aos capítulos formadores desta dissertação. A evidência 1 aborda o tema desenvolvimento. Diferentes formas poderiam ter sido utilizadas para indicar o direcionamento das políticas e ações voltadas para o viés econômico do “desenvolvimento”. Dados numéricos e econômicos como estatísticas, ou análise das próprias políticas públicas são alguns exemplos. Optou-se, entretanto, por elaborar uma análise da percepção de um representante da mídia para verificar o posicionamento corrente sobre o tema, considerando-se que o próprio jornal informa sobre elementos que refletem a atualidade, bem como os anseios das sociedades que os elaboram e consomem.

O segundo capítulo da dissertação igualmente versa sobre o tema, indicando uma perspectiva histórica capaz de explicar os motivos pelos quais o crescimento econômico mais do que uma necessidade de melhoria de vida, se tornou o objetivo primordial de países e instituições. Obedecendo a interesses de grupos dominantes, o desenvolvimento passa de meio a fim último, independente das conseqüências que advenham de sua busca. Isto fica patente no caso da vila de Porto de Galinhas e da atividade aí desenvolvida, baseada no Turismo e no setor de serviços.

O estímulo ao desenvolvimento da área é tema recorrente das reportagens do jornal analisado. Entre as mais comuns estão aquelas que indicam o efervescente momento pelo qual a área passa, principalmente no que tange a interesse de empresas estrangeiras pela construção de novos empreendimentos (reportagens nº 4, 5, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 30, 35, 36, 41, 45, 46, 52 e 58). Dentre elas, algumas merecem destaque. A reportagem de nº 18, do dia 01 de abril, tem como título “Aumenta a presença de grupos internacionais” (SANDES, 2007-a), informando sobre um aumento consistente dos investimentos estrangeiros no setor de hotelaria em todo o Nordeste, estando Porto de Galinhas entre as áreas de interesse. A reportagem, no entanto, informa sobre a indefinição do governo pernambucano em relação ao

processo de venda da Casa do Governador, enfatizando a Bahia e o Rio Grande do Norte como destaques na captação de investimentos estrangeiros. Já a matéria nº 36, do dia 29 de julho, informa sobre a aquisição por parte de estrangeiros (portugueses, espanhóis, angolanos, italianos e americanos, principalmente) de terrenos e imóveis em praias pernambucanas, com áreas de 200 metros quadrados sendo vendidos por R\$ 500 mil em Porto de Galinhas (ANDRADE, 2007-b).

Isto consolida a intenção de empresários do setor, que têm o foco voltado para o mercado internacional, como especifica a matéria de nº 45, com título “Pernambuco na era dos *resorts*”, de 08 de setembro (SANDES, 2007-b). De acordo com o jornal, o Estado se consolida como um importante ponto de investimentos imobiliários, visando transformar a área em um pólo de segunda residência para estrangeiros. Um dos motivadores disto é o grande esforço promocional que vem sendo realizado por empreendedores e governo.

Um exemplo foi a Feira Nordest Invest, evento voltado para o setor de turismo imobiliário, que teve a participação de investidores nacionais e internacionais. O evento teve como finalidade apresentar o produto pernambucano ao mercado internacional (JC ONLINE, 2007-u). Também 16ª BNTM – Brazil Nacional Tourism Mart (reportagem número 12), teve ações do *trade* brasileiro para atrair a atenção de cerca de 300 operadoras estrangeiras das quais 60% são européias, 30% da América do Sul e 10% da América do Norte (CABRAL, 2007-a). Finalmente pode ser citada a campanha “Vire Fã do Brasil”, articulada pela EMBRATUR em conjunto com o *trade* brasileiro, visando divulgar destinos como Porto de Galinhas para o mercado internacional. Tal campanha terá lugar na Argentina, Portugal e Estados Unidos (JC ONLINE, 2007-j).

Matérias ligadas à promoção da praia, atividades diferenciadas a serem ali desenvolvidas e pacotes promocionais dos hotéis são outras temáticas recorrentes no jornal, como pode ser visto em 17 das 59 matérias analisadas (nº 2, 6, 9, 10, 20, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 40, 47, 48, 50, 57 e 59), todas elas inseridas desde a perspectiva da importância econômica dentro das dimensões da sustentabilidade. Entre elas podem ser citadas a nº 2 sobre eventos para até 3000 pessoas promovidos pela Skol no período do verão (ALBERTIM, 2007-d); a nº 34, de título “Hotéis mimam os pais no dia deles” informando sobre preços especiais para a data (JC ONLINE, 2007-l); e a nº 47 que informa sobre a confecção de um guia Quatro Rodas sobre Ipojuca (JC ONLINE, 2007-o).

Entretanto, as implicações sociais e ambientais de todo este desenvolvimento não são debatidas pelas reportagens. Apenas 14, de todas as 59 lidas não abordam tópicos ligados ao desenvolvimento da área (nº 3, 8, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 38, 44, 49, 51, 54 e 55). Dentro

destas, três não buscam o debate específico sobre temas importantes para a comunidade, mas apenas noticiam eventos negativos da área. São elas as de nº 15, 26 e 44. A primeira dá a informação da prisão de dois indivíduos que vendiam lotes irregularmente em Ipojuca e outras cidades da Região Metropolitana do Recife (JC ONLINE, 2007-i). A segunda narra o tombamento de um ônibus de turismo na praia do Cupe, em via local que dá acesso a hotéis de Porto, fazendo um comentário simplificado sobre as condições precárias destas vias (JC ONLINE, 2007-h). Finalmente a terceira fala de um surfista que foi agredido por bêbados (JC ONLINE, 2007-II).

O debate ou análise da situação da localidade, as informações sobre a realidade de Porto e seus problemas, ao final, aparecem somente em 9 reportagens. Duas reportagens tocam na problemática do turista como alvo de assaltos no caminho para Porto. Na reportagem nº 3, informa-se sobre o aumento da incidência do número de assaltos a transportes de passageiros estrangeiros no percurso Aeroporto - Porto de Galinhas, sendo solicitada escolta especial para eles (ALBERTIM, 2007-a). Já na nº 50 o jornal questiona sobre a instalação de postos de policiamento nas rotas para o litoral sul, suposto convênio firmado entre PM e *trade*, que não se concretizou. De acordo com o responsável pela CIATUR – Companhia Independente de Apoio ao Turista, que faz parte da PM, os empresários não disponibilizaram o que era necessário para firmar tal convênio (JC ONLINE, 2007-z).

A insegurança é uma realidade em Porto, inclusive tendo sido verificada nas duas outras Evidências pesquisadas. Na Evidência 2, denominada Impactos sócio-ambientais, foi feita uma visita à 43ª Circunscrição Policial de Porto de Galinhas, que indicou um aumento dos problemas relacionados a roubos e assaltos no período de alta estação (ver p. 111-112). Já na Evidência 3, sobre a percepção da comunidade, o Gráfico 8 (p. 139) mostra que uma parcela da comunidade (37,6 %) relaciona o aumento da violência ao turismo.

A reportagem nº 8 aborda uma questão crítica em Porto, a água. Apesar de ser um dos principais destinos turísticos de Pernambuco, Porto de Galinhas só passou a disponibilizar de água encanada em novembro de 2007. Problemas relativos à falta de água eram recorrentes na vila. Atualmente este problema vem sendo minorado por causa de obras que vêm sendo realizadas no local. Em compensação, o esgotamento sanitário, projeto com implantação conjunta ao de abastecimento de água, tem trazido problemas de disponibilização de água (JC ONLINE, 2007-w). A matéria de nº 22 também fala de água, informando sobre o reforço dado pela COMPESA para não haver falta do líquido no local (JC ONLINE, 2007-a).

Em relação à utilização da área da casa do Governador para a construção de um complexo turístico, o debate é restrito, apesar dos grandes impactos que tal construção

promoverá. Um primeiro ponto se refere ao fato de ser uma área de desova de tartarugas. Além disto, uma extensa área de coqueirais será desmatada. Por fim, não existe aprovação por parte da comunidade para a construção do empreendimento. Muitos moradores defendem a criação de um parque ou área de lazer para a própria comunidade e turistas que estejam na vila.

O jornal em questão traz três matérias sobre o tema (n^{os} 19, 23 e 24). A n^o 19 é realmente uma nota - de um parágrafo - informando sobre a realização de Audiência Pública para debater o assunto (JC ONLINE, 2007-r). Uma segunda (n^o 23) reportagem já aborda informações mais completas. Entre as mais representativas estão o fato de que a comunidade, por não concordar com o projeto, pediu ao Ministério Público sua revisão, bem como que da área total da Casa, 70 hectares serão destinados ao novo empreendimento e 40 à comunidade, a partir da construção de praça e área de lazer (JC ONLINE, 2007-n). Por fim, uma última matéria (n^o 24), também reduzida, transcreve um pequeno trecho da opinião de dois moradores sobre o fato, o que demonstra sua reserva e descontentamento em relação ao projeto ((JC ONLINE, 2007-I).

Interessante perceber neste tópico que, enquanto os problemas referentes à Casa do Governador foram comentadas em 3 reportagens, 11 outras foram relativas à informação de seus benefícios e montantes investidos ou críticas à pouca celeridade na efetivação do negócios. Retoma-se, assim, a idéia inicial do trabalho, em que o desenvolvimento é o ponto principal, independente dos outros anseios da população.

Quando questionada, já na Evidência 3, sobre sua percepção em relação à deterioração trazida por este desenvolvimento, estando o Turismo como grande ferramenta de crescimento, verificou-se a consciência dos impactos. O Gráfico 10 (p. 141), por exemplo, indica que 60,7% da comunidade concordou que um dos efeitos desta atividade econômica é o dano ao meio ambiente. Destes, 27,1% - quase um terço - concordaram totalmente com esta afirmação. Agregado aos problemas ambientais, o aumento de preços (86,5% afirmaram concordar com esta assertiva), a descrença em relação à incorporação dos ganhos do turismo para o benefício da comunidade (Gráfico 12, p. 142), e o fato de que 58,1% dos entrevistados demonstrarem preocupações em relação ao turismo (dos quais 57,9% eram preocupações ligadas ao meio ambiente, Gráficos 17 e 18, ps. 146 e 147), podem ser importantes indicadores de problemas para a área. Problemas estes que não estão sendo levados em conta, nem mesmo debatidos, ficando apagados em relação ao desejo de crescimento.

Dentro da Evidência 1 tais problemas são levantados ainda em duas outras reportagens. A de n^o 49 (ALBERTIM, 2007-c) faz uma retomada de Itamaracá como antigo ponto

turístico, apontando como problemas socioambientais foram cruciais para o declínio da ilha como destino de visitação. Também alerta para as novas praias em voga e presentes e futuros empreendimentos. Entre as citadas estão Paiva, Gaibu, Cabo de Santo Agostinho e Porto de Galinhas. Esta última recebe comentários especiais:

Depois de figurar como praia mais badalada do País, Porto de Galinhas está repleta de problemas que quase nunca chegam às câmeras fotográficas. Na periferia e à beira dos mangues, favelas concentram cada vez mais gente tentando lucrar algo, sobretudo no comércio ambulante informal, com o poder aquisitivo dos turistas. Mansões e restaurantes à beira-mar ocupam a faixa de areia que some com a maré alta. Um lixão recebe os dejetos de moradores e hotéis de luxo em pleno canavial sem qualquer tratamento (*ibidem*, 20027).

Estes problemas têm levado a comunidade e os gestores a se preocupar com tal situação, o que vem estimulando o debate e solicitação de um plano diretor para a área. Uma segunda matéria (nº55) tem este mesmo foco, nfatizando a importância do plano diretor principalmente por conta da perspectiva de grande emigração para a área por conta dos empreendimentos que serão aí instalados (JC ONLINE, 2007-p).

Corroborando as afirmações de Albertim sobre a pobreza e carências infra-estruturais de Ipojuca, Guarda (2007-a) pontua uma série de situações que deveriam ser levadas em consideração pelo poder público antes de focar em crescimento da área. A jornalista inicia com o tema “Ipojuca é só crescimento” (GUARDA, 2007-b), abordando os investimentos e novos empreendimentos que estão sendo feitos na área de Ipojuca. Entre estes novos empreendimentos, o turismo com suas cadeias hoteleiras e construções de segunda residência tem destaque. Entretanto, apesar de sinais de desenvolvimento, a localidade mantém grandes lacunas socioambientais. Para Guarda (2007-a), Ipojuca “mantém velhas mazelas”,

O cenário estonteante das praias de Ipojuca com seus imponentes *resorts* contrastam com os casebres “pendurados” nos morros da cidade. O rico município tem uma dívida social histórica com sua população. Apesar de o Complexo de Suape ter completado 29 anos e o turismo ser uma atividade consolidada, a riqueza não se irradiou entre os ipojuicanos. Dos quase 70 mil habitantes, 60,40% são considerados pobres, segundo relatório do Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Fruto de sua formação histórica, e dos direcionamentos atuais que privilegiam o desenvolvimento em detrimento da melhoria de vida da comunidade, Ipojuca padece de

problemas estruturais básicos. Saneamento, educação, desemprego, concentração fundiária, etc, são alguns dos problemas pontuados.

Estes problemas são, além de sociais, também ambientais. Mas para alcançar esta compreensão, uma longa jornada foi travada. A evolução do pensar o meio ambiente ao longo do tempo foi o tema do capítulo 2. Esta evolução trouxe mudanças, chegando até os dias atuais, período em que o ser humano vem incorporando paulatinamente a necessidade de mudar de postura frente às questões ambientais. Dentro deste contexto, foram criados os indicadores de sustentabilidade, com os quais se podem estabelecer parâmetros comparativos para avaliar o nível de desenvolvimento aí em curso.

No caso da presente pesquisa optou-se por selecionar pontos que poderiam servir como base ou indicadores para avaliação a posteriori, que foram especificados na Evidência 2 da pesquisa. Entre os mais graves, desde o ponto de vista ambiental, está a deterioração dos arrecifes de coral (tópico V – Redução da diversidade dos meios naturais e paisagens) devido à frequência sem controle de visitantes na área, e o processo acelerado de aterramento dos mangues, constatado no tópico III – Segregação espacial da comunidade local. Este aterro promove intensas alterações ambientais no ecossistema litorâneo, principalmente por ser área de alimentação e reprodução de espécies. Entretanto outros tópicos como a privatização de espaços urbanos (IV) e a participação da comunidade na tomada de decisões também podem ser importantes indicadores de análise da área. No primeiro tópico foi verificada a privatização e cobrança pelo usufruto de espaços considerados públicos, o que inclusive fere as normas legais brasileiras.

Já no segundo tópico, atualmente existe vontade de estimular a participação da comunidade, mas os meios para tal são limitados. Assim, não há nenhum tipo de disponibilização de dados das decisões dos dois mais importantes Conselhos (de Turismo e de Meio Ambiente) da vila.

Por fim a Evidência 3, que teve a intenção de verificar a percepção da comunidade local sobre o desenvolvimento, mescla-se com o capítulo 4 da dissertação, levando a entender também o 2. A comunidade em geral se mostrou consciente dos problemas ambientais existentes, demonstrando entender tanto os impactos positivos quanto os negativos do turismo. Mesmo assim desejam mais desenvolvimento. O crescimento faz parte do ensejo de grande parte dos entrevistados na coleta de dados para a Evidência 3. Eles, na realidade, parecem ter absorvido o paradigma desenvolvimentista, acreditando ser esta a solução para as suas mazelas. Isto, em grande parte, se deve à falta de poder destes grupos, que acabam por sofrer as externalidades e mesmo assim aceitar as condições impostas por necessitar disto para

sobreviver. Para Alier (2007, p. 295), “Mesmo não significando ausência de consciência ambiental, mas antes simplesmente debilidade econômica e social, a pobreza e a falta de poder fazem com que se abra mão ou se venda a baixo preço tanto o meio ambiente quanto a saúde local”.

Desta forma 95,6% (ver Gráfico 3, p. 135) acreditam que o turismo beneficia a todos. Igual porcentagem indica ser pessoalmente beneficiado por ele (ver Gráfico 4, p. 136). Entre os benefícios elencados podem ser destacados a criação de emprego (96,1% concordam com esta afirmativa. Ver Gráfico 5, p. 137), agilidade nas melhorias infra-estruturais (73,4% concordam com esta afirmativa. Ver Gráfico 7, p. 139) e estímulo ao artesanato e cultura locais (91,3% concordam com esta afirmativa. Ver Gráfico 11, p. 141).

Perguntados sobre o turismo de uma forma geral, 88,2% considerou que ele é positivo para a comunidade (Ver Gráfico 15, p. 145). Por este motivo, uma maioria afirmou desejar um maior desenvolvimento da atividade, dos quais 27,9% desejam que este crescimento seja muito maior (Ver Gráfico 16, p. 145).

A compreensão da dívida ecológica perpassa tal ideal. Existe uma consciência, mesmo que muitas vezes superficial, da existência dos problemas. Entretanto a busca pelo progresso é o que determina a inação por parte do governo e mesmo da população frente às ameaças ambientais trazidas pelo desenvolvimento em curso.

No século XX a tecnologia e o conhecimento promoveram desenvolvimento. Mas, como questiona Dupas (2006, p. 14), “somos, por conta desse tipo de desenvolvimento mais sensatos e mais felizes?”. Ainda para este autor “nada impede que reconheçamos e desejemos maior *progresso* e, ao mesmo tempo, constatemos que obtê-lo não melhora necessariamente a *qualidade* de vida para a maioria das pessoas” (*ibidem*). Países desenvolvidos determinam os rumos do desenvolvimento mundial, instigando países subdesenvolvidos e em desenvolvimento a participar de um sistema moldado de acordo com os seus interesses.

Neste contexto, ávidos por melhorar sua condição de vida, comunidades inteiras são impelidas a explorar seus recursos de forma insustentável, levados pela ilusão de um tipo de desenvolvimento que na realidade é altamente excludente e concentrador de riquezas.

Com base nesta reflexão o presente estudo busca uma analogia entre a dicotomia países centrais e periféricos e a situação da área de estudo em relação ao tipo de desenvolvimento aí incentivado. Em Ipojuca e Porto de Galinhas o crescimento é o norte atual. Novos empreendimentos, em geral de cadeias internacionais, estão sendo construídos; estabelecimentos comerciais de diferentes interesses diversificam a oferta turística do lugar; empregos informais fazem do turismo e dos turistas uma importante fonte de subsistência.

O desenvolvimento é a tônica também das políticas públicas, moldando atitudes e determinando ações voltadas para o município. Investimentos, infra-estrutura, e projetos de qualificação são ligados direta ou indiretamente à Vila de Porto de Galinhas, e à melhoria nas condições de atendimento e entretenimento dos turistas que chegam à localidade. No Brasil, tais políticas seguem esta tendência. Não desmerecendo a importância deste posicionamento, nem os benefícios que pode trazer para uma grande quantidade de pessoas, isto também vem revelando a predisposição em considerar este o aspecto mais importante, desconsiderando assim, todos os outros eixos da sustentabilidade.

Em contrapartida, não se tem levado em consideração as deficiências estruturais históricas da área e, portanto, as necessidades de comunidade e os impactos ambientais que aí se acumulam. Desta forma, acaba por ocorrer um “intercâmbio ecologicamente desigual em termos dos riscos e danos à saúde ou ao meio ambiente, assim como em termos do esgotamento dos recursos naturais” (ALIER, 2007, p. 303).

Com conseqüência, sérios impactos socioambientais vão formando um conjunto de problemas que serão sentidos pelas comunidades que albergam os empreendimentos e o desenvolvimento, mas que não serão compartilhados pelas mesmas empresas que causam estes problemas. Configura-se, portanto, a formação da dívida ecológica, proposta inicial desta dissertação.

7 Considerações finais

Esta dissertação contribui para a reflexão sobre o tema da dívida ecológica, dívida esta alicerçada no ideal desenvolvimentista da atualidade.

Isso ocorre na medida em que atende ao objetivo geral de verificar a ocorrência de dívida ecológica em Porto de Galinhas por meio da identificação de impactos que promovem a insustentabilidade do local. Para atingir este objetivo foram atendidos os seguintes objetivos específicos: 1) revisar a literatura existente com o objetivo de levantar conceitos e informações necessárias para a pesquisa; 2) Contextualizar os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade, indicadores e dívida ecológica; 3) Constatar os impactos socioambientais decorrentes do acelerado crescimento econômico no local de estudo; 4) Verificar a percepção de indivíduos da comunidade autóctone em relação à existência de impactos trazidos pelo desenvolvimento da área; 5) Analisar a atuação da mídia na disponibilização de informações sobre o local analisado.

A introdução, no primeiro capítulo, traz de forma sucinta a proposta do estudo e seu significado. Posteriormente são apresentados os objetivos geral e os específicos, bem como a justificativa e a relevância do estudo.

O segundo capítulo inicia os debates sobre a dívida ecológica ao trazer à tona um conceito fundamental para sua compreensão: a busca pelo desenvolvimento. Disseminado como um objetivo essencial para a melhoria da qualidade de vida das populações, o desenvolvimento, entretanto, deixou de ser um meio para alcançar uma vida digna, para tornar-se o fim último de governos, empresas, e mesmo comunidades. A permissividade decorrente desta visão acrítica voltada unicamente para o crescimento são fruto também de políticas impregnadas deste ideal. O aprofundamento deste tópico foi fundamental para reconhecer a estreita ligação entre o direcionamento corrente em busca do crescimento e o acúmulo de impactos provenientes disto.

Este direcionamento, entretanto, vem sendo fortemente questionado nos dias atuais, como é informado no capítulo três. A compreensão do significado do termo meio ambiente, suas relações e conseqüências decorrentes do mau uso dos recursos vem estimulando o debate sobre meios sustentáveis de viver e desenvolver. Para isto, o texto mostrou uma evolução sobre o entendimento do que viria a ser meio ambiente e sua importância.

O capítulo quatro traz uma abordagem sobre a dívida ecológica buscando contextualizá-la, bem como traçar uma perspectiva histórica que permita sua compreensão. A partir disto é

possível verificar que tal dívida é fruto de um alinhamento à globalização dos mercados e das idéias, o qual estimula um desenvolvimento econômico que atualmente beneficia parcelas pequenas da população. Para o restante fica reservado a adaptação e aceitação dos problemas ambientais fruto do sistema em voga, ou seja, a sobrevivência em condições insustentáveis.

Em Ipojuca isto pôde ser comprovado per meio do estudo de caso levado a cabo pela presente dissertação. Dentro das evidências coletadas, verificou-se a existência de um conjunto de problemas sócio-ambientais fruto deste desenvolvimento calcado em pressupostos economicistas. Assim, a favelização da área, os baixos salários, a degradação de mangues e áreas de corais, a privatização de espaços públicos, o aumento da delinqüência, entre outros, foram alguns dos impactos constatados na área.

Buscou-se também verificar a percepção desta comunidade em relação aos impactos da principal atividade econômica da área, o turismo. Muitos deles são efetivamente sentidos pelos autóctones. Entretanto, o ensejo de melhoria de vida os faz aceitar o discurso hegemônico da priorização do econômico, de forma que sentem os problemas, mas assim mesmo desejam a continuidade do processo.

Por fim, a constatação desta ênfase foi demonstrada pela limitada importância dada - por um atuante meio de comunicação regional - a outros temas que não aos diretamente ligados ao crescimento do turismo em Porto de Galinhas, independente de outros fatores que venham a interferir no alcance deste objetivo.

As três evidências apresentadas vêm, assim, corroborar a tese de que se está produzindo uma dívida ecológica na área, com a ocorrência de problemas de cunho sócio-ambientais fortes, vivenciados e sentidos inclusive pela comunidade. A ênfase nos aspectos voltados para o crescimento econômico, no entanto, maquiagem ou disfarçam estes impactos, estando os investimentos na área garantidos, enquanto a comunidade tem que arcar com uma série de seqüelas deste crescimento voltado para o lucro e para o mercado.

Verifica-se, no entanto, uma permissividade por parte dos principais interessados, o que se alia à omissão do próprio poder público. Como consequência, o setor privado se apropria de recursos, deles se utiliza de forma irresponsável, e por fim deixa os passivos ambientais que serão sentidos pela comunidade que primeiramente imaginava estar ganhando com uma deterioração ambiental fantasiada de progresso.

Na realidade os diferentes segmentos citados e abordados nesta investigação remetem a amplas problemáticas setoriais que transcendem a amplitude e implicações da dívida ecológica. Assim, não são apenas fatores ambientais que devem ser levados em conta no momento de analisar as causas e consequências da dívida ecológica, mas sim fatores sociais,

políticos, culturais, econômicos, ambientais e estruturais que integrados influenciam em toda a organização social.

A interligação entre estas diversas variáveis indicam a necessidade de intervir em diversas frentes ao mesmo tempo, caso o objetivo seja impedir a geração e aumento de uma dívida ecológica que nunca será quitada por empresa e países responsáveis por sua produção.

Para mitigar tais problemas devem ser estimulados mais estudos nesta área. Igualmente deve-se estimular a viabilização de uma política ambiental que venha a regular os abusos cometidos no local. Os equipamentos turísticos em geral devem ser inseridos no processo de responsabilização pela ordenação da área, já que muito dos grandes fluxos e melhorias infra-estruturais se devem à transformação deste espaço, antes uma vila de pescador, em um destino turístico de notoriedade nacional.

Por fim, não desconsiderando de forma alguma os benefícios advindos do Turismo, defende-se a urgência de estabelecer indicadores que possam servir de parâmetro para o desenvolvimento da área, um desenvolvimento que deve incluir metas voltadas para a qualidade de vida da comunidade local, e não simplesmente para a satisfação de visitantes que podem se maravilhar com as belezas naturais da área, mas que não ficarão para sentir as mazelas de um crescimento mal planejado.

REFERÊNCIAS

ABASTECIMENTO vai ser reforçado em Porto de Galinhas. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades. 13 de abril de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/04/13/not_227471.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-a.

A.B.C. – ONG Associação Brasileira do Consumidor. **Tabela price prejudica mutuário**. Disponível em: <www.ongabc.org.br/noticias_imobiliario.asp?action=detail&id=21>. Acesso em: 15 de julho de 2006.

ACCIÓN Ecológica de Ecuador. **Deuda externa acrecienta deuda ecológica**. Disponível em: <<http://www.waccioneologica.org/webae/index.php?option=comcontent&task=view&id=487&Itemid=7549>>. Acesso em: 03 ago.2005.

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construções democráticas. In: VIANA, G., SILVA, M. E DINIZ, N. **O desafio da sustentabilidade**. Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

ACTA assume administração do Marulhos Muro Alto **Jornal do Comércio Online**. Caderno Economia. 02 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/01/02/not_214743.php> Acesso em 30 de dezembro de 2007-b.

ALBERTIM, B. *EMBRATUR defende escolta para turistas estrangeiros*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo. 18 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/01/18/not_216685.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-a.

_____. *Folia também na beira mar*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo. 01 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/02/01/not_218494.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-b.

_____. *Litoral sul começa a se preocupar*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo. 22 de novembro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/11/22/not_258701.php>. Acesso em 30 de dezembro de 2007-c.

_____. *Pernambuco ferve no verão*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo. 04 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/01/04/not_215048.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-d.

ALIER, J. M.; OLIVERAS, A. **Deuda Ecológica y Deuda Externa**. Barcelona: Icaria, 2003.

_____. **O ecologismo dos pobres**. Sao Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA E SILVA, C. F. **Barbárie en la democracia: percepción de la práctica de tortura en Brasil a la luz del discurso de los derechos humanos, el caso de Pernambuco**. 429 f. Tese (Doutorado em Passado e Presente dos Direitos Humanos) – Departamento de História Medieval, Moderna e Contemporânea. Universidade de Salamanca: Salamanca, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. *Usos e abusos dos estudos de caso*. In: Cadernos de Pesquisa. v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129>>
 ANDRADE, I. *Pernambuco na era dos resorts*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 08 de setembro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/09/08/not_248175.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-a.

_____. *Praias atraem investidores da Europa*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 29 de julho de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/07/29/not_242521.php>. Acesso em 20 de dezembro de 2007-b.

ASSOCIAÇÃO reclama da falta de combate aos clandestinos **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades. 28 de maio de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/05/28/not_233496.php> Acesso em 05 de julho de 2007-c.

ATRASOS marcaram o processo de venda **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 30 de março de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/03/30/not_225737.php> Acesso em 30 de dezembro de 2007-d.

ATTFIELD, R. e DELL, K. **Values, conflicts and the environment**. Aldershot: Ed. Ashgate, 1998.

BARBOSA, A. de F. **O mundo globalizado: política, sociedade e economia**. São Paulo: Contexto, 2007. – (Repensando a História)

BARRON RUIZ, A. *Ética Ecológica y Educación Ambiental en el siglo XXI*. In: HENÁNDEZ DIAZ, J. M^a; LECUONA NARANJO, M^a P.; VEGA GIL, L. **La Educación Ambiental y el Medio Ambiente Natural y Humano**. Salamanca: Ed. Universal, 2002.

BARROS JUNIOR, N. F. **A dinâmica espacial e a reorganização territorial do litoral de Ipojuca/PE: Porto de Galinhas – a emergência de um espaço turístico**. 2002. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

BECK, U. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo Veinteuno de España, 2002.

_____. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Madrid: Paidós, 1998.

BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rios de Janeiro: FGV, 2007.

BITTENCOURT, C. M. A. **A informação e os indicadores de sustentabilidade: um estudo de caso no Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade Metropolitano de Curitiba – ORBIS MC**. 2006. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/Resumo.asp?6553>>. Acesso em: 25.dez.2007.

BNB – Banco do Nordeste. **Prodetur – apresentação**. Site institucional. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>>. Acesso em: 15.jan.2008.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 5ª ed. Tradução de João Ferreira. Brasília: UNB, 1993.

BRAGA, J. (Org.) **Introdução à engenharia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL. **Código Civil; Código Comercial; Código de Processo Civil; Constituição Federal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006).

BRESSAN, F. O método do Estudo de Caso. **Administração On Line** – Prática, pesquisa e ensino, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./fev./mar. 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm>. Acesso em: 16 nov. 2005.

BRYON, E.; GEHLEN, V. **Comunidades costeiras: a natureza do lugar**. Simpósio Internacional sobre Comunidades Costeiras. UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2004.

CABRAL, B. *BNTM no Recife: só à espera dos visitantes*. Jornal do Comércio Online. Caderno Turismo. 22 de março de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/03/22/not_224643.php>. Acesso em: 05 de julho de 2007-a.

_____. *Nordeste em “céu de brigadeiro”*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Turismo. 29 de março de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/03/29/not_225565.php>. Acesso em: 05 de julho de 2007-b.

CANSOU do carnaval? **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo. 22 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/01/31/not_218350.php> Acesso em 30 de dezembro de 2007-e.

CAPACITAÇÃO em turismo **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo & Lazer . 24 de maio de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/05/24/not_232908.php> Acesso em 05 de julho de 2007-f.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. trad. Marcelo Brandão Cipolla. Cultrix: São Paulo, 2002.

CARLOS, A. F. A. *O turismo e a produção do não-lugar*. In: YÁZIGI, Eduardo *et. all.* **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: UNESP – Unicamp, 2002.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. Barcelona: Crítica, 1960.

CARTA do Chefe Sealittle a Ulysses Grant, Presidente dos Estados Unidos, 1855. In: PINSKY, Jaime *et all.* **Public space**. New York: University of Cambridge, 1992.

CERDÁ, M. O. **La deuda ecológica española: impactos ecológicos y sociales de la economía española en el extranjero**. Sevilla: Ed. Universidad de Sevilla, 2005.

CHAVES vai dar continuidade a projeto turístico **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 21 de junho de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/06/21/not_236741.php> Acesso em 05 de julho de 2007-g.

COLETIVO tomba com turistas na praia do Cupe. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades. 15 de agosto de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/08/15/not_24487.php>. Acesso em 15 de dezembro de 2007-h.

COMISSION EUROPEA. **Para una mejor gestión de los recursos del litoral**. Luxemburgo: Oficina de Publicaciones Oficiales de las Comunidades Europeas, 1997.

COMMONER, B. *Población y pobreza*. In: COMMONER, B. **En paz con el planeta**. Barcelona: Crítica, 1992.

CONDEPE/FIDEM. **Participação do PIB dos municípios no PIB de Pernambuco**. 2006. Disponível em: <www.condepefidem.pe.gov.br/pib/pibMunicipal.asp>. Acesso em 10 de setembro de 2006.

_____. **Perfil municipal**. 2008. Disponível em: <[www.condefidem.pe.gov.br /perfil_municipal/perfil.asp](http://www.condefidem.pe.gov.br/perfil_municipal/perfil.asp)>. Acesso em: 15 de julho de 2008.

CORIOLOANO, L. N. T. *A exclusão e inclusão social e o turismo*. In: **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Vol. 3, n. 2, pgs. 295-304, 2005.

CPRH – Companhia Pernambucana de Meio Ambiente. **Diagnóstico do litoral sul de Pernambuco: gerenciamento costeiro**. Recife: CPRH, 2003. Acesso em: 15 de julho de 2007.

_____. **Diagnóstico do turismo nos municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e São José da Coroa Grande**. Recife: CPRH, 2003.

_____. **ZEEC – Zoneamento ecológico-econômico costeiro: litoral sul de Pernambuco**. Maio de 1999. Disponível em: <www.cprh.pe.gov.br/downloads/3zeec_consolidacao.pdf>. A

_____. **Setorização da zona costeira**. Disponível em: <www.cprh.pe.gov.br/ctudo-secoes-sub.asp?idesecao=200>. Acesso em: 15 de julho de 2007.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento de água subterrânea. Diagnóstico do município de Ipojuca, estado de Pernambuco**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001. – (Coleção Turismo)

DENCKER, A. F.; VIÁ, S. C. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DESCOLÁ, P.; PALSSON, G. **Naturaleza y sociedad**. México: Siglo XXI, 2001.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DOURADO, M. *Confira os locais*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo. 01 de março de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/03/01/not_221980.php>. Acesso em 05 de julho de 2007.

DUPAS, G. **O mito do progresso; ou progresso como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.

DUPLA vendia lotes irregulares. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades. 10 de maio de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/05/10/not_230943.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-i.

ELSENHANS, H. **Development and underdevelopment: the history, economics and politics of North-South relations**. London: Sage Publications, 1989.

EMBRATUR destaca Porto. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo. 30 de agosto de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/08/30/col_55.php>. Acesso em 15 de dezembro de 2007-j.

EMPETUR. **Inventário da Oferta Turística**. Olinda, 1996.

ENGMANN, A. **Padrões de distribuição da ictiofauna recifal da Praia de Porto de Galinhas (PE) e avaliação da influência do turismo e da pesca**. 84 f. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Biológica) – Departamento de Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2006.

ESTEVA, G. *Development*. In: SACHS, W. **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. África do Sul: Witwatersand University Press, 1993.

FARIAS, F. S. **Tamoindaré – a dinâmica de suas praias frente às novas tribos repovoadoras do século XX**. 2002. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

FERRETI, E. R. **Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. trad. Marise Manoel. Campinas: Imprensa Oficial, 2001.

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. **Usinas de açúcar em Pernambuco**. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServletpublicationCode=16&pageCode=319&textCode=682&date=current Date>>. Acesso em: 21.jan.2008.

FURTADO, C. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, M. B. **Síntese da economia brasileira**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

GARDNER, G., ASSADOURIAN E., SARIN, R. *La situación del consumo actual*. In: WORLDWATCH Institute. **La Situación del Mundo, 2004**. Madrid: Icaria, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRALDES, B. W. **Comunidade de crustáceos decápodos infralitorâneos dos recife da praia de Porto de Galinhas (PE)**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Biológica) – Departamento de Oceanografia, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2007.

GLACKEN, C. **Huellas en la playa de Rodas: naturaleza y cultura en el pensamiento occidental desde la Antigüedad hasta finales del siglo XVIII**. Barcelona: Ed.del Serbal, 1996.

GOMEZ-HERAS, J.M^a. *Tipología de los sistemas morales desde un punto de vista hermenéutico*. Madrid: Editora Universitaria, 2003.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. – (Os porquês da desordem mundial Mestres explicam a globalização).

_____. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2001. – (Temas atuais)

GUARDA, A. *...mas mantém velhas mazelas*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 16 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/12/27/not_263658.php>. Acesso em 20 de dezembro de 2007-a.

_____. *Ipojuca é só crescimento*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 16 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/12/27/not_263658.php>. Acesso em 20 de dezembro de 2007-b.

HOTÉIS lançam promoção nas férias **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 08 de julho de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/07/08/not_239265.php> Acesso em 15 de julho de 2007-k.

HOTÉIS mimam os pais no dia deles. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Turismo & Lazer. 26 de julho de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/07/26/not_242052.php>. Acesso em 15 de dezembro de 2007-l.

DICIONÁRIO Houaiss de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>>.

IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002. Estudos & Pesquisas – Informações geográficas. Vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/defaulttab.shtm>>. Acesso em: 15 de julho de 2007.

IDEIA da empresa é capacitar os 3 mil novos futuros empregados **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 31 de março de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/03/31/not_225867.php> Acesso em 30 de dezembro de 2007-m.

INSTITUTO do Milênio. A zona costeira: o domínio das interações. Projeto Instituto do Milênio. Disponível em: <<http://www.institutomilenioestuarios.com.br/zonacosteira.html>>. Acesso: 21.jan.2008.

IPOJUCA discute a Casa do Governador. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades. 30 de abril de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/04/30/not_229825.php>. Acesso em 15 de julho de 2007-n.

IPOJUCA ganha Guia Quatro Rodas. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo. 04 de outubro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/10/04/not_251898.php>. Acesso em 15 de dezembro de 2007-o.

IPOJUCA realiza plano diretor. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Economia. 18 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/12/18/not_262536.php>. Acesso em 30 de dezembro de 2007-p.

IPOJUCA sedia cavalgada e festa **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo & Lazer. 26 de julho de 2007. Disponível em: < http://jc.uol.com.br/jornal/2007/07/26/not_242053.php> Acesso em 3º dezembro de 2007-q.

IPOJUCA. **Agenda 21 do Município do Ipojuca**. Prefeitura do Ipojuca; SECTMA. Ipojuca, 2004.

IPOJUCA. **Municípios turísticos**. EMPETUR. Disponível em: <http://www.empetur.com.br/atrativos_turisticos_municipios_mostra.php?id=9>. Acesso em 20 jul. 2006.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, B. H.; MILONE, P. C. (Org.). *Impactos socioeconômicos globais do Turismo*. In: LAGE, B. H.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LENZI, C. L. **A sociologia sob o signo ecológico: um estudo sobre modernização ecológica, desenvolvimento sustentável e a teoria da sociedade de risco**. 2003. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000306019>>. Acesso em: 20.fev.2007.

LICITAÇÃO debatida em audiência. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Economia. 03 de abril de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/04/03/not_226288.php>. Acesso em 15 de julho de 2007-r.

LIMA, C. V. F. M. **Urbanização turística no litoral sul de Pernambuco: o caso do município de Tamandaré**. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LOUREIRO, C. F. *O ambientalismo*. In: **SENAC**. DN. Textos Complementares. Rio de Janeiro: SENAC/DEP/CEAD, 2005. (Curso de Pós-graduação em Educação Ambiental).

MARANGON, M. et al. *Indicadores de sustentabilidade como instrumento para avaliação de comunidades em crise: aplicação à comunidade de Serra Negra*. **Revista Educação e Tecnologia**. Curitiba, v. 08, set. 2004. Disponível em: <<http://www.ppgte.cefetpr.br/revista/>>. Acesso em: 27.dez.2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, C. *Producción energética, sociedad y medio ambiente*. In: **Simpósio Debate sobre Derechos Humanos**. Anais em CD-ROM. Salamanca, 2007.

MASCARENHAS, G. *Urbanização turística e inclusão social precária*. In: **Anais Turismo, inclusão social e sustentabilidade**. IX ENTBL - Encontro Nacional de Turismo com Base Local. 10 a 13 de novembro de 2005. Universidade Federal de Pernambuco.

MEADOWS, D. *Más allá de los límites*. In: **Ecología y Desarrollo**. Madrid: Ed. Complutense, 1996.

MENDONÇA, L. C. **A invenção de Porto de Galinhas: história, empreendedorismo e turismo**. Recife: Persona, 2004.

MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO; EMBRATUR. **Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas 1996/1999**. Brasília, 1996.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Brasília, 2007.

MOLINA, S. **Turismo e ecologia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

MORAIS, A. Buggy vira táxi em Ipojuca **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades. 28 de maio de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/05/28/not_233495.php> Acesso em 05 de julho de 2007.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOURA, P. S. **Aristóteles**. A Psicologia. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/cesima/schenberg/alunos/paulosergio/psicologia.html>>. Acesso em 26.maio.2005.

NOVOS desembolsos do BID devem ocorrer no segundo semestre **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 31 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/01/31/not_218350.php> Acesso em 30 de dezembro de 2007-s.

OBARO, S. K.; MADHI, S. A. *Bacterial pneumonia vaccines and childhood pneumonia: are we winning, refining, or redefining?* In: **The Lancet Infectious Diseases**. vol. 6, n. 3, marc. 2006. Disponível em: <<http://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS147330990670411X/fulltext>>. Acesso em: 01. jan. 2008.

OMT – Organización Mundial de Turismo. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos – Guía práctica**. Madrid: OMT, 2005.

_____. **Introdução ao Turismo**. trad. Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

PALHARES, G. L. *Transporte aéreo e turismo*. In: PALHARES, Guilherme Lohmann. **Transportes turísticos**. São Paulo: Aleph, 2002. – (Turismo)

PELLIZZOLI, M. **Correntes da Ética Ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

PEREIRA, A. J. **Sustentabilidade turística: uma análise dos problemas de gerenciamento na faixa de praia em Porto de Galinhas – PE**. 2005. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PERMAMBUCO é destaque em premio de turismo **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo. 05 de abril de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/04/05/not_226565.php> Acesso em 30 de dezembro de 2007-t.

PERNAMBUCO atrai feira de turismo imobiliário. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 27 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/12/27/not_263658.php>. Acesso em 20 dezembro de 2007-u.

PERNAMBUCO tem spas com diferentes propostas **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo & Lazer. 05 de julho de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/07/05/not_238786.php> Acesso em 15 julho de 2007-v.

PORTO de Galinhas pode ter Carnaval sem água. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 31 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/01/31/not_218351.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-w.

PORTO lança plano de ações para o verão **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Turismo & Lazer . 30 de agosto de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/08/30/not_246944.php> Acesso em 30 dezembro de 2007-x.

PORTUGUESES ratificam interesses do Estado em projeto turístico **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 10 de abril de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/04/10/not_227077.php> Acesso em 30 de dezembro de 2007-y.

RABAHY, W. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos do planejamento**. São Paulo: Manole, 2003.

RABELO, L. *Ipojuca à espera de melhorias*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades, 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2006/07/24/not_193763.php>. Acesso em: 24 ago.2006.

_____. *População cobra mais verba para saúde, educação e lazer*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades, 24 de julho de 2006. Disponível em:<http://jc.uol.com.br/jornal/2006/07/24/not_193764.php>. Acesso em: 23 ago 2006.

RAPPAPORT, R. **Cerdos para los antepasados**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

RCADE. The north owes an ecological debt to the south. 2002. Disponível em: <<http://www.rcade.org/secciones/comisiones/comisiones/deudaecologica.htm>>. Acesso em 20 dezembro de 2007.

REFORÇO policial em balneários não saiu do papel. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades. 23 de novembro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/11/23/not_258878.php>. Acesso em 15 de dezembro de 2007-z.

REPERCUSSÃO/ Ambientalistas. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades. 30 de abril de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/04/30/not_229825.php>. Acesso em 15 de julho de 2007-I.

ROCA, H. O. **Deuda ecológica**. Disponível em: <http://www.iglesiacatolica.org.pe/cep/docum/deu_ext.htm>. Acesso em: 12.jun.2005.

RUA, M. das G. *Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos*. In: RUA, M. G. e CARVALHO, M. I. (Orgs.) **O estudo da política: estudos selecionados**. Paralelo 15, 1999.

RUIZ, J. Á. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1977.

RULLI, J. E. **La deuda ecológica**. Disponível em: <<http://www.barrameda.com.ar/colabora/deudecol.htm>>. Acesso em: 01.ago.2005.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANDES, G. *Grupo Português cobra assinatura de contrato*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 31 de março de 2007. Disponível em: < http://jc.uol.com.br/jornal/2007/03/31/not_225866.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-d.

_____. *Aumenta a presença de grupos internacionais*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 01 de abril de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/04/01/not_226023.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-a.

_____. *Estado vai ganhar vôo charter*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 28 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/01/28/not_217984.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-b.

_____. *Grupo Português acerta projeto com o Estado*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 27 de janeiro de 2007. Disponível em: < http://jc.uol.com.br/jornal/2007/01/27/not_217869.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-c.

_____. *Ipojuca terá resort Portugues*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 26 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/01/26/not_217743.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-e.

_____. *Porto de Galinhas atrai investimento português*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia, 02 de julho de 2006. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2006/07/02/not_190931.php>. Acesso em 20 jul. 2006.

_____. *Projeto turístico atrasado*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 28 de julho de 2007. Disponível em: < http://jc.uol.com.br/jornal/2007/07/28/not_242388.php>. Acesso em 30 de dezembro de 2007-g

_____. *Secretário se diz pressionado*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 30 de março de 2007. Disponível em: < http://jc.uol.com.br/jornal/2007/03/30/not_225736.php>. Acesso em 05 de julho de 2007-h.

_____. *Pernambuco na nova era dos resorts*. **Jornal do Comércio Online**. Caderno de Economia. 08 de setembro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/09/08/not_248175.php>. Acesso em 30 de dezembro de 2007-f.

SANTIAGO, V. *A desigualdade que não acaba*. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 dez. 2007. Documento Dossiê Nordeste: a verdade sobre a desigualdade regional, 2007.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAC. DN. **Textos Complementares**. Rio de Janeiro : SENAC/DEP/CEAD, 2005. p. 1-22. (Curso de Pós-graduação em Educação Ambiental).

SIEFERLE, R. F. *Qué es la Historia Ecológica*. In: MOLINA, M. G. y MARTINEZ ALIER, J. **Naturaleza transformada. Estudios de historia ambiental en España**. Barcelona: Icaria, 2001.

SILVA, A. D. *et al.* *O pensamento desenvolvimentista da população brasileira relacionado com as ações do Estado*. In: **Anais Turismo, inclusão social e sustentabilidade**. IX ENTBL - Encontro Nacional de Turismo com Base Local. 10 a 13 de novembro de 2005. Universidade Federal de Pernambuco.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SOSA, N. *Los caminos de fundamentación para una ética ecológica*. In: **Revista Complutense de Educación**. Vol. 6, nº 2. Madrid: Servicio de Publicaciones Universidad Complutense, 1995.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

STIGLITZ, J.; CHARLTON, A.. **Livre mercado para todos: como um comércio internacional livre e justo pode promover o desenvolvimento de todos os países**. trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SURFISTA agredido em Porto de Galinhas. **Jornal do Comércio Online**. Caderno Cidades. 08 de setembro de 2007. Disponível em: <http://jc.uol.com.br/jornal/2007/09/08/not_248155.php>. Acesso em 15 de dezembro de 2007-II.

TOUSSAINT, E. **A bolsa ou a vida**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TURNER, L. e ASH, J. **La Horda Dorada**. trad. Miguel Martínez-Lage Alavarez. Título original: *The Golden Hordes*. Madrid: Endimión, 1991.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, C. E.; LUSTOSA, M. C. *A questão ambiental no esquema centro-periferia*. **EconomiA**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 201-221. jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n2p201_221.pdf>. Acesso em: 10.dez.2007.

APÊNDICE 1

APÊNDICE 1 – Relação de reportagens analisadas com respectivas idéias e palavras-chave correlatas

Nº	Data	Título da matéria	Conteúdo resumido	Idéias e palavras-chave
01	02.01	Acta ⁵² assume administração do Marulhos Muro Alto	Mudança na administração de empreendimento hoteleiro em Muro Alto. Informa sobre novas políticas comerciais que devem aumentar a frequência e tornar o complexo turístico mais competitivo nacional e internacionalmente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da frequência ▪ Aumento da competitividade ▪ Valor do investimento
02	04.01	Pernambuco ferve no verão	Anúncio de eventos nas praias de Pernambuco, com ênfase na Arena do Skol Spirit, em Maracáipe, que tem 1,6 mil m ² e capacitada para até 3.000 pessoas, e como atrativo a música eletrônica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evento ▪ Atrações para atrair pessoas
03	18.01	Embratur defende escolta para turistas estrangeiros	A maior incidência de abordagens violentas contra turistas estrangeiros vem sendo foco da Embratur, que solicita escolta especial para eles. 2 grupos de italianos foram assaltados ao saírem do Aeroporto de Recife rumo a Alagoas, e turistas portugueses foram assaltados a caminho de resort em Porto de Galinhas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Violência contra estrangeiros ▪ Escolta policial diferenciada
04	26.01	Ipojuca terá <i>resort</i> português	O grupo português Pestana anuncia a implantação de um hotel cinco estrelas em Porto de galinhas, com área de cinco hectares e instalações de luxo, sendo responsável pela geração de 250 empregos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento internacional ▪ Geração de empregos ▪ Valor do investimento
05	27.01	Grupo português acerta projeto com o Estado	A instalação do hotel cinco estrelas, pelo grupo português Pestana, é defendido pelo secretário Estadual de Turismo de Pernambuco.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novo empreendimento ▪ Investimento internacional ▪ Valor do investimento
06	28.01	Estado vai ganhar vôo charter	O grupo português Pestana, que construirá resort cinco estrelas em Porto, pretende estabelecer vôo charter regular para Pernambuco por	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novo vôo charter ▪ Garantir fluxo de

⁵² Acta Administração Especializada.

			meio de empresa própria deste ramo. O objetivo é manter o fluxo de turistas estrangeiros, principalmente os portugueses.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ estrangeiros ▪ Geração de emprego
07	31.01	Novos desembolsos do BID ⁵³ devem ocorrer no segundo semestre	Valores estipulados pelo PRODETUR II ⁵⁴ com apoio do BID devem ser liberados para o segundo semestre, trazendo melhoria infra-estruturais para vários destinos turísticos de Pernambuco. Para Porto de Galinhas, a previsão de um montante de US\$ 17 milhões para melhoria do sistema viário do local	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento público ▪ Melhorias de infraestrutura ▪ Valor do investimento
08	31.01	Porto de Galinhas pode ter Carnaval sem água	Rede de esgotamento sanitário e de abastecimento de água foram implantadas separadas, tendo um sido completada e a outra não. Obras paralisadas da parte do esgoto está interferindo na parte do abastecimento de água, que está em fase de teste	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de abastecimento de água ▪ Obras do esgotamento paralisadas
09	01.02	Folia também na beira mar	Atrações e atividades para o período carnavalesco nas praias de Pernambuco, entre elas a de Porto de Galinhas, com desfiles de trio elétrico, bandas e blocos de frevo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evento ▪ Programação de carnaval
10	22.02	Cansou do carnaval? Descanse!	Sugestões de <i>spas</i> , hotéis-fazenda e resorts para descansar no período pós-carnaval	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pacote especial ▪ Preço de baixa-estação
11	01.03	Confira os locais	Relatório do MTUR informa que o Nordeste é a região que mais atrai turistas estrangeiros para o principal, principalmente os europeus, com preferência pelas cidades litorâneas pelas praias, pelo clima e infraestrutura hoteleira. Entre os problemas apontados estão infraestrutura urbana deficiente, mão-de-obra sem qualificação e divulgação de turismo sexual e da prostituição infantil. Porto de Galinhas é uma das preferências entre as que não são capitais.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial turístico do Nordeste ▪ Principais atrativos ▪ Deficiências
12	22.03	BNTM ⁵⁵ no Recife: só à espera dos visitantes	Ações do <i>trade</i> brasileiro para atrair a atenção das quase 300 operadoras de turismo estrangeiras (das quais 60% são européias). Porto colocou estande com areia da praia, e promoveu diversas opções de passeios para os participantes da feira, que promete promover o aumento de 12 a 15% do fluxo de turistas para o Estado anfitrião do evento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação internacional ▪ Evento ▪ Aumento do fluxo de turistas

⁵³ Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁵⁴ Programa de Desenvolvimento do Turismo.

⁵⁵ Esta foi a 16ª edição da Brazil Nacional Tourism Mart, evento de divulgação e comercialização internacional de destinos brasileiros.

13	29.03	Nordeste em “céu de brigadeiro”	Negociação sobre o estabelecimento de vôos <i>charters</i> foi um dos resultados da BNTM. Efetivamente foi fechado o <i>charter</i> Porto-Recife, com 12 vôos confirmados, mas vários outros estão em processo de negociação. Para atrair a atenção, Ipojuca investiu R\$ 100 mil para montar seu <i>stand</i> , e levou 250 participantes da BNTM para o balneário.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir fluxo de estrangeiros ▪ Novo vôo charter ▪ Investimento em divulgação
14	30.03	Secretário se diz pressionado	O secretário de turismo se diz pressionado pelos grandes hoteleiros do Litoral Sul a desfazer a venda da Casa do Governador, na área de Porto de Galinhas, por receio da concorrência. Tal empreendimento, do grupo português Teixeira Duarte Hotels (TD Hotels) promete gerar 3.000 empregos diretos, e trazer investimentos na ordem de R\$ 250 milhões. A solicitação é que os 70 hectares da Casa do Governador vire um espaço público de lazer para os turistas e moradores da área.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Receio da concorrência estrangeira ▪ Geração de emprego ▪ Valor do investimento
15	30.03	Atrasos marcaram o processo de venda	Todo o processo envolvendo a licitação e venda da Casa do Governador para a implantação de um complexo turístico foi envolto por atrasos. O grupo ganhador, o português TD Hotels, venceu com a proposta de R\$ 36,01 milhões pela área de 70 hectares. As demais etapas, como homologação da venda e assinatura do contrato também passaram por problemas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valor do investimento ▪ Investimento estrangeiro
16	31.03	Grupo português cobra assinatura de contrato	Grupo português cobra regularização da compra do terreno, que vem sendo adiada desde outubro de 2006, para a construção de um Pólo de Turismo que vem sendo entendido como o início da “internacionalização” da área. Entre os benefícios são citados o número de empregos e o investimento total do empreendimento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização da compra da Casa do Governador ▪ Valor do investimento ▪ Geração de emprego
17	31.03	Idéia é capacitar 3 mil futuros empregados	O grupo português TD Hotels pretende criar uma escola técnica para capacitar e assim aproveitar a mão-de-obra local no empreendimento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação da comunidade ▪ Valor do investimento ▪ Geração de emprego
18	01.04	Aumenta a presença de grupos internacionais	Está havendo um aumento consistente na participação internacional de redes hoteleiras na região nordeste do Brasil, estando Porto de Galinhas inserida neste contexto.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento estrangeiro ▪ Valor do investimento
19	03.04	Licitação debatida em audiência	O Ministério Público de Pernambuco promoverá audiência pública para debate relacionado à venda da Casa do Governador para o grupo português de bandeira internacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Audiência pública

20	05.04	Pernambuco é destaque em prêmio de turismo	Um evento denominado Os 10 mais do Turismo visou entregar prêmios para os principais destinos brasileiros. Um deles foi Ipojuca, que foi escolhido com Destino Turístico de 2006. Esta praia tem também a expectativa de superar, no ano de 2007, em 12% a marca de 500 mil turistas de 2006.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expectativa de crescimento na demanda
21	10.04	Portugueses ratificam interesse do Estado em projeto turístico	Grupo TD Hotels confirma seu interesse pela construção de um complexo turístico-hoteleiro na área de Porto de Galinhas, com total de investimento de R\$ 250 milhões e geração de 3.000 empregos, e reclama da morosidade na regularização do processo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização da compra da Casa do Governador ▪ Valor do investimento ▪ Geração de emprego
22	13.04	Abastecimento deve ser reforçado em Porto de Galinhas	COMPESA garante fornecimento de água tratada em porto de galinhas a partir do dia 14 abril de 2007, antes feito por meio de poços e carros-pipas. Obra orçada em R\$ 8 milhões, vindo a beneficiar 20 mil pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fornecimento de água ▪ Obras de infra-estrutura ▪ Investimento público
23	30.04	Ipojuca discute a Casa do Governador	Moradores, comerciantes e ambientalistas pedem a revisão do projeto proposto para o terreno da Casa do Governador. Um dos motivos é a desova de tartarugas na área da construção do empreendimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidade pede revisão do projeto ▪ Desova de tartarugas
24	30.04	Repercussão/ Ambientalistas	Interessados falam na importância de melhorias na infra-estrutura para a comunidade, bem como preocupações com o meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da infra-estrutura ▪ Preocupação ambiental
25	04.05	Ipojuca vai ganhar aterro sanitário até o fim do ano	O município de Ipojuca será contemplado com um aterro sanitário orçado em R\$ 1 milhão, beneficiando comunidade e turistas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Destino de resíduos sólidos ▪ Investimento público
26	10.05	Dupla vendia lotes irregulares	Dois homens presos acusados de vender terrenos irregularmente em Porto de Galinhas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Venda irregular de terrenos
27	24.05	Capacitação em turismo	2,5 mil profissionais que atuam em Porto de Galinhas e Nossa Senhora do Ó serão capacitados pelo Sebrae-Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação da comunidade
28	28.05	Buggy vira táxi em Ipojuca	Regulamentação dos veículos utilizados para passeios no município de Ipojuca, incluindo o buggy como forma regularizada de transporte. Haverá capacitação dos condutores, ligadas à qualidade no atendimento e à preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização dos bugueiros ▪ Qualificação da comunidade ▪ Preservação ambiental
29	28.05	Associação reclama de falta de	Bugueiros regularizados reclamam da falta de fiscalização para inibir	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização dos

		combate aos clandestinos	ação de clandestinos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ bugueiros ▪ Combate a clandestinos
30	21.06	Chaves vai dar continuidade a projeto turístico	Secretario de Turismo do Estado dará prosseguimento ao acordo para construção de empreendimento hoteleiro por grupo português em Porto de Galinhas, com investimentos na casa dos R\$ 250 milhões e geração de 3.000 empregos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização da compra da Casa do Governador ▪ Valor do investimento ▪ Geração de emprego
31	05.07	Pernambuco tem spas com diferentes propostas	Litoral de Pernambuco virou reduto de spas de alto nível, como os dos hotéis de Muro Alto, em Porto de Galinhas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação ▪ Turismo de saúde – spas
32	08.07	Hotéis lançam promoção de férias	Baixa taxa de ocupação – em torno de 40% - faz hotéis utilizarem tarifa de baixa estação em mês de alta	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa taxa de ocupação ▪ Divulgação ▪ Tarifas reduzidas
33	26.07	Ipojuca sedia cavalgada e festa	Eventos em Maracáipe e em Ipojuca esperam públicos de 8.000 e 10.000 pessoas respectivamente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eventos ▪ Divulgação
34	26.07	Hotéis mimam os pais no dia deles	Promoção para o dia dos pais com day use e programação especial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação
35	28.07	Projeto turístico atrasado	Após um ano da licitação que deu ao grupo português TD Hotels o direito de instalar o complexo turístico em Porto, com benefícios estimados em investimentos de R\$ 250 milhões e geração de 3000 empregos, não há definições sobre o tema	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização da compra da Casa do Governador ▪ Valor do investimento ▪ Geração de emprego
36	29.07	Praias atraem investidores da Europa	Existe atualmente um grande interesse por parte dos compradores portugueses, espanhóis, angolanos, italianos e americanos para aquisição de terrenos e imóveis nas praias pernambucanas. Em Porto de Galinhas isto tem provocado um aumento de preço do metro quadrado.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Segunda residência para estrangeiros
37	09.08	Circuito celebra as delícias do Estado	Eventos gastronômicos são defendidos como ferramenta para o estímulo do turismo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo gastronômico ▪ Estímulo ao turismo
38	15.08	Coletivo tomba com turistas na praia do Cupê	Incidente ligando um ônibus de turismo em uma das estradas locais de acesso aos hotéis de Porto de Galinhas. Ninguém se feriu	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acidente de trânsito em Porto
39	30.08	Porto lança plano de ação para o verão	Um plano com reordenação do transito e reforço da segurança pública está sendo elaborado para o verão. Também pretende propiciar a qualificação das pousadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de reordenação urbana e de segurança ▪ Qualificação da comunidade

40	30.08	Embratur destaca Porto	Porto de Galinhas está entre os destinos da campanha Vire Fã do Brasil, da Embratur, para divulgação internacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação internacional
41	06.09	Grupo português inicia venda de resort em Ipojuca	O grupo Pestana, que informa estar investindo R\$ 107,1 milhões nos seus empreendimentos entre eles um em Porto de Galinhas, começa a vender apartamentos e bangalôs do seu resort, com foco no mercado europeu. O empreendimento promoverá a geração de 250 empregos diretos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Segunda residência para estrangeiros ▪ Geração de emprego ▪ Valor do investimento
42	06.09	Ministério prioriza 65 cidades	Ipojuca foi um dos municípios escolhidos pelo MTUR como indutor do desenvolvimento turístico regional e dinamizador da economia local.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo como indutor de desenvolvimento ▪ Turismo como dinamizador da economia
43	06.09	Nordeste emplacou 23 destinos indutores de desenvolvimento	Dentro do plano do MTUR, o Nordeste emplacou 23 destinos como indutores do desenvolvimento, entre eles o município de Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo como indutor de desenvolvimento
44	08.09	Surfista agredido em Porto de Galinhas	Surfista é agredido por rapazes bêbados em Porto de Galinhas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Violência urbana
45	08.09	Pernambuco na nova era dos <i>resorts</i>	Estado se consolida na rota dos grandes investimentos imobiliários de turismo, com investimentos na casa dos milhões. O foco é o mercado europeu, com venda de segundas residências para os estrangeiros.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação do modelo de <i>resorts</i> ▪ Segunda residência para estrangeiros ▪ Divulgação internacional
46	08.09	Impasse trava investimento	Ainda não tem solução para o impasse envolvendo o grupo português que adquiriu a Casa do Governador e o início das obras do empreendimento, que trarão 3000 empregos diretos e investimentos na casa dos R\$ 250 milhões.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regularização da compra da Casa do Governador ▪ Valor do investimento ▪ Geração de emprego
47	04.10	Ipojuca ganha Guia Quatro Rodas e site	A publicação da Abril é a primeira que contempla exclusivamente um destino pernambucano, mostrando a consolidação de Ipojuca como importante destino turístico do Estado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação
48	11.10	<i>Summerville</i> investe em gastronomia	Com a finalidade de atrair hóspedes o <i>Summerville</i> lança jantares temáticos ligados à motivação do turismo gastronômico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo gastronômico
49	22.11	Litoral Sul começa a se preocupar	O artigo reforça a importância do plano diretor como forma de gerir e crescer sem alterar o equilíbrio ambiental para inibir problemas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de plano diretor

			ambientais e sociais advindos do desenvolvimento em curso	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problemas ambientais ▪ Favelas
50	22.11	Guia destaca atrativos de Porto	É lançado um guia com roteiros alternativos em Porto de Galinhas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação
51	23.11	Reforço policial em balneários não saiu do papel	Não saiu do papel o convênio para instalação de postos de policiamento nas rotas para o litoral sul, que teriam como objetivo escoltar os ônibus e vans de turistas que se hospedam nas praias da região	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escolta para rotas do litoral sul
52	04.12	Portugueses inovam em <i>resort</i> em Ipojuca	O grupo português Pestana inova com o conceito de <i>residence</i> em que comercializa suas unidades para investidores que podem arrendar o apartamento para o <i>pool</i> . O foco é o mercado europeu. O investimento em Pernambuco será de R\$ 90 milhões e geração de 200 empregos diretos, 750 indiretos e 400 na área de construção.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valor do investimento ▪ Geração de emprego ▪ Foco no mercado estrangeiro
53	16.12	Ipojuca é só crescimento...	O artigo fala dos avanços galgados pelo município com a instalação do Estaleiro, da Refinaria, do Pólo do Poliéster, totalizando investimentos de R\$ 11 bilhões, bem como um forte potencial turístico por causa de Porto de Galinhas. Por isso o município tem o maior PIB per capita do Estado. Em relação ao turismo, ele é responsável pela movimentação de R\$ 144 milhões na cidade.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento econômico ▪ Turismo como indutor do crescimento ▪ Necessidade do plano diretor
54	16.12	...mas mantém velhas mazelas	Complementando a reportagem anterior, o jornalista critica a atual situação do município, que é marcada por contrastes. Entre os problemas citados estão o de moradia, educação e baixos salários	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Problemas sociais ▪ Problemas ambientais ▪ Região de contrastes
55	18.12	Ipojuca realiza audiência sobre plano diretor	Com receio do rápido crescimento urbano de Ipojuca a Câmara de Vereadores objetiva validar, por meio da audiência pública, o plano diretor para o município. Uma das maiores preocupações é a emigração, por conta dos empreendimentos que estão se estabelecendo em Ipojuca. A previsão é do aumento de 66 mil habitantes para 100 mil em 15 anos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento urbano ▪ Necessidade do Plano Diretor ▪ Audiência pública
56	21.12	Ipojuca quer planejar seu crescimento	Defende a existência de um documento que regulamente a gestão e os instrumentos necessários para planejar o crescimento do município. Tal plano diretor é fundamental para evitar problemas provenientes do crescimento previsto por conta dos projetos para a área. Haverá também investimentos no setor de turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento público em turismo ▪ Plano diretor ▪ Crescimento urbano
57	20.12	Porto é desvendada de ponta a	Livro e site sobre Porto são lançados, visando dar informações sobre o	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação

		ponta em um livro	local para os turistas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informações
58	27.12	Pernambuco atrai feira de turismo imobiliário	Um evento voltado para o setor de turismo imobiliário, com investidores estrangeiros nacionais e internacionais, bem como redes hoteleiras vai acontecer em Recife. A finalidade é apresentar o produto pernambucano ao mercado internacional. A feira rendeu, no ano passado, movimentação de aproximadamente R\$ 2 bilhões em Salvador, sede do evento.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação internacional ▪ Investimento internacional ▪ Condomínios de luxo
59	30.12	As sete maravilhas de Pernambuco	Uma das sete maravilhas de Pernambuco está as piscinas naturais de Porto de Galinhas. A campanha da escolha das sete maravilhas foi realizado como forma de valorizar as regiões escolhidas, sendo também o princípio para um projeto estratégico do governo para divulgar estes destinos. O artigo frisa a importância do turismo como um elemento de desenvolvimento econômico. Destaca também a situação de contraste no município de Ipojuca, que tem o maior PIB per capita do estado mas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo como indutor do desenvolvimento ▪ Problemas ambientais ▪ Pobreza em Ipojuca

APÊNDICE 2

APÊNDICE 2 – Modelo de questionário aplicado

QUESTIONÁRIO

PESQUISA SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA EM PORTO DE GALINHAS

Prezado (a) Senhor (a),

Este questionário objetiva levantar informações sobre a percepção de pessoas que trabalham com a atividade de serviços em Porto de Galinhas sobre o Turismo e seus impactos na localidade. Os dados serão analisados de forma global e sigilosa, impossibilitando a identificação de V. Sa., e serão utilizados para embasar estudos feitos para uma dissertação de mestrado do programa em Gestão e Políticas Ambientais da UFPE. Sua colaboração é fundamental para o êxito deste trabalho.

1. Local de Residência _____

2. Sexo

2.1 () Masculino

2.2 () Feminino

3. Idade

3.1 () De 12 a 17

3.5 () De 36 a 41

3.2 () De 18 a 23

3.6 () De 42 a 47

3.3 () De 24 a 29

3.7 () De 48 a 52

3.4 () De 30 a 35

3.8 () Acima de 52 anos. Cite-o: _____

4. Estado Civil

4.1 () Solteiro

4.4 () Desquitado

4.2 () Casado

4.5 () Outro. Cite-o: _____

4.3 () Viúvo

5. Escolaridade

5.1 () Ensino Fundamental Incompleto

5.6 () Nível Superior Incompleto

5.2 () Ensino Fundamental Completo

5.7 () Nível Superior Completo

5.3 () Ensino Médio Incompleto

5.8 () Pós-graduação

5.4 () Ensino Médio Completo

5.9 () Outro. Cite-o: _____

5.5 () Nível Técnico

6. Ocupação atual

6.1 () Autônomo. Cite-a: _____

6.2 () Contratado temporário. Cite-a: _____

6.3 () Empregado não-formalizado (sem carteira assinada). Cite-a: _____

6.4 () Empregado formalizado (com carteira assinada). Cite-a: _____

6.5 () Outra. Cite-a: _____

7. Nível de Renda

- 7.1 () Até R\$ 379,00
 7.2 () De R\$ 380,00 a R\$ 759,00
 7.3 () De R\$ 760,00 a R\$ 1.519,00
 7.4 () De R\$ 1.520,00 a R\$ 2.279,00
 7.5 () De R\$ 2.280,00 a R\$ 3.039,00
 7.6 () Acima de R\$ 3.040,00

8. Indique sua opinião com respeito às seguintes afirmações:

Questões	1 Discordo Totalmente	2 Discordo	3 Não tenho opinião	4 Concordo	5 Concordo Totalmente
8.1 O turismo traz benefícios para esta comunidade					
8.2 A mim, pessoalmente, o turismo beneficia					
8.3 Nesta comunidade/ região o turismo tem os seguintes efeitos:					
8.3.1 Cria trabalho para os residentes locais					
8.3.2 Provoca o aumento de preços dos produtos					
8.3.3 Contribui para que a comunidade consiga melhoria de serviços essenciais (água, luz, etc)					
8.3.4 Aumenta a taxa de delinquência					
8.3.5 Promove a participação da comunidade na tomada de decisões para o desenvolvimento da atividade					
8.3.6 Danifica o meio ambiente					
8.3.7 Estimula o artesanato e a cultura local					
8.3.8 O dinheiro que o turismo gera fica na própria comunidade					
8.3.9 Os impactos ambientais decorrentes da atividade turística são informados à comunidade					
8.3.10 Os residentes locais têm fácil acesso às zonas utilizadas pelos turistas					

9. Em geral, qual a sua opinião sobre o turismo nesta comunidade?

- 9.1 **Muito negativa** 9.2 **Negativa** 9.3 **Neutra** 9.4 **Positiva** 9.5 **Muito positiva**
1 **2** **3** **4** **5**

10. O Sr. (a) desejaria um maior ou menor desenvolvimento da atividade turística em sua comunidade ou região no futuro?

- 10.1 **Muito menor** 10.2 **Menor** 10.3 **O mesmo** 10.4 **Maior** 10.5 **Muito maior**
1 **2** **3** **4** **5**

11. O Sr (a) tem alguma preocupação em relação ao desenvolvimento da atividade turística em sua comunidade? Caso a resposta seja afirmativa, qual seria?

Ata da sessão de arguição da Dissertação da Mestranda **CAROLINE MARQUES CAVALCANTE DE SOUZA**, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de fevereiro de 2008 (dois mil e oito) às 14:00 (quatorze horas), no auditório do Departamento de Ciências Geográficas, para a defesa de Dissertação da Mestranda **CAROLINE MARQUES CAVALCANTE DE SOUZA**, reuniu-se a Comissão Examinadora, composta dos professores: **VITÓRIA RÉGIA FERNANDES GEHLEN**, UFPE, Orientadora e Presidente da Banca Examinadora; **VANICE SANTIAGO FRAGOSO SELVA**, da UFPE; **ANA CRISTINA DE SOUZA VIEIRA**, da UFPE; e **MARX PRESTES BARBOSA**, da UFCG; examinadores internos e externos, respectivamente, e como suplentes os professores: **MARLENE MARIA DA SILVA**, da UFPE e **EDELWEISS FALCÃO DE OLIVEIRA**, da UFPE, cujos nomes foram indicados em Reunião do Colegiado e aprovados pela PROPESQ - UFPE. Título da Dissertação: **"DÍVIDA ECOLÓGICA COMO SUBPRODUTO DO PARADIGMA DESENVOLVIMENTISTA – ESTUDO DE CASO EM PORTO DE GALINHAS, PERNAMBUCO - BRASIL"**. Iniciados os trabalhos, a presidência informa os objetivos da reunião, salientando a regulamentação em vigor. Em seguida, concede a palavra à autora da Dissertação, para que, de maneira sucinta, apresentasse o trabalho mencionado. Após a exposição, houve arguição de cada membro da banca examinadora. Ao término, os componentes reuniram-se em caráter reservado para deliberação do conceito a ser atribuído, considerando a referida Dissertação **Aprovada**. Sendo o assunto específico da reunião, a presidência encerra a sessão, sendo lavrada a presente ata assinada pela secretária e por quem de direito. Recife, 14 de fevereiro de 2008.



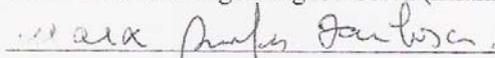
 Vitória Régia Fernandes Gehlen

Dr.^a. Vitória Régia Fernandes Gehlen (Orientadora)



 Vanice Santiago Fragoso Selva

Dr.^a. Vanice Santiago Fragoso Selva (Examinadora Interna)



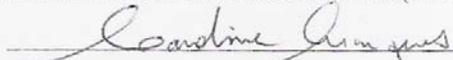
 Marx Prestes Barbosa

Dr. Marx Prestes Barbosa (Examinador Externo)



 Ana Cristina de Souza Vieira

Dr.^a. Ana Cristina de Souza Vieira (Examinadora Externa)



 Caroline Marques Cavalcante de Souza

Caroline Marques Cavalcante de Souza

Em tempo: Por sugestão da Banca Examinadora, no linha 15º leia-se o título: Dívida Ecológica como Subproduto do Paradigma Desenvolvimentista. 